



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII Nº 37, TERÇA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 2023

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)**

Presidente

**Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)**

1º Vice-Presidente

**Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL)**

2º Vice-Presidente

**Senador Rogério Carvalho (PT-SE)**

1º Secretário

**Senador Weverton (PDT-MA)**

2º Secretário

**Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)**

3º Secretário

**Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)**

4º Secretário

## SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - (cargo vago)

2º - (cargo vago)

3º - (cargo vago)

4º - (cargo vago)

**Gustavo Afonso Sabóia Vieira**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro**

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Paulo Max Cavalcante da Silva**

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

**Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho**

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Quesia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Alessandro Pereira de Albuquerque**

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### **1 – ATA DA 15ª SESSÃO, ESPECIAL SEMIPRESENCIAL, EM 20 DE MARÇO DE 2023**

1.1 – ABERTURA .....	8
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a celebrar o Dia Internacional da Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, nos termos do Requerimento nº 47/2023, do Senador Paulo Paim e outros Senadores. ....	8
<b>1.2.1 – Execução do Hino Nacional .....</b>	<b>8</b>
<b>1.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Paulo Paim) .....</b>	<b>8</b>
<b>1.2.3 – Oradores</b>	
Sra. Dandara Tonantzin Silva Castro, Deputada Federal .....	11
Sra. Roberta Eugênio, Secretária-Executiva do Ministério da Igualdade Racial .....	14
Sra. Lívia Maria Santana e Sant´Anna Vaz, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia .....	17
Sra. Nilma Lino Gomes, ex-Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos do Brasil .....	19
Sr. Toni Reis, Diretor-Executivo da Organização Brasileira LGBTQIA+ chamada Grupo Dignidade ..	22
Sr. David Santos, Fundador e Diretor-executivo da Educafro Brasil .....	24
Sra. Lilian Oliveira de Azevedo Almeida, Procuradora do Município de Salvador - BA .....	28
Sr. Martvs Chagas, Secretário Nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores (PT)	30
Sra. Mariane dos Santos, Massoterapeuta, atleta e deficiente de baixa visão .....	34
Sr. Douglas Belchior, Cofundador da Uneafro Brasil .....	36
1.3 – ENCERRAMENTO .....	40
<b>2 – ATA DA 16ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE MARÇO DE 2023</b>	
2.1 – ABERTURA .....	42



## 2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

### 2.2.1 – Oradores

Senador Jorge Kajuru – Lamento pela incineração de medicamentos de alto custo usados no tratamento de doenças raras durante a gestão do governo anterior diante da possibilidade do uso desses medicamentos em outros setores do Executivo ou unidades da Federação. Anúncio do encaminhamento de proposta de fiscalização e controle à CTFC para apurar eventuais irregularidades operacionais e administrativas nos últimos 4 anos no Ministério da Saúde. ....	42
Senador Izalci Lucas – Solidariedade à população do Rio Grande do Norte em razão dos recentes ataques criminosos ocorridos no Estado. Crítica à transferência de chefes de facções criminosas para presídios do Distrito Federal. Elogios ao Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, pelas inaugurações de obras no Distrito Federal. Expectativa de que as emendas parlamentares ajudem a solucionar o problema de filas de cirurgias em hospitais públicos da Capital Federal. Cobrança de informatização do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Assistência Social. ....	45
Senador Eduardo Girão – Considerações sobre a crise na segurança pública do Estado do Rio Grande do Norte e críticas ao Governo Estadual e à Secretaria Nacional de Segurança Pública. Breve histórico da segurança do Estado do Ceará e censura aos gastos do governo cearense com publicidade e ao aumento de secretarias. Lamento pelo fato de que os municípios mais violentos do Brasil estão na Região Nordeste. Reprovação da suposta má gestão dos recursos públicos, por políticos do PT, oriundos do auxílio federal aos estados e municípios em virtude da pandemia. Defesa da abertura da CMPI destinada a investigar os atos de 8 de janeiro. ....	47
Senador Confúcio Moura – Defesa da doação, por pessoas físicas e jurídicas, de percentual destinado à Receita Federal em decorrência do Imposto de Renda para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos da Lei nº 12.594/2012, que criou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e regulamentou a execução das medidas socioeducativas direcionadas a adolescentes infratores. ....	51
Senador Rogerio Marinho – Preocupação com a crise na segurança pública do Estado do Rio Grande do Norte e críticas ao Governo Estadual, especialmente quanto à suposta ausência de condições e investimento para a atuação da Polícia Militar e alegada negligência no tocante às ações de inteligência para prevenção de ações criminosas. ....	53
Senador Styvenson Valentim – Críticas à Governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, e ao Ministro da Justiça, Flávio Dino, e considerações sobre a onda de violência do Estado, com destaque para a situação do turismo e da educação. Esclarecimentos quanto às medidas solicitadas por S. Exa., incluindo um requerimento de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Defesa do Projeto de Lei nº 3.283, de 2021, de autoria de S. Exa, que altera as penas e tipifica como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados. ....	56
Senador Paulo Paim – Relato sobre a sessão especial realizada para Celebrar o Dia Internacional da Luta pela Eliminação da Discriminação Racial e defesa da luta no combate à discriminação e ao racismo. Regozijo por receber o Prêmio Raymundo Faoro entregue pela Associação Nacional dos Procuradores Municipais. Lamento pela onda de violência no Estado do Rio Grande do Norte. ....	61
<b>2.2.2 – Convocação de Sessão</b>	
Convocação de sessão deliberativa ordinária para 21 de março de 2023, às 14 horas. ....	65
<b>2.3 – ENCERRAMENTO</b> .....	65

## PARTE II

### 3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS



### 3.1 – EXPEDIENTE

#### 3.1.1 – Abertura de Prazos

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante as respectivas Comissões competentes, aos Projetos de Lei n<sup>os</sup> 1096, 1261, 1889, 2405 e 2852/2022; e 80/2023. .... 67

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante as respectivas Comissões competentes, aos Projetos de Lei n<sup>os</sup> 4786, 3075, 2064 e 2063/2020; 2013, 2011, 1322, 1103 e 1067/2022. .... 69

#### 3.1.2 – Comunicações

Da Liderança do Governo, de indicação dos Senadores Confúcio Moura, Weverton, Daniella Ribeiro e Professora Dorinha Seabra como Vice-Líderes da referida Liderança (**Ofício n<sup>o</sup> 20/2023**). .... 72

Das Lideranças do PP e Republicanos, de formação de Bloco composto por esses Partidos; e indicação do Senador Ciro Nogueira como Líder do referido Bloco (**Ofício n<sup>o</sup> 5/2023**). .... 73

#### 3.1.3 – Despachos

Despacho sobre a tramitação conjunta dos Projetos de Lei n<sup>os</sup> 81/2022, 839 e 1029/2023. .... 75

Despacho sobre a tramitação conjunta dos Projetos de Lei n<sup>os</sup> 1568 e 4230/2019; 499/2020. .... 76

Despacho sobre a tramitação conjunta dos Projetos de Lei n<sup>os</sup> 5365/2020 e 610/2022. .... 77

Despacho sobre a tramitação conjunta dos Projetos de Lei n<sup>os</sup> 5634/2019 e 1867/2022. .... 78

Despacho sobre a tramitação conjunta dos Projetos de Lei n<sup>os</sup> 2243 e 1482/2022. .... 79

Despacho sobre a tramitação conjunta dos Projetos de Lei n<sup>os</sup> 1529/2021 e 1722/2022. .... 80

Despacho sobre a tramitação conjunta dos Projetos de Lei n<sup>os</sup> 4710 e 5463/2020 e 5/2021. .... 81

Despacho sobre a tramitação conjunta dos Projetos de Lei n<sup>os</sup> 226 e 1234/2019. .... 82

Despacho sobre a tramitação conjunta dos Projetos de Lei n<sup>os</sup> 786/2021 e 2192/2022. .... 83

Despacho sobre a tramitação conjunta dos Projetos de Lei n<sup>os</sup> 1284/2021 e 2235/2022. .... 84

#### 3.1.4 – Encaminhamento de matérias

Encaminhamento das Propostas de Emenda à Constituição n<sup>os</sup> 26 e 45/2021 e 12/2022 à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. .... 86

Encaminhamento do Projeto de Lei n<sup>o</sup> 4129/2021 à Comissão de Meio Ambiente. .... 87

Encaminhamento do Projeto de Resolução n<sup>o</sup> 10/2023 à Comissão de Assuntos Econômicos. .... 88

Encaminhamento do Projeto de Lei n<sup>o</sup> 1765/2019 à Comissão de Serviços de Infraestrutura; e posteriormente à Comissão de Assuntos Econômicos. .... 89

Encaminhamento do Projeto de Lei n<sup>o</sup> 3027/2022 à Comissão de Meio Ambiente; e do Projeto de Lei n<sup>o</sup> 551/2020 à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. .... 90



Encaminhamento do Projeto de Lei nº 2253/2022 à Comissão de Segurança Pública; e posteriormente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. ....	91
<b>3.1.5 – Indicações</b>	
Nº 24/2023, do Senador Jaime Bagattoli, que <i>indica ao Ministro do Turismo a sugestão para inclusão de evento no Calendário Oficial de Feiras e Eventos</i> .....	93
Nº 25/2023, do Senador Jaime Bagattoli, que <i>indica ao Ministro das Cidades sugestão de atenção aos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida.</i> ....	96
<b>3.1.6 – Prejudicialidade</b>	
Prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2065/2020. ....	100
<b>3.1.7 – Projetos de Resolução</b>	
Nº 31/2023, do Senador Astronauta Marcos Pontes, que <i>cria a Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica.</i> ....	102
Nº 32/2023, do Senador Astronauta Marcos Pontes, que <i>institui a Frente Parlamentar Mista da Pesquisa Biomédica e Sua Aplicação na Saúde.</i> ....	107
Nº 33/2023, do Senador Sérgio Petecão, que <i>institui a Frente Parlamentar do Serviço Notarial e Registral.</i> ....	111
<b>3.1.8 – Requerimentos</b>	
Nº 204/2023, da Senadora Eliziane Gama, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 81/2022 e 1029/2023. ....	117
Nº 205/2023, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei nº 6557/2019. ....	119
Nº 206/2023, do Senador Jaques Wagner, de informações ao Ministro de Estado da Previdência Social. ....	121
<b>PARTE III</b>	
<b>4 – ATO DA SECRETARIA-GERAL DA MESA</b>	
Nº 2/2023, que <i>altera a composição dos membros do Senado Federal integrantes do Grupo de Trabalho Permanente destinado a padronizar procedimentos legislativos, compartilhamento de informações, de tecnologias de informática e de serviços de informação entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.</i> ....	140
<b>5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL</b> .....	141
<b>6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA</b> .....	144
<b>7 – LIDERANÇAS</b> .....	145
<b>8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b> .....	147
<b>9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES</b> .....	151
<b>10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS</b> .....	170



Ata da 15ª Sessão, Especial Semipresencial,  
em 20 de março de 2023

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

*Presidência do Sr. Paulo Paim.*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas e 19 minutos e encerra-se às 11 horas e 58 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas, Senadores, Deputados, autoridades, Embaixadores, Ministros, representantes de ministros, sociedade civil organizada.

Neste momento, vamos dar abertura à nossa sessão.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 47, de 2023, de nossa autoria e de outros Senadores e Senadoras, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão é destinada a celebrar o Dia Internacional da Luta pela Eliminação da Discriminação Racial e todo tipo de preconceito.

Convidados. A Presidência informa que esta sessão terá a participação dos seguintes convidados: Sra. Roberta Eugênio, Secretária-Executiva do Ministério da Igualdade Racial, representando a Ministra de Estado Anielle Francisco da Silva; Sra. Marina Lacerda, Chefe de Gabinete do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, representando o Ministro de Estado Luiz de Almeida; Sra. Nilma Lino Gomes, Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos no período de 2015 a 2016; Sra. Mariana dos Santos, massoterapeuta, atleta e deficiente de baixa visão; Sra. Lívia Santana e Sant'Anna Vaz, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia; agora o meu querido amigo, Vossa Reverência, o Sr. Frei David Santos, fundador e Diretor-Executivo da ONG Educafro-Brasil; Sra. Lilian Oliveira de Azevedo Almeida, Procuradora do Município de Salvador, Bahia; Sr. Douglas Belchior, cofundador do movimento por educação popular e do combate ao racismo da Uneafro Brasil; Sr. Martvs Chagas, Secretário Nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores; e Sr. Toni Reis, Diretor-Executivo da Organização Brasileira LGBTQIA+, chamada Grupo Dignidade.

Neste momento vamos cantar o Hino Nacional.

Todos em posição de respeito, por favor.

*(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Neste momento, anuncio que teremos duas mesas. Cada convidado terá em torno de oito a dez minutos para fazer a sua exposição.

Nessa primeira mesa, chamamos a nossa querida amiga, a jovem Deputada Federal Dandara. *(Palmas.)*

Chamamos a Secretária-Executiva do Ministério da Igualdade Racial, Sra. Roberta Eugênio, representando a Ministra de Estado da Igualdade Racial. *(Palmas.)*

Convidamos a Promotora de Justiça do Estado da Bahia, Sra. Lívia Santana e Sant'Anna Vaz. *(Palmas.)*

Neste momento, faço um breve pronunciamento em nome da Presidência da Casa.

Senhoras e senhores, celebramos nesta sessão especial do Senado o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, 21 de março, que é no caso amanhã, data instituída pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1960.

Queremos fazer uma fala muito realista, dizendo de imediato que, apesar dos esforços individuais e coletivos de décadas de muita luta e persistência, o racismo, o preconceito e a discriminação continuam a impregnar de ódio, de violência e de intolerância a sociedade e as instituições.

Estão enraizados, presos às cotidianas estruturas políticas, sociais e econômicas. Agridem, reprimem, verbalizam iras e sentimentos viscerais de repulsa e aversão contra negros e negras, quilombolas, indígenas, LGBTQI+, mulheres, pessoas com deficiência, idosos, pobres, asiáticos, judeus, palestinos, migrantes e



refugiados, as chamadas minorias étnicas.

Lembro aqui que a obra *Kaputt* – quebrado, calado, destroçado –, de Curzio Malaparte, lançado em 1944, já dizia sobre o relato das crueldades da Segunda Guerra, do extermínio de pessoas, do racismo e da xenofobia. Um oficial nazista diz a um menino que não foi ele quem inventou os conflitos, a discriminação, os preconceitos. Então, propôs um desafio ao menino: “Escuta [disse ele], eu tenho um olho de vidro. É difícil distingui-lo do verdadeiro, mas, se você acertar qual o verdadeiro, você não será sacrificado; se você descobrir qual é, eu deixo você ir embora, você estará livre”. O menino não hesita e diz: “É o olho esquerdo”. O oficial espantado pergunta: “Mas como você descobriu?”. Então, o garoto explica: “Porque, dos dois olhos, somente um tem algo de humano, de humanitário, é o olho esquerdo”. E assim ele acerta e salva sua vida.

Quando nos afastamos da condição da natureza e da existência humana, perdemos toda a essência da humanidade. A verdade é que deixamos de ser gente, perdemos a excelência da alma e nos transformamos em monstros. Ninguém nasce odiando ninguém. A criança não nasce racista, preconceituosa, ela é ensinada a discriminar; da mesma forma os mais jovens, conscientes ou de súbito. São ensinamentos por mentes e corações sem amor, gente com olhos desumanos, gente sem compaixão, sem bondade, sem generosidade, sem tolerância, gente aprisionada em pensamentos doentios.

Somos reféns de uma educação... Infelizmente – e eu sempre digo que a educação liberta –, somos reféns ainda de uma educação que não liberta, que não inclui, que não questiona, que não expõe as tragédias humanas do preconceito e do racismo. Até hoje a verdadeira história da formação do povo negro no Brasil... Nós temos uma lei que manda e até hoje ela não é aplicada. Nós não temos 20% dos municípios que aplicam essa lei. Somos reféns de um Estado que se cala ao arbítrio covarde de uma sociedade, que se cala aos donos do poder e aos seus aparatos políticos e administrativos de governos que, por séculos, modelaram, formaram ou plasmaram métodos e discursos de que uma pessoa negra, uma pessoa deficiente ou uma pessoa com outra orientação sexual é inferior às outras. Uma pessoa por ter a pele diferente e ser pobre não tem os mesmos direitos de um cidadão, segundo eles.

O racismo é, sim, de todas as formas na sociedade brasileira muito forte, está em todos os cantos, está no ar, está aqui dentro, está lá fora, está nas empresas, está nas praças, nas ruas, no campo e na cidade, no setor público e privado, nas falas, muitas vezes, entre familiares e vizinhos.

É só vocês verem que está explodindo, em pleno século XXI, em praticamente todos os estados – eu estive com você numa região do Rio Grande – o trabalho escravo. Hoje mesmo, o Ministro Luiz Marinho está se deslocando para uma região do nosso país para ver *in loco* o trabalho escravo. Li, hoje de manhã, que descobriram, nessa semana, aqui em Goiás, mais de 212 trabalhadores sob o regime de escravidão – podem crer que 90% são negros e negras. Aí vai Pernambuco, aí vai aqui em Minas Gerais. Não tem um estado em que, se você for a fundo, não vai encontrar trabalhadores sob o regime de escravidão.

O racismo é repugnante, traiçoeiro, mesquinho, desumano. Digo-lhes que ninguém deve ser neutro nessa luta. Quem é neutro é cúmplice. Por isso, todos nós temos que ter uma posição muito firme nesse combate. Não podemos desistir, em hipótese alguma, de combater esse mal que nos envergonha tanto. Somos muitas vezes como aquela criança tão bem descrita pelo poeta célebre do desassossego: em momento de extrema dor, de amargura, de vazio, de alma ferida, de vida no fundo do poço, em vez de dizer, “tenho vontade de chorar”, eu vos digo que tenho vontade de lágrimas e lágrimas.

Nossa negritude e nossa brasilidade impõem uma condição única que é de não nos calar, jamais, jamais, frente às injustiças e aos descaminhos. Que nossas lágrimas que caem pelos jovens negros que morrem por balas perdidas façam sempre o bom combate!

Lembramos aqui as mães santas negras. Escorrem, pelas nossas pálpebras, lágrimas quentes conscientes pelo menino negro ou pela menina negra, pelas injustiças, pelos que foram constrangidos por



seguranças, por exemplo, no *shopping*, como foi o caso de Porto Alegre. Meu amigo Beto foi morto dentro do *shopping*, porque ele era negro. O negro tem direito, sim, como todos têm, a entrar no supermercado, fazer suas compras e que a mãe não tenha que dizer: “Ah, vai para a aula, mas se cuide muito. Você pode morrer se acontecer qualquer movimento maior nas ruas. Se cuide”. O negro infelizmente é o primeiro alvo. Temos o direito de ser tratados como seres humanos. Inclusive, aqui eu destaco...

Estou vendo no Plenário o meu querido amigo Deputado Lindenmeyer.

Está lá na Câmara um projeto que nós aqui aprovamos. A Coalizão Negra por Direitos fez um papel fundamental – não é, Douglas? –, que foi a abordagem policial. Não podemos...

Estou com o cartão para não errar seu nome, Lindenmeyer. Alexandre Lindenmeyer, não é?

Não podemos permitir que a abordagem policial continue como é hoje. É um absurdo o que acontece na abordagem policial quando se refere a um cidadão negro. Aprovamos, por unanimidade, aqui neste Plenário e agora está na Câmara. Então, eu faço um apelo para que a gente, como outros países estão fazendo no mundo todo, mude a abordagem policial, porque, no Brasil, é o seguinte: a abordagem policial, quando é negro ou negra, é de uma forma – vocês todos sabem disso, não estou contando novidade aqui – e, quando não é negro ou negra, principalmente num bairro nobre, aí é totalmente diferente.

Mas, enfim, mata-se no Brasil pelo olhar, pelo silêncio, pela omissão; mata-se com a destreza dos abatedouros, com o fio afiado em pedra úmida.

Neste país de muitas reticências e idolatrias nas esquinas, palácios e porões, mata-se a mulher negra, a mulher branca. O feminicídio queima como o fogo da inquisição. É o país onde mais são assassinadas mulheres, negras e brancas. Discriminam as pessoas com deficiência, os migrantes, os refugiados, os ciganos, os pobres; discriminam pela orientação sexual, pela escolha de religião. Discriminam até mesmo aqueles que desistiram de viver: mesmo mortos eles continuam sendo discriminados. Forjam testemunhas, enterram os miseráveis, os humildes, os esquecidos. Que país é esse em que vivemos em que a verdade e a memória são violentadas?

A vida humana deve ser prioridade; jamais a barbárie. Não, não à barbárie! Buscamos sempre os direitos humanos na sua totalidade. Quando uma vida é levada, sangrada, esquartejada, quando famílias inteiras são destruídas pelo vil racismo brasileiro, pela estupidez da discriminação, todos nós – todos nós – perdemos um pouco da nossa alma e da nossa própria vida.

O Senado tem agido para combater o racismo, a discriminação e os preconceitos. Aprovamos muita coisa, mas é pouco ainda; temos que aprovar mais. Dois mil e vinte e dois foi um ano produtivo para esta Casa: aprovamos mais de 20 projetos de lei, que estão na Câmara dos Deputados. Mas estamos muito aquém. É preciso avançar.

O Congresso brasileiro tem que ser exemplo nesta luta constante que todos nós temos que fazer. Os projetos são tantos que eu vou destacar somente três aqui, porque a minha fala é muito na linha de acharmos caminhos para combater a discriminação, o racismo, a violência contra o povo brasileiro.

O PL 5.231, de 2020, já aprovado no Senado, tramitando na Câmara, trata do que destaquei, abordagem policial. Esse, para mim, é um dos principais projetos.

Outro projeto: 482, de 2017, que prevê 20 de novembro, dia de Zumbi dos Palmares, feriado nacional. Seria um dia de reflexão: como trata esse país os refugiados, como trata os imigrantes, como trata os negros, as negras, as mulheres, os idosos, as crianças, os adolescentes? Enfim, como trata toda a nossa gente? Seria um dia de reflexão, pegando o símbolo maior que é o nosso líder Zumbi dos Palmares, feriado em nível nacional. Aprovamos aqui, Dandara – refiro-me a você porque você é negra como eu e está lá na Câmara dos Deputados. Aprovamos por unanimidade; e a Câmara não vota também. Não votou também, Lindenmeyer. Fica aqui esse apelo, não de crítica, mas um apelo de carinho, de solidariedade ao nosso povo, à nossa gente, para que a Câmara também avance nessas políticas.



PL 859, de 2023, que proíbe a terceirização da atividade fim. Por quê? Porque ela é a porta, ela potencializa o trabalho escravo. Vou dar um dado para vocês aqui, rapidamente, da terceirização: de cada dez trabalhadores da terceirização... De cada dez trabalhadores que são salvos do trabalho escravo, de cada dez, nove são terceirizados. De cada dez trabalhadores encontrados no trabalho escravo neste país, nove são terceirizados.

Nós lutamos tanto contra a terceirização na atividade fim! Viajamos nos 27 estados, arrancamos cartas de cada estado, trouxemos para o Senado, e o Senado, então, não aprovou aqui a terceirização da atividade fim, mas, infelizmente, a Câmara desarquivou um projeto lá – de lá atrás, antigo, tirou não sei de onde – e aprovou que se podia terceirizar a atividade fim. E, assim, o que aconteceu? Cada vez mais, escancarou-se o trabalho escravo no Brasil!

Lembro que, no dia 11 de abril, com a participação de todos os senhores e as senhoras – a Dandara foi fundamental na coleta de assinaturas –, vamos lançar a Frente Parlamentar Mista Antirracismo, composta até o momento por mais de cem Parlamentares, Câmara e Senado.

Eu queria agradecer a todos vocês por estarem aqui. Eu sei que é um dia de semana em que cada um deixou suas atividades e se deslocou para cá, mas podem saber que sempre vale a pena quando a causa não é pequena. É uma causa justa, é uma causa nobre, é política humanitária, é salvar um povo que até hoje, infelizmente, ainda sofre os grilhões da escravidão!

Quando eu estou visitando algum estado onde se encontra trabalho escravo, Martvs, chega a me vir à mente: “Será que voltamos à peleia entre abolicionistas e escravocratas?”. Nós somos – todos vocês aqui – abolicionistas, mas os escravocratas estão aí, estão no chamado grande mercado... Nessa aqui que eu vi hoje, em Goiás, são grandes grupos econômicos, e 212 foram lá salvos pelos fiscais – eu digo “salvos”, porque iam morrer do jeito que estavam lá.

Por fim, eu quero aqui, neste momento, além de agradecer a presença de todos vocês neste dia, agradecer aqui também à equipe daqui, do Senado. Eu agradeço à Secretaria-Geral da Mesa e ao Cerimonial – eles estavam preocupados ainda aqui, pois faltavam alguns, já eram 9h, mas todos os nossos convidados foram chegando – pelo excelente trabalho de preparação desta sessão.

No meu encerramento, em que a gente sempre faz uma fala um pouquinho mais forte e busca o aplauso, eu queria que, neste meu encerramento, vocês batessem palmas não para mim, mas para o nosso povo, tão sofrido, para toda a nossa gente; que batessem palmas para os fiscais de trabalho que foram massacrados há 19 anos aqui, em Unaí... Eu apresentei um projeto para que fossem heróis da pátria os quatro que foram massacrados há 19 anos por um fazendeiro aqui, em Unaí; o fazendeiro está solto, os que fizeram o crime estão presos e disseram: “A ordem era matar um. E nós perguntamos para o mandante...”. Assim me contaram as viúvas do massacre de Unaí, que disseram que eles mesmos contaram que o mandante disse: “Mate os quatro. Torre todos!”. É a expressão que eles usam. Eu queria que a gente desse uma salva de palmas a todos aqueles que morreram nessa luta permanente. Lembro aqui o nome por quem eu tenho o maior carinho, fiz o poema mais bonito da minha vida, que é o do Abdias. Grande Abdias! Então, eu queria que nós, todos de pé, déssemos uma grande salva de palmas às políticas humanitárias e a todos aqueles que lutam contra o racismo e todo tipo de preconceito!

E aqui encerro o meu pronunciamento! (*Palmas.*)

Houve uma unanimidade aqui na mesa. Como a Dandara está com todo pique, coletou mais de cem assinaturas, e eu aqui as outras no Senado, com muita satisfação, a essa jovem negra vou passar a palavra.

Concedo a palavra a S. Exa. a Sra. Deputada Dandara, Deputada Federal pelo Estado de Minas Gerais. Aqui diz que é por cinco minutos, mas são oito, dez; nós estamos em casa.

**A SRA. DANDARA TONANTZIN SILVA CASTRO** (Para discursar.) – Bom dia a todos,



todas, “todes”.

É uma alegria imensa participar de uma sessão solene de tamanha importância neste espaço legislativo e perceber que este Plenário tem, neste momento, a diversidade, a cara, a cor do povo brasileiro. Oxalá tenhamos essa mesma característica em dias normais de sessão!

Quero agradecer imensamente ao Senador Paim pelo compromisso histórico, pela dedicação de uma vida inteira com essa luta que é tão cara e tão preciosa para nós. Saudar também a Profa. Nilma Lino Gomes, que nos acompanha de forma remota.

Eu tenho o privilégio de poder viver e conviver com a minha ancestralidade em vida e sei o quanto isso é rico para nós.

Também quero saudar a Secretária Executiva do Ministério da Igualdade Racial, Sra. Roberta Eugênio. Leve o nosso abraço à Ministra Anielle Franco, do nosso tão sonhado, lutado e defendido Ministério da Igualdade Racial. Que bom que está de volta!

Também quero cumprimentar a Sra. Lívia Sant’Anna, uma grande jurista da Bahia que tem tudo para, cada vez mais, nos representar em espaços onde o povo negro precisa, necessita estar.

Também quero cumprimentar o nosso Secretário de Combate ao Racismo, do PT, meu companheiro Martvs das Chagas, que, na condução da Secretaria de Combate ao Racismo, vem fortalecendo lideranças negras. Nós temos, pela primeira vez na história, um número recorde de Parlamentares negros no nosso partido. Nós tínhamos a grande Benedita da Silva. Hoje nós somos sete mulheres negras Deputadas Federais. Obrigada por estimular.

Também quero cumprimentar a nossa grande liderança, que conduz debates muito importantes em nível internacional, Douglas Belchior, representando também a Coalizão Negra. Também cumprimentar o nosso grande Frei David e toda a Educafro, que está por aí.

Olha, dos 500 anos oficiais de história do nosso país, quase 400 foram de um modelo formal de escravização de negros e negras. Nesses pouco mais de cem anos de falsa abolição, nós não conseguimos promover as reparações de que o nosso povo tanto precisa. Pelo contrário, no dia 13 de maio, quando a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, ela só aboliu os crimes que os senhores de engenho cometeram contra a humanidade. Nós, negros e negras, ou continuamos na condição de escravizados ou fomos expulsos das terras dos senhores. Não recebemos acerto, férias, décimo terceiro, seguro-desemprego, um pedacinho de terra para plantar ou para colher. Para acabar de completar, no pós-abolição, o Estado brasileiro organizou ainda um conjunto de leis para continuar mantendo hierarquia de privilégios, para continuar mantendo a desigualdade racial. Até o ano de 1910, apenas dois tipos de pessoas não podiam frequentar a escola: primeiro, pessoas com lepra ou doenças contagiosas; segundo, pessoas negras, mesmo que libertas. Isso significa dizer que a minha bisavó não pôde estudar; a minha avó só foi até a 4ª série primária e já era muito para ela; a minha mãe trabalhou mais de 20 anos como empregada doméstica e hoje é professora como eu. Eu entrei na universidade pública graças a uma lei que é luta histórica do movimento negro brasileiro, graças à Lei de Cotas...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. DANDARA TONANTZIN SILVA CASTRO** – ... e também entrei no mestrado graças a essa política de reserva de vagas. Eu fui entender a importância da educação quando eu já estava na universidade, porque muitas vezes entrar na universidade era muito mais o sonho que a minha mãe projetava em mim do que propriamente o meu sonho, mas eu entendi a capacidade que a educação tem de transformar vidas, de alterar a realidade.

E por que essa luta foi tão central durante tantos anos para o movimento negro brasileiro? Desde a Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro, a luta por reparação a partir da educação, das



ações afirmativas sempre foi central. E hoje, como Deputada Federal neste espaço, nesta Casa de Leis, eu tenho o orgulho e a responsabilidade de assumir a relatoria da revisão da Lei de Cotas, para que, quando aqueles racistas perguntarem onde estão os cotistas ou ousem cogitar que as cotas reduzem ou fazem cair a qualidade do ensino superior, nós mostremos onde estão os cotistas: sentados ao lado, na mesma mesa, debatendo de igual para igual.

A política afirmativa no nosso país precisa alavancar e alcançar patamares à altura dos desafios desse tempo. Ao longo desses dez anos de Lei de Cotas, nós conseguimos ter experiências que aprimoraram e aperfeiçoaram a aplicação dessa lei. Olhem a experiência das comissões de heteroidentificação, que combatem as fraudes e a afroconveniência! Eu estou convencida, Douglas, de que as comissões de heteroidentificação precisam estar como parte integrante da nossa nova Lei de Cotas neste relatório. Eu também acho que os NEABIs (Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas) cumpriram um papel fundamental (*Pausa.*) ... no processo de construção da educação antirracista. Os NEABIs precisam ser valorizados no âmbito das instituições federais. Os NEABIs precisam ter papel de monitoramento e acompanhamento no dia a dia da Lei de Cotas para que não se faça revisão ou avaliação a cada dez anos, mas se tenha um monitoramento permanente.

A universidade brasileira tem um tripé: ensino, pesquisa e extensão, mas, sem garantir a permanência estudantil, nós não efetivamos nenhum desses pontos do tripé. Nós precisamos reformular a educação pública brasileira para que permanência e assistência estudantil sejam um eixo estrutural e estruturante, porque isso diz diretamente sobre os nossos jovens negros, os nossos estudantes negros de periferia, que lutam muito para entrar e, quando entram, lutam mais ainda para permanecer e se formar com qualidade.

Também acho que é fundamental nós avançarmos em legislações que garantam que as políticas de promoção da igualdade racial tenham recursos para serem executadas, porque num país em que quase 400 anos foram destinados à exploração política, social, cultural, ambiental do povo negro, nós não conseguiremos fazer reparação sem a destinação séria e dedicada de recursos a isso.

Por isso, Paim, acho que é fundamental o projeto de lei que cria o fundo nacional de reparação da escravidão, porque esse recurso tem que sair de algum lugar. E Oxalá esteja presente nesse debate a reforma tributária que nós estamos fazendo, porque nós sabemos que quem é rico e quem é herdeiro neste país têm as mãos sujas de sangue porque essa riqueza, a manutenção das desigualdades e da opressão vêm do legado escravocrata.

Nós queremos que esse fundo nacional de combate ao racismo tenha realmente, na sua centralidade, o financiamento de políticas públicas voltadas para a reparação histórica, a reparação que nunca chegou, que nunca bateu na porta do povo preto.

Também acho que é fundamental cada vez mais nós andarmos em bando, nos aquilombarmos, nos irmanarmos, porque para combater o racismo estrutural, estruturante, o racismo institucional da nossa sociedade, nós não conseguiremos fazer isso de forma individual ou isolada.

Para finalizar quero ler uma poesia do Nêgo Bispo, em que ele diz assim:

Fogo!... Queimaram Palmares,  
Nasceu Canudos.

Fogo!... Queimaram Canudos,  
Nasceu Caldeirões.

Fogo!... Queimaram Caldeirões,  
Nasceu Pau de Colher.

Fogo!... Queimaram Pau de Colher...

E nasceram, e nasceram tantas outras comunidades que os vão cansar se continuarem queimando.



Porque mesmo que queimem a escrita,  
Não queimarão a oralidade.  
Mesmo que queimem os símbolos,  
Não queimarão os significados.  
Mesmo queimando o nosso povo  
Não queimarão a [nossa] ancestralidade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Convidamos agora, depois dessa brilhante exposição... Eu sei que todas serão brilhantes, não é? E olha que aqui nós estamos com três mulheres na mesa. Quando a gente está na Comissão, o pessoal lá do interior do Brasil fala: “Paim, não tem mulher nessa mesa?”. Eu respondo: “Calma, calma, porque eu estou chamando já”. Com orgulho, estamos aqui com três mulheres na mesa.

Uma grande salva de palmas para essas mulheres guerreiras aí. (*Palmas.*)

Com essas palmas, eu concedo a palavra a S. Exa. a Sra. Roberta Eugênio, Secretária-Executiva do Ministério da Igualdade Racial, representando a nossa querida e amiga Ministra de Estado Anielle Francisco da Silva.

O tempo aqui que nós tínhamos colocado era de cinco minutos para cada um. Eu, por livre e espontânea vontade – por isso que a campainha tocou algumas vezes –, já a alertei de que ela poderia falar de oito a dez minutos – e ela ficou nove minutos. Ficou bem, viu?

A palavra é sua.

**A SRA. ROBERTA EUGÊNIO** (Para discursar.) – Muito obrigada, Senador. Deixe-me só ajeitar aqui.

Bom dia a todas, todos e “todes”. É uma honra estar aqui no Plenário, neste momento representando a Ministra da Igualdade Racial Anielle Franco.

Agradeço ao Senador Paulo Paim pela iniciativa de abrir esta sessão, de realizar esta sessão em celebração, em memória, em convite, em chamada à responsabilização sobre a promoção da igualdade racial neste país.

Em relação ao Dia Internacional da Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, quero, neste momento, aproveitar para saudar a mesa, a Deputada Dandara, a Promotora de Justiça Lívia Santana Vaz, a professora e nossa eterna Ministra Nilma Lino Gomes, o Secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do PT, Martvs Chagas, e também a Douglas Belchior, da Coalizão Negra por Direitos.

Eu começo esta minha fala trazendo uma memória sobre o que é necessário para a promoção da igualdade racial dentro do Brasil. A promoção da igualdade racial, sem dúvida, faz parte de um dos desafios institucionais mais ousados e igualmente mais urgentes, porque o que será preciso para efetivamente atingirmos a igualdade racial neste país? Sem dúvida, passa por revolver a nossa história e lidar com a profundidade dos desafios do enfrentamento ao racismo, da responsabilização por todos os danos provocados a toda a população negra e pela promoção de direitos para toda essa população, de direitos que efetivamente garantam uma vida com dignidade.

Assim, essa referência, esse Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial marca o massacre de Sharpeville, ocasião em que 20 mil pessoas negras protestavam na cidade de Joanesburgo contra a discriminação racial em função de uma lei do passe, que obrigava que essas pessoas portassem cartões de identificação, especificando os locais da cidade por onde tinham permissão de circular...

Mais de 60 anos se passaram, e, ainda hoje, o massacre de Sharpeville e essas restrições ao



deslocamento, às questões que, frequentemente, fazem com que os corpos negros tombem a partir de uma violência promovida pelo próprio Estado, fazem com que esse Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial seja uma data que fala de uma responsabilidade nossa no hoje. No Brasil, justamente pelo simbolismo dessa data, o Presidente Lula criou, em 2003, a então Secretaria Nacional de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial (Seppir), com o objetivo de promover a igualdade racial, de combater o racismo, assim como de criar políticas públicas voltadas para a proteção de direitos de indivíduos, de grupos étnicos que compõem a maioria deste país, uma maioria, como dizia Lélia Gonzalez, minorizada, ainda muito silenciada, embora, em dias como hoje, aqui, neste Plenário, nós vejamos uma maioria de negros, que é o que compõe este país.

Nesse ponto, vale ressaltar que, infelizmente, já que o racismo faz parte da estrutura brasileira, como aponta Grada Kilomba, ele também se configura a partir dessa exclusão, que, embora não se dê aqui, faz parte de um dia a dia que nós, frequentemente, encontramos em todos os espaços de poder e tomada de decisão, faz parte de uma maioria que é invisibilizada ainda nos meios de comunicação, nos postos de decisão dentro de universidades, autarquias, e também que configuram todos os privilégios que garantem de modo silencioso que pessoas brancas avancem sem se responsabilizar pelas penúrias que pessoas negras sofrem.

Trata-se, portanto, de um fenômeno estrutural, perpetuado no Brasil de maneira social, econômica, cultural, política e, inclusive, normativa, a despeito do importante e transformador trabalho de Deputados, Senadores, como o Senador Paulo Paim, como a Deputada Dandara e tantos outros, que contribuíram para os grandes avanços que ainda podem não ter transformado toda a realidade dessa sociedade, mas já garantem que esse debate não mais seja um debate que trate sobre os absurdos de falarmos de um país supostamente democrático racialmente. Se hoje podemos falar que o mito da democracia racial está assoreado, é a partir da contribuição de todos aqueles que lutaram incessantemente, ainda que muitas vezes de modo solitário, em espaços de poder, em espaços de produção de normas, dentro do Governo ou ainda, mesmo durante esses 20 anos da Seppir, de modo aquilombado. Foram todos esses esforços que transformaram esse país.

Diante desse cenário, a criação da Seppir representa, sim, um marco na história do Brasil, um marco que se relaciona com a institucionalização do enfrentamento às desigualdades raciais a partir de uma responsabilidade que o Estado enfim assume, relacionando a promoção da igualdade racial como um objetivo necessário para a consolidação da democracia.

A Lei 12.288, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, é um desses marcos. E, embora, ainda hoje, o estatuto não tenha totalmente se consolidado, é a partir dele que muitos dos nossos esforços puderam avançar, como a institucionalização da Lei de Cotas, a lei que reserva 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos e, mais recentemente, a Lei 14.531, que equipara o crime de injúria racial ao crime de racismo.

A Seppir, hoje Ministério da Igualdade Racial, foi a raiz fundante do que hoje nós temos como as políticas institucionais de promoção da igualdade racial no Brasil.

Nesse sentido, o Ministério da Igualdade Racial, aqui representado por mim, reafirma o seu papel na construção de políticas públicas voltadas: à promoção da igualdade racial e étnica; ao fortalecimento e à ampliação das ações afirmativas; ao combate e à superação do racismo; à proteção e ao fortalecimento dos povos de comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiro e quilombolas.

E, justamente para o cumprimento de tais objetivos, na data de amanhã, a data que enfim celebra o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, mas consolida essas duas décadas da Seppir ao Ministério da Igualdade Racial hoje, com muito orgulho, nós podemos dizer que, ainda com um orçamento que talvez não seja aquele devido para a consolidação de tudo que precisamos para a promoção



da igualdade racial no Brasil, mas...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. ROBERTA EUGÊNIO** – ... com o maior orçamento da história da CPI e do Ministério da Igualdade Racial, lançaremos uma série de atos normativos, como o Programa Brasil Quilombola, a titulação de cinco territórios quilombolas, a criação de grupos de trabalhos interministeriais, com a retomada do Plano Nacional de Ações Afirmativas, do Plano Juventude Negra Viva, entre outros.

É importante, ainda assim, pontuar que o trabalho do Ministério da Igualdade Racial é um trabalho transversal, o que significa que a elaboração das políticas públicas que promovam a igualdade racial no Brasil precisa passar e ser pauta de todos os demais ministérios como uma luta que não é apenas da população negra, mas de todo este país para que todos, enfim, tenham acesso pleno à educação, à saúde, a um trabalho digno, à moradia, a saneamento e à justiça. Isso perpassa por todos os órgãos do poder público, e não apenas pelo Poder Executivo. Assim sendo, o Ministério da Igualdade Racial conta com a colaboração de todos e se coloca aqui, mais uma vez, à disposição para construir um país mais equitativo e efetivamente justo para as suas majorias até que nenhuma pessoa negra mais esteja em situação de indignidade, de violência, de precariedade, de ausência, de ausência de direitos. O Ministério da Igualdade Racial é um órgão que deve ser um órgão de Estado até que o racismo não mais seja parte do nosso dia a dia.

Eu quero, para finalizar a minha fala, fazer aqui memória do Valdemar Rufino, um homem negro, idoso, de 66 anos, que foi vítima da violência racial, da violência institucional racial, no Rio de Janeiro, na última semana. Para quem não acompanhou essa história, o Valdemar Rufino era um homem negro, morto por uma bala, durante um confronto dentro da comunidade do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, que já tinha perdido seu filho assim, num massacre como poderíamos registrar, o massacre de Sharpeville, que aconteceu na favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro. Um homem trabalhador que não teve direito a uma aposentadoria digna e, por isso, ainda se mantinha trabalhando, agora, deixa seus dois filhos, que, com uma revolta própria de quem não sabe o que fazer da vida num Estado que não promove direitos para a população negra e retira vidas de modo contumaz, hoje...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. ROBERTA EUGÊNIO** – ... estão órfãos de pai, de mãe, sem irmão, ainda residentes dentro dessa comunidade, em que a realidade e a promoção da vida não é aquilo que abriga o seu dia a dia. Aqui, então, fazendo memória do Valdemar, eu faço memória de todas as vítimas fatais e todas aquelas que ainda se insurgem, mas, ainda assim, parte de nós sempre fica pelo caminho, toda vez em que o racismo nos atravessa, e isso acontece diuturnamente. O Ministério da Igualdade Racial se coloca, então, de pé, a postos, para que nenhuma vida negra mais tombe por conta de uma violência institucional, de uma violência que deveria ser evitada, quando o correto seria que todas e todos nós aqui estivéssemos debatendo hoje...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. ROBERTA EUGÊNIO** – ... sobre a garantia de direitos e não aqui fazendo memória ainda, mesmo após 400 anos de escravidão, sobre a derrubada das nossas vidas, que acontece diuturnamente.

Eu fico por aqui e agradeço ao Senador e a todos que se encontram neste Plenário.

Bom dia. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –



Muito bem. Meus cumprimentos, Secretária-Executiva do Ministério, Sra. Roberta Eugênio, representando a Ministra de Estado da Igualdade Racial.

Neste momento, passamos a palavra à Promotora de Justiça do Estado da Bahia, Sra. Lívia Santana e Sant'Anna Vaz, que tem nos ajudado muito aí nos encaminhamentos de alguns projetos.

**A SRA. LÍVIA MARIA SANTANA E SANT'ANNA VAZ** (Para discursar.) – Bom dia a todas as pessoas presentes nesta muito especial sessão.

Eu queria iniciar parabenizando o Senador Paulo Paim por este dia, por esta celebração, por esta sessão especial, e, acima de tudo, agradecendo-lhe por sua postura, por sua trajetória e pela concretização da luta pela eliminação da discriminação racial no nosso país. Também quero cumprimentar a Ministra, Professora e Doutora querida Nilma Lino, que nos acompanha aqui virtualmente; e cumprimentar a Sra. Deputada Federal Dandara, que terá uma importante missão de concretização da igualdade racial a partir da revisão da Lei de Cotas e do aprimoramento de política pública tão importante para a igualdade racial no nosso país. Cumprimento também a Secretária-Executiva do Ministério da Igualdade Racial, Sra. Roberta Eugênio – peço que leve meus cumprimentos à nossa querida Ministra Anielle Franco.

Com isso, quero iniciar a minha fala com a leitura que talvez muitas pessoas aqui não conheçam, mas que diz respeito à nossa história.

Apenas pessoas livres podem frequentar as escolas (Lei Provincial nº 13, da Província de Minas Gerais, de 1835).

Proibição de frequentar as escolas para todas as pessoas que padeçam de moléstias contagiosas, escravos e pretos africanos, ainda que livres ou libertos (Lei nº 1, da Província do Rio de Janeiro, de 1837).

Criação na capital da Província do Rio Grande do Sul de um colégio de artes mecânicas para ensino de órfãos de pobres expostos e filhos de pais indigentes que tenham chegado à idade de dez anos sem seguir alguma ocupação útil. Admitem-se nas oficinas todas as pessoas, todos os moços, excetuados os escravos.

São proibidos de se matricularem nas escolas meninos não vacinados ou que padeçam de moléstias graves, bem como escravos (Decreto nº 1.331-A, Decreto Coutto Ferraz, de 1854).

Eu poderia seguir aqui por alguns minutos listando a legislação brasileira que proibiu ou restringiu o acesso de pessoas negras e escravizadas por quase um século, Senador Paulo Paim, neste país.

E, se a educação é um instrumento fundamental de ascensão social, de que mérito nós estamos falando?

Nós estamos hoje há, quase, 135 anos da lei que declarou a abolição da escravidão no Brasil, dedicando apenas dois artigos, Deputada Dandara, para dar conta de quase quatro séculos de escravização. E, mesmo depois desses 135 anos, o fator raça, Frei David, segue sendo determinante de todas as desigualdades no nosso país. Se eu falar em mortalidade infantil, crianças negras são as que mais morrem. Se eu falar em mortalidade materna, violência obstétrica, violência doméstica e familiar, violência sexual, Douglas Belchior, feminicídios, mulheres negras são as maiores vítimas. Se eu falar em encarceramento em massa, em violência policial letal, no erro no reconhecimento de pessoas, jovens negros são o alvo. E, se eu falar em expectativa de vida em todos os estados da Federação brasileira, segundo o IBGE pessoas negras vivem menos que pessoas brancas.

Portanto, nós não estamos falando de um fator tangencial, de um fator que possa ser considerado de menor importância. É um fator que determina as nossas vidas no Brasil, do nascimento até a morte.

A leitura dessas leis provinciais neste espaço, nesta Casa Legislativa, é muito emblemática porque, se o Estado brasileiro participou, a partir das suas leis, da construção dessa realidade persistente de racismo, esta Casa tem também a missão, a obrigação, o compromisso de concretizar a nossa Constituição Federal para desfazer e desconstruir essa realidade e promover igualdade racial.



A nossa Constituição Federal Cidadã, de 1988, não apenas trata o racismo como crime imprescritível e inafiançável, mas tem como princípio no seu art. 4º, que trata das relações internacionais do Brasil, o repúdio ao racismo. Trata-se, portanto, de um compromisso do Estado brasileiro internacionalmente. Não podemos nos esquecer da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial; e, mais recentemente, da adesão do Brasil à Convenção Interamericana contra o Racismo. Deputada Dandara, essa convenção é texto constitucional. Aprovada na modalidade do art. 5º, §3º, da Constituição, ações afirmativas hoje são letra da nossa Constituição e não podem ser desconsideradas, para que nós efetivamente consigamos promover igualdade racial neste país.

Não se pode falar efetivamente na democracia se o racismo segue sendo essa chaga. Um Estado que se pretenda democrático de direito precisa refletir minimamente a diversidade do seu povo em todos os espaços de poder e decisão, e isso não acontece no Brasil, seja no Poder Legislativo, seja no Poder Executivo, seja no Poder Judiciário. É a nossa missão, de todos e todas nós, mudar essa realidade. Nós não podemos seguir nos omitindo diante de tanta crueldade. Se nós estamos aqui hoje, Dra. Lilian Azevedo, foi a partir do derramamento de muito sangue e suor do nosso povo, das nossas ancestrais, e nós precisamos honrar essa luta abrindo caminhos para que outras pessoas negras, outras mulheres negras possam ocupar esses espaços.

Portanto, eu gostaria de finalizar a minha fala lembrando Nelson Mandela. Se hoje a gente lembra do massacre que deu causa a esse Dia Internacional da Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, é importante parafrasear a nossa referência da África do Sul, que dizia que nós não nascemos odiando outras pessoas pela cor da sua pele e, se nós aprendemos a odiar, podemos também aprender a amar.

Quando Nelson Mandela difunde o princípio ubuntu, não se tratava apenas de retórica. Nós precisamos assumir, valorizar o ubuntu neste país como uma pedagogia ancestral viva de concretização de uma democracia que pessoas negras nunca vivenciaram neste país, salvo em Palmares. Que possamos fazer Palmares de novo.

E encerro com o poema Vozes-Mulheres, de Conceição Evaristo, para homenagear e celebrar esta mesa – agradecendo pela abertura de caminhos ao Senador Paulo Paim –, que diz assim:

A voz de minha bisavó  
ecoou criança  
nos porões do navio.  
Ecoou lamentos  
de uma infância perdida.  
A voz de minha avó  
ecoou obediência  
aos brancos-donos de tudo.  
A voz de minha mãe  
ecoou baixinho revolta  
no fundo das cozinhas alheias  
debaixo das trouxas  
roupagens sujas dos brancos  
pelo caminho empoeirado  
rumo à favela.  
A minha voz ainda  
ecoa versos perplexos  
com rimas de sangue



e fome.

A voz [...] [das minhas filhas, me permitam]

recolhe todas as nossas vozes

recolhe em si

as vozes mudas caladas

engasgadas nas gargantas.

A voz [...] [das minhas filhas]

recolhe em si

a fala e o ato.

O ontem – o hoje – o agora.

Na voz de [...] [minhas filhas]

se fará ouvir a ressonância,

o eco da vida-liberdade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Os nossos cumprimentos à brilhante fala também da Promotora de Justiça do Estado da Bahia, que já esteve algumas vezes aqui conosco conversando sobre o belíssimo trabalho que continua fazendo e vai fazer, se Deus nos iluminar, em outras instâncias. Não vou falar aqui; se cito com antecedência, crio um problema.

Meus parabéns à Promotora de Justiça do Estado da Bahia, Sra. Lívia Santana e Sant'Anna Vaz.

Então, a essa mesa agora nós vamos pedir as nossas... Eu vou pedir que elas, as três, retornem ao Plenário, com uma salva de palmas, e nós vamos para a segunda mesa. (*Palmas.*)

Enquanto nós vamos chamar e preparar a segunda mesa, nós garantimos a palavra neste momento a nossa querida, também amiga, lutadora, guerreira, S. Exa. a Sra. Nilma Lino Gomes, ex-Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do Brasil.

O tempo é seu, Ministra – sempre Ministra, não é?

**A SRA. NILMA LINO GOMES** (Para discursar. *Por videoconferência.*) – Bom dia, muito bom dia, Senador Paim, muito bom dia a todas as pessoas que estão aí presentes nesse encontro e também ao meu colega Toni Reis, que está aqui comigo virtualmente.

Senador Paim, eu quero abrir a minha fala também homenageando (*Falha no áudio.*)... todo o seu trabalho e quero dizer que, diante de tudo que as pessoas já falaram, com que eu concordo, para mim o senhor representa duas coisas muito importantes na nossa luta antirracista, que é a sabedoria e a experiência.

Eu quero cumprimentar a mesa, que está se desfazendo, na sua pessoa, em nome da sua sabedoria, da sua experiência (*Falha no áudio.*) as mulheres presentes na pessoa da nossa querida Deputada Federal Dandara, que esteve também nessa mesa. Então, que todas as pessoas se sintam cumprimentadas nas pessoas de vocês.

Eu quero agradecer o convite, a compreensão – eu estou viajando, então não pude estar presencialmente, não posso estar presencialmente – e sua gentileza e generosidade de me deixar participar virtualmente, Senador.

Eu quero reforçar a sua fala de que o racismo é realmente um mal. E ele é um mal que não só atinge as suas vítimas, mas atinge toda a sociedade. Então, concordando, uma sociedade que se cala, uma sociedade que é conivente com o racismo é uma sociedade doente e é um caminho muito fácil para outras violências, como, por exemplo, para o fascismo se alastrar. Então, hoje, quando falamos tanto na ameaça



fascista que o Brasil viveu e tem vivido nos últimos anos, é importante a gente entender que a luta contra o racismo também faz parte da luta contra o fascismo, porque, como eu disse, o racismo é um caminho muito fácil, muito propício para que muitas outras violências se instalem. Eu acho que muitas vezes nós não articulamos essas duas dimensões, e isso é muito importante.

Eu também queria destacar que o dia de hoje não é um dia de comemorar. O dia de hoje, já antecedendo o dia 21, que é o marco central internacional da luta antirracista, é um dia de marcar politicamente e com muita força que a luta antirracista é uma luta de todas, todos e “todes”. Então, Senador Paim, a Frente Parlamentar Mista Antirracista que vai ser instaurada, parece-me, no dia 11 de abril, é um avanço, é um compromisso político ético muito importante nesta caminhada rumo à eliminação, à superação do racismo na nossa sociedade, nas instâncias políticas, na educação, como foi muito citado aqui, nos mais diversos setores da nossa sociedade. E ela é um compromisso de todos, todas e “todes” Parlamentares .

Eu quero dizer, Senador, que é com muita honra e muito prazer que eu acompanho a sua trajetória no Senado, principalmente na aprovação de vários projetos de lei – alguns deles o senhor citou aí. Eu acho que há um compromisso muito forte que o senhor e o Senado Federal têm mostrado para o Brasil nesse sentido e que nós esperamos que a Câmara dos Deputados dê continuidade a esses projetos de lei com a sua aprovação – e, quem sabe, amanhã vai ser um dia muito propício para que a Câmara dos Deputados também faça gestos como gestos que serão feitos pelo Presidente Lula, pela Ministra Anielle Franco, da Igualdade Racial, com uma série de ações antirracistas em nível nacional, para que a gente se coloque frente a frente com esse racismo e o supere na nossa sociedade.

Às vezes eu falo em superação e as pessoas pensam que é algo muito edílico, algo muito utópico, mas eu penso que, ao lidar com fenômenos perversos como o racismo, nós temos que fazer um projeto de ação que atinja radicalmente a existência e nós temos que projetar no futuro a sua eliminação, a sua superação. E essa eliminação e a superação vão se dar com a ação cotidiana que nós fazemos, que é o combate ao racismo. Por isso, acho que o nosso dever, a nossa chamada política é não só combater o racismo, mas que, através das várias medidas, projetos, legislações, ações cotidianas antirracistas de combate a esse racismo, nós tenhamos como alvo a superação desse fenômeno. Pode ser que isso não seja algo que eu, na minha existência, vá verificar, viver ao vivo e a cores, mas outras gerações poderão, sim, viver num país mais democrático e antirracista, com superação de várias formas de esse fenômeno se enraizar e com essa superação construída neste presente que nós vivemos, porque este presente que nós vivemos, esta cerimônia da qual nós participamos seriam impensáveis, Senador Paim, em outros momentos. A sua própria história política, em outro momento das nossas próprias

(*Falha no áudio.*) principalmente a mesa constituída, que agora se desfaz para a passagem dos outros colegas que vão ministrar as suas falas, é o retrato vivo de que passos foram dados, sim, na superação do racismo por meio do combate ao racismo. A própria presença de mulheres negras na política, a própria presença de mais mulheres negras na política ainda é incipiente perto daquilo que deveria ser, e isso já mostra que o nosso combate também tem passos de superação. Eu penso que esse é o nosso alvo e acho que é isso que esta cerimônia de hoje nos ajuda a pensar e a refletir. O que eu queria também considerar, Senador, pensando nesse combate ao racismo, na superação do racismo, é que tudo isso é muito importante e faz parte deste momento que nós vivemos de reconstrução democrática do nosso país, deste momento que se instaurou nas eleições de 2022, em que uma parte da população brasileira disse “sim” para esse projeto, “sim” para esse outro projeto de democracia e “não” para o projeto autoritário que nós tínhamos vivido, que vivemos aqui nos últimos quatro anos, além do golpe de 2016. Então, é pensando nessa população brasileira e numa outra parte da população que mesmo não tendo expressado pelo seu voto a reconstrução democrática, faz parte do país e precisa, sim, ter os olhos alertados e ser inclusive politicamente reeducada



diante da diferença entre um Estado autoritário e um Estado democrático de direito. (*Falha no áudio.*)

de vida, extremamente fascista e extremamente conservador e reacionário. Mas eu falo de parte da população brasileira que ainda é politicamente reeducável, porque eu acredito que isso pode acontecer, sim, nesse processo de reconstrução democrática que estamos iniciando, que o Presidente Lula lidera com uma grande frente e, principalmente, com os passos que nós vamos dar para toda a sociedade brasileira. E acho que esses passos estão consolidados aí no seu trabalho e de tantos outros Parlamentares que entraram agora nesse momento e que já continuam. Então, o que eu queria dizer é que é preciso que nós consideremos que um projeto de reconstrução democrática da nossa sociedade tem que ser explicitamente antirracista. E acho que este é o desafio que nós vivemos hoje: explicitar as nossas intencionalidades de uma reconstrução democrática e de que essa democracia seja uma democracia radical, como eu sempre venho falando.

E um dos aspectos de uma democracia radical é que essa democracia seja explicitamente antirracista, que o antirracismo não seja retórica, mas que o antirracismo e o combate ao racismo sejam prática, sejam ações.

Eu vejo essa mesa, eu vejo esse momento, eu vejo o que vai acontecer a partir de amanhã, as iniciativas nacionais que nós veremos, as iniciativas locais que nós veremos não só como marcos de momentos de celebração, mas que sejam marcos de momentos de tomada de posição. E essa tomada de posição na história precisa, sim, de lideranças, que liderem essa tomada. Por isso é muito importante que nós estejamos aqui, que esse plenário esteja representativo de tantas pessoas dessa luta antirracista, que seja o senhor, Senador Paim, a chamar esse evento mais uma vez, e que sejamos nós que estamos aqui com uma renovação, com a presença da juventude, que vem também caminhando nessa luta antirracista.

E essa luta antirracista, essa democracia radical também tem que ser anticapitalista, ela também tem que ser contra as formas de exclusão, de exploração que nós vivemos na nossa sociedade; e ela também tem que ser anti-LGBTQIA+fóbica, porque não adianta combater um único fenômeno, uma única violência, sendo que todas estão de alguma forma imbricadas, enraizadas; e ela tem que ser antimachista. Assim, a gente tem aí dimensões estruturantes de fenômenos perversos contra os quais nós sabemos que temos que lutar e contra os quais nós temos construído uma caminhada, mas ela não pode ser sozinha. E eu acho que todas as vitórias que nós já conseguimos no meio de tantas violências acontecem pela ação coletiva que nós temos realizado.

Muito fizemos, há muito o que fazer. Não somos iludidos para pensar que estamos numa situação confortável. Não somos, mas nós sabemos olhar para trás, olhar para os nossos ancestrais (*Falha no áudio.*) hoje em outro momento, não só de cobrança, mas também de ação e de cobrança para que as ações continuem, para que a nossa sociedade como um todo usufrua do bem que o combate ao racismo e a superação do racismo faz para todas as pessoas.

O combate ao racismo nos retira do lugar da ignorância. O racismo nos coloca, nos aprisiona no lugar da ignorância, nos aprisiona no lugar do preconceito e da discriminação, e é preciso que a sociedade seja libertada desse estado de coisas. E essa libertação se faz por meio de ações, ela não é somente intersubjetiva ou subjetiva, mas ela também tem que ser política, ela também tem que ser prática. E é por isso que nós estamos aqui hoje.

Muito obrigada, Senador, muito obrigada a todas as pessoas que me escutam. E vamos em frente, porque nós estamos juntas, juntos e “juntas”. Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu que agradeço muito a S. Exa. a Sra. Nilma Lino Gomes, ex-Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do Brasil. Meus cumprimentos pela bela exposição.

Nesse momento, nós vamos chamar a segunda mesa, e você, Toni, vai abri-la. No momento em que a mesa for formatada, o Toni vai abrir a segunda mesa.



O Toni chegou de um voo ontem à noite, e eu consegui localizá-lo, nós estávamos a sua procura. Ele estava no exterior – ele vai citar onde ele estava – e felizmente conseguiu entrar para participar do nosso debate.

Vamos convidar a segunda mesa.

A Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais, a Sra. Procuradora Lilian Oliveira de Azevedo Almeida. (*Palmas.*)

O Secretário Nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores, lutador de todos os tempos, o Sr. Martvs das Chagas. (*Palmas.*)

O representante da Frente Nacional Antirracista, o Frei David dos Santos. Esse é guerreiro também! (*Palmas.*)

Todos aqui são guerreiros e guerreiras, não é? Parabéns! Quase todos já estiveram na Comissão de Direitos Humanos nos períodos em que lá presidi – agora voltei a presidir.

O representante da Uneafro Brasil, Sr. Douglas Belchior, grande jovem lutador, que tem nos ajudado na formatação de projetos. (*Palmas.*)

E, agora, o Presidente da Aliança Nacional LGBTQIA+, o Sr. Toni Reis, a quem eu peço que use a palavra neste momento para abrir esta mesa.

É com você, Toni.

**O SR. TONI REIS** (Para discursar. *Por videoconferência.*) – Bom dia. Bom dia a todas as pessoas.

Bom dia, Senador Paulo Paim. Parabéns pela sua garra, pela sua história de luta. O senhor realmente está no panteão dos lutadores pelos direitos humanos. Parabéns, então, pela recondução à Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. É muito bacana... E o senhor sempre, quando a gente procurou, esteve do lado dos direitos humanos.

Eu estou muito emocionado aqui ouvindo todas as pessoas que me antecederam.

Nossa querida amiga Nilma, Ministra querida, sempre me lembro dos seus discursos, sempre aprendo muito com você, li seus livros.

Quero também saudar a Deputada Dandara, que não conheço pessoalmente, mas já conheço sua história, seu lindo discurso; o nosso querido Frei David, de tantas as lutas que nós temos por aí; e a Promotora Lívia Santana.

Citando essas pessoas, quero dizer que estou muito feliz aqui.

E por que eu, um branco, aqui neste quilombo que tomou conta do Plenário do Senado?

E é muita linda esta imagem, Senador Paim: o Plenário da Casa Maior do nosso país para discutir o racismo.

Eu quero dizer para o senhor que fiquei muito feliz ontem, quando recebi o seu convite. Se eu tivesse mais... Eu estaria aí presente, mas eu fui convidado por algumas redes internacionais, e estávamos em Marraquexe – é para lá de Marraquexe – discutindo a questão das discriminações, dos preconceitos. E sempre vem esta questão: nós não podemos esquecer que o racismo, o machismo e a LGBTfobia têm que ser trabalhadas, e a gente tem que estar irmanados.

Eu me emocionei muito na fala da Promotora Lívia (*Falha no áudio.*)... anos na luta pelos direitos humanos da comunidade LGBT+, eu e meu esposo decidimos, em 2000, adotar filhos. Então, nós adotamos dois filhos e uma filha: o Filipe, a Alice e o Alyson, os três são negros, das comunidades do Rio de Janeiro. Eu quero dar esse depoimento, porque eu senti na pele o racismo... Eu sou branco e, então, eu não tenho como falar do racismo, mas os meus filhos, o racismo que eles sofreram (*Falha no áudio.*)... um menino parrudo, forte. Ele falou: “Pai, quero culpar você; eu podia ter resolvido tudo lá na minha escola, e o senhor fala que eu tenho que ser... não posso ser violento, não posso espancar as pessoas, que a gente



tem que discutir nas ideias e não no braço”. Eu falei: “Por que, meu filho, você está bravo comigo?”. “É porque eu fui chamado de feijoadada, cabeça de caixa d’água e nariz de batata”, dessas três coisas.

Eu fiquei emocionado e fui até o colégio, Profa. Nilma. No colégio, eu fui falar com a equipe pedagógica. Eu estudo sobre a LGBTfobia, estudo sobre os direitos humanos e entendo algumas questões do racismo. Eis que a equipe pedagógica me falou: “Senhor, o senhor tem que procurar um psicólogo para o seu filho”. Aquilo me deu um... Eu saí do colégio, assim, muito triste, porque quem precisava estar procurando um psicólogo talvez fosse a equipe pedagógica e a própria escola, que não tem ferramentas para atacar esse racismo, mas estava falando, explicando que eram apenas brincadeiras.

Então, hoje, como pai de três pessoas negras, eu sei do racismo no *shopping center*, no supermercado, no restaurante (*Falha no áudio*)... uma pessoa negra ainda no país. E eu estou falando isso de forma muito emocionada. Então, quero dizer para vocês, para todas as pessoas que estão nos assistindo, compartilhando, que eu estou junto nessa luta contra o racismo para que a gente possa falar.

Nesse sentido, eu estava pensando: o que eu vou estar comentando? Eu não gosto de ser muito professoral, mas tem alguns momentos em que a gente precisa. Eu fui buscar o conceito, porque amanhã nós vamos comemorar a eliminação da discriminação racial, fui buscar um texto de 1960, da Unesco, que diz que discriminação é:

[...] qualquer distinção, exclusão, limitação ou preferência que, por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião pública ou qualquer outra opinião, origem nacional, social, condição econômica ou nascimento, tenha por objeto ou efeito destruir ou alterar a igualdade de tratamento [...].

É contra isto que nós temos que lutar: a questão de destruir a autoestima das pessoas. E eu vejo isso nos nossos filhos.

Uma professora negra aqui da APP-Sindicato sempre falou: “Toni, sempre elogie os cabelos dos seus filhos, sempre elogie a cor dos seus filhos. Elogie! Porque destruir uma pessoa é você descriminá-la, é você separá-la”.

Também aqui, quando fala de alterar a igualdade de tratamento, todos nós temos que ter tratamento exatamente igual: um branco, um japonês, um senegalês, uma pessoa do Quênia. Todos nós temos que ter o mesmo direito ao tratamento.

E aí vem a outra definição de que eu gosto muito, e eu tenho trabalhado nisso, que é a do preconceito. Preconceito, sim, é algo que está na nossa cultura. Todos nós temos a nossa religião, a nossa não religião, nós temos os nossos autores, as nossas autoras, nós temos os nossos partidos políticos, nós temos... E a gente tem algumas restrições.

Aí, o Borges define o que é preconceito:

O preconceito é uma primeira compreensão, em geral, parcial, incompleta, fosca [eu gosto desta palavra: “fosca”], de alguma coisa, uma opinião formada sem reflexão. Talvez por isso muitos preconceitos têm um sentido negativo. O preconceito pode ser um ponto de partida que, se for bem desenvolvido, pode tornar-se um conceito, ou seja, um conhecimento mais amplo e completo. O preconceito só se torna negativo quando ficamos nele, sem desenvolvê-lo. Aí ele nos limita, nos impede de ver as coisas de uma maneira mais desenvolvida, ampla, transparente.

Então, com esses dois conceitos, o preconceito existe na nossa sociedade, mas nós não podemos admitir o crime da discriminação, seja ela contra negros e negras, seja contra mulheres. (*Falha no áudio*)... Como diz, ensina o nosso educador Paulo Freire, a gente tem que denunciar, mas a gente também tem que



anunciar.

Por que eu acho que é importante a organização? Eu acho que nós precisamos estar organizados, precisamos estar nos organizando, como a Deputada Dandara, organizando a Frente Parlamentar Antirracismo, a frente parlamentar em defesa dos direitos humanos LGBT, das mulheres, das pessoas ribeirinhas, enfim, de todas as populações que o Senador citou no início da sua fala, porque nós vencemos. Nós da comunidade LGBTI+ recebemos muitos não, infelizmente, da maioria tanto do Senado como da Câmara dos Deputados. Mas mudamos de prédio: fomos ao Supremo Tribunal Federal e lá nós tivemos guarida, porque lá a Constituição Federal (*Falha no áudio*)... podemos casar, podemos adotar, podemos doar sangue, temos a nossa identidade de gênero respeitada. Por omissão das duas Casas Legislativas, e omissão, Senador Paim – e aí todos os nossos Parlamentares são nossos aliados –, que ainda está na minoria, a gente conseguiu que o Supremo Tribunal Federal, no dia 19 de junho de 2019, reconhecesse a LGBTfobia como um tipo de racismo. Então, a vitória de vocês, do povo negro também ajudou a comunidade LGBTI+. E nesse sentido eu e o nosso movimento devemos ser eternamente gratos à luta de vocês, porque, como não tinha uma lei, o Supremo reconheceu que era um tipo de racismo. Claro que nós queremos aprovar nossas leis e nós só conseguimos isso através da organização. E aí, mais uma vez, citando Paulo Freire, digo: “Ninguém se liberta sozinho, ninguém liberta ninguém, nós nos libertamos em comunhão”, juntos e juntas, para que possamos ter um mundo sem racismo, sem LGBTfobia, sem machismo e que possamos trabalhar juntos e juntas de forma bem organizada. Muito obrigado. Foi um prazer estar com vocês aqui. Quero continuar assistindo e aprendendo com vocês. Obrigado.

(*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Toni Reis, Diretor Executivo da organização brasileira LGBTQIA+, o chamado Grupo Dignidade. Repito, ele estava viajando do exterior para o Brasil e, chegando em casa, me liga e diz: “Não, Paim, pode contar que eu vou estar lá amanhã de manhã”. E é bom lembrar que essa decisão da ONU sobre esse dia é um símbolo de luta contra todo e qualquer tipo de preconceito – todo e qualquer! –, por isso fizemos questão de estarem aqui representados todos os setores da sociedade. Queria lembrar que a...

Nesse momento convido para compor a nossa mesa a Sra. Mariane dos Santos, deficiente de visão, massoterapeuta e atleta. (*Palmas.*)

A nossa convidada Lilian chega aqui à mesa.

Eu quero justificar a não presença da Ministra de Estado dos Povos Indígenas, Sra. Sônia Guajajara. Ontem ainda ela falou comigo e disse: “Paim, eu vou lá, estarei lá”. Ela, que representa a nação indígena tão bem, estava vindo e estava chegando aqui à Chapellaria. A minha assessoria desceu para buscá-la, quando ela foi chamada por motivo, de fato, de força maior. Então, eu queria dar uma salva de palmas para ela.

O ministro convidado que não veio mandou um representante, e a nossa querida Ministra Sônia Guajajara infelizmente não pôde de vir por motivo de... Estava chegando, mas teve que voltar. Em resumo, é isso.

Uma salva de palmas para ela. (*Palmas.*)

Concedo a palavra neste momento ao nosso amigo, a S. Reva. o Sr. Frei Davi dos Santos, fundador e Diretor-Executivo da ONG Educafro Brasil.

**O SR. DAVID SANTOS** (Para discursar.) – Querido irmão Paim, guerreiro de muitos anos.... Se vocês não sabem, o único Parlamentar que está nesta Casa, Câmara e Senado, desde a Constituição de 1988 é o Senador Paim, para quem peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Eleito sucessivamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –



Aí eu vou envelhecendo mais. Eu e o Renan. Só tem dois: eu e o Renan também. O Renan Calheiros...

**O SR. DAVID SANTOS** – Ah, o Renan também? Mas o Renan saiu e voltou.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim, sim. O Renan foi Constituinte...

**O SR. DAVID SANTOS** – Você não saiu?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu nunca saí.

**O SR. DAVID SANTOS** – Então você está na frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os culpados são vocês por eu estar aqui. (*Risos.*)

**O SR. DAVID SANTOS** – Bem, gente, este é um momento muito bonito. Que bom! Parabéns, Senado, através do meu irmão, Senador Paim, por essa solenidade.

E aí eu vou ser direto em alguns assuntos, Senador. Você não vai mandar a polícia me tirar daqui, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza não, Frei David.

**O SR. DAVID SANTOS** – Então está bom.

O primeiro ponto, irmão, é que eu estou muito machucado com a falta de investimento político dos Governadores de cada estado, de direita, de centro e de esquerda – até do PT! –, na questão de deixar a milícia mandar no governo. Olha a Bahia, querido Paim! Há quantos anos é governada pelo PT? E lá é o estado que mais mata negro. Não pode, Senador. Temos que fazer um apelo aos Governadores: “Por favor, controlem suas polícias. A vítima é o meu povo negro!”. Não pode continuar assim.

Então eu faço um apelo para que todos os Governadores revejam sua postura e procurem respeitar a vida da população negra. Esse é o primeiro ponto que eu quero deixar de cerimônia.

O segundo ponto é um apelo para as mulheres. Eu tenho visto que o Brasil tem um racismo muito pesado e doentio contra os negros. Ah, o tema da mulher, vai; o tema do negro, fica. E por quê? Porque o tema da mulher não é só sobre mulher negra, mas também sobre mulher branca. E a mulher branca tem mais poder, está mais próxima do poder branco do homem, masculino. E com isso, Paim, o tema da mulher vai e o tema do negro está sempre para trás. Então eu faço um apelo às mulheres de todos os grupos de mulheres: procurem lincar a demanda de vocês à demanda do povo negro, que é muito semelhante – muito semelhante. “Somados somos mais fortes”, o mundo inteiro fala isso, mulheres do Brasil inteiro.

Vamos, por favor, somar nossas lutas para que a gente consiga avançar. Olhem agora as mulheres avançando em várias pautas, nos deixando para trás. E aí, mulher negra, por favor, fale com suas irmãs brancas. Não pode continuar assim, não, Senador Paim, isso é falta de solidariedade. Afinal de contas, o tema da mulher, que é um tema grave, é a solidariedade dos homens brancos, poderosos, com as mulheres brancas, mas por que as mulheres brancas não são solidárias às mulheres negras e a nós, negros? Falta de alguém falar abertamente, e hoje decidi falar abertamente. Espero que você não fique chateado comigo.

O ponto três, Senador. Estamos sofrendo demais nos quatro cantos do Brasil. O Governo Federal, os sucessivos – desculpe – de esquerda, de centro e de direita, têm sido irresponsáveis com monitoria, fiscalização e punição de quem está fraudando as cotas, tanto nas universidades como no serviço público. Eu estou vindo, há tempo, de Rondonópolis; Senador, de cada dez vagas para negro em medicina, de cinco a oito foram fraudadas por brancos. Isso é inaceitável.

Teria mais coisas a falar sobre isso; se vocês quiserem perguntar depois eu posso falar, mas vou só dizer que precisamos que qualquer governo sério – espero que o PT consiga fazer isso –, que o Governo



consiga valorizar a monitoria, a fiscalização e a punição em todas as políticas públicas, especialmente as do povo negro e das mulheres.

Aqui, Senador, o ponto quatro é um apelo aos Senadores e Deputados. Senadores e Deputados, vocês sabem que a Lei de Cotas é de iniciativa do Executivo. É comum que vocês, por amor a nós, se antecipem e façam o máximo possível. Parabéns! Parabéns! No entanto, eu faço um apelo: por que não unir Deputados, Senadores e Executivo? Ora, nós sabemos que a Lei de Cotas tem uma certa ojeriza de alguns de esquerda e alguns de direita. São alguns; outros são a nosso favor.

Então, qual é o meu pedido? Que permitam – Senadores, Deputados, pois já há mais de 50 projetos circulando aqui, na Câmara e no Senado, sobre cotas para negros nas universidades, renovando a lei que tinha que ser renovada em 2022, há mais de 50 projetos rolando –, por favor, tentem uma união, um seminário, uma comissão de trabalho entre Ministério da Educação, Ministério Igualdade Racial e Ministério das Mulheres... Ou melhor, Ministério dos Indígenas, porque a temática é indígena. Que esses três ministérios tenham o protagonismo de chamar todos os Deputados e Senadores para uma reunião para fazer uma redação única e não correrem 50 projetos aqui dentro, porque, no final, vai haver muita briga, muita disputa de ego, e a nossa causa vai ficar para trás.

Minha querida Lívia, eu estou sendo muito doido aqui em falar isso? Por favor, não me bote em enrascada, não.

Senador, o outro ponto é dizer que hoje, ligando a TV Globo, uma notícia me deixou mais chateado do que já sou normalmente com a grande maldade da sociedade brasileira contra nós, negros. A Globo falou hoje – e todos sabem disso – que o desemprego dos jovens é o dobro do resto da população brasileira. O desemprego dos jovens, jovens em geral, não falou jovens negros; imagina dos jovens negros, Senador. Então, Senador, nós solicitamos que haja programas, agora, sim, de iniciativa do Senado, de iniciativa da Câmara, em sintonia com o Executivo, para que se combata essa questão do desemprego do jovem negro.

E aqui, Ministro do Trabalho, Marinho, meu irmão, nós temos aí no Ministério do Trabalho uma fortuna de dinheiro cujo o nome é... Quem lembra? No Ministério do Trabalho tem lá uma Comissão... Gente, até eu me esqueci também. Fui perguntar a vocês e também me esqueci. Há lá uma comissão que é o Fundo de Amparo ao Trabalhador. É uma fortuna! E quem é a comissão que coordena esse fundo? São banqueiros, são industriais, e não está a população negra. Senador, é uma fortuna de dinheiro, e que não é investido no jovem negro e não é investido no jovem branco. Então, por favor, Ministro Marinho, nós queremos que o Fundo de Amparo ao Trabalhador seja destinado 100% aos jovens no Brasil, porque a juventude está sendo humilhada por esses sucessivos governos que estão no Brasil.

Senador Paim, um outro ponto da minha dor é...

Não, vamos pegar uma coisa positiva também, não é? Por que só coisa ruim? Qual é a coisa positiva? Senador, olha que incrível: a gente gastou talvez duas solas de sapato, mas rodamos várias universidades de São Paulo e conseguimos 5 mil bolsas de estudos com as faculdades particulares, que vão de 50% a 100% – 5 mil bolsas de estudo. E aí acabou o sapato, pegamos o chinelo e fomos sentar com o Prefeito e conseguimos 4 mil estágios de 30 horas apenas por semana, R\$1.500 por mês, R\$25 por dia para vale-refeição e mais vale-transporte. Senador, isso é uma coisa positiva, mas tem uma coisa negativa aí, olha só: 90% do povo afro-brasileiro não tem esse dinheiro por mês – 90% do povo afro-brasileiro não tem esse dinheiro por mês. E nós acabamos de fazer um acordo com a Prefeitura de São Paulo e com essas universidades...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. DAVID SANTOS** – ... e nós temos, então, 5 mil bolsas disponíveis para o Brasil inteiro e 4 mil estágios.



Para o ingresso, é só ele atender as demandas e pode ingressar em uma semana.

Então, você do Brasil inteiro, faça contato por telefone, pelo zap (11) 96173-6869. Repetindo: faça contato – do Brasil inteiro, de Manaus a Porto Alegre – pelo zap (11) 96173-6869. Você jovem negro... Ó, desculpa, hein? Esse é um programa de ação afirmativa: é só voltado para negras e negros. Então, você do Brasil inteiro, jovem, ou não jovem... Jovem de 40 anos, de 50 anos também pode recorrer esse benefício, porque você foi vítima. Na sua idade legal, você não teve oportunidade; vai ter agora então. Portanto, Senador, é para qualquer um.

Um outro ponto que nos machuca é o seguinte, Senador: o Ministro Lula vai agora para a China. Vai levando mais de 200 pessoas. Eu não vi negro indo nessa delegação de Lula. Ainda está em tempo, ainda. Lula, por favor, meu irmão, queremos negro nessa delegação para a China.

Segunda coisa, olhei a pauta da delegação, Ministro Paim, não vi nenhuma temática popular do nosso povo. Ministro Paim, Ministro Paim, nós do Brasil somos 56,1% do Brasil; Paim, no mundo da tecnologia, como desenvolvedor e como programador, nós não somos 2%. Não queremos coisas novas com vícios velhos. Meu apelo: Lula, inclua, na sua ida à China...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. DAVID SANTOS** – ... a ida de negras e negros, ou não, mas pessoas compromissadas em fazer um acordo com a China para levar para lá mil jovens negros para aprenderem chinês e fazerem o curso de TI, e, assim, ajudar o Brasil a entrar, no mundo da tecnologia, com o pé direito e com plenitude, jogando a comunidade negra nesse espaço, que é o futuro do Brasil e do mundo!

Senador, para concluir, eu quero partilhar uma notícia boa. Há mais de três anos, estamos lutando com os sucessivos ministros presidentes do CNJ para combaterem uma ousadia, um atrevimento, uma maldade dos presidentes dos tribunais de Justiça do Brasil. Ora, em 2014, conquistamos cota para negro nos concursos públicos. Cartório é concurso público, mas os donos dos tribunais de Justiça do Brasil, que usam os cartórios para negociata com os seus amigos, não deixavam ter cota para negro nos cartórios. Eis que, por uma estratégia feita, um mês antes de o Ministro Fux assumir a Presidência do CNJ, a gente teve uma conversa com ele, bem olho no olho, em uma sala fechada. Ele falou: “Frei David, em 30 dias da minha posse, eu vou fazer com que o Conselho Nacional de Justiça aprove cota para negro no concurso de cartório”, e conseguimos.

Então, com isso, eu concluo, comunicando a todos os irmãos e irmãs negras do Brasil, do mundo do Direito: disputem vaga para vocês entrarem nos cartórios! Gente, tem duas maneiras de você ficar rico rápido, no Brasil: primeiro, abrindo uma boca de fumo...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. DAVID SANTOS** – .... não faça isso; segundo, sendo dono de cartório, faça isso!

Um abraço. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Frei David! Frei David, sempre incisivo, cobrando, solicitando, mas com resultado, não é, Frei David? *(Pausa.)*

Você é um homem de resultados. Eu sei da sua história e fica aqui o meu carinho, o meu respeito à sua pessoa. Não é de graça que, no meu gabinete, ele colocou dois: o Tiago e a Isabel. O Tiago depois foi para outros voos; a Isabel está, até hoje, lá.

Vamos em frente! Convido, agora, a nossa querida painelista, que, eu digo, já na Comissão de Direitos Humanos, toda vez em que foi convidada, foi lá e fez uma exposição belíssima. Concedo a palavra



a S. Exa. a Sra. Lilian Oliveira de Azevedo Almeida, Procuradora do Município de Salvador, Bahia.

**A SRA. LILIAN OLIVEIRA DE AZEVEDO ALMEIDA** (Para discursar.) – Bom dia a todos, todas e “todes”!

Que honra estar aqui! Eu já vim dali, com todo o meu “baianês”, meu jeito despojado de ser, falando sobre a honra de estar aqui e o quanto é simbólico para mim, Senador Paim, o momento de hoje, por várias demandas, seja porque a gente caminha e, muitas vezes, Frei David, caminha sozinha... O senhor trouxe aqui, e já me permita ir cumprimentando cada um, mas quebrando um pouco o protocolo, porque falar da questão da população negra é falar também sobre uma quebra de paradigma em que não necessariamente a forma de ser litúrgico e de ser competente ou ser inteligente tem que seguir apenas uma determinada maneira de ser, não é? Nós somos muitos, nós somos diversos e nós temos que abraçar essa nossa diversidade. E a população negra, em sua grande parte, na sua história, mostra isso, mostra a nossa alegria, mostra a nossa tristeza, mas mostra também a nossa valentia.

Então, Senador Paim, eu quero começar dizendo o quanto eu sou honrada por hoje pisar aqui nesta Casa, por hoje ter esta oportunidade, porque, como mulher negra, Frei David, muitas vezes nós estamos na base da sociedade e estamos nessa encruzilhada entre a branquitude e entre o movimento negro, porque, se formos, por um lado, lutar pelas mulheres, muitas vezes nós não nos encontramos, não nos reconhecemos, estamos sós nesses espaços, e, se, por outro lado, nós vamos lutar pela pauta racial, muitas vezes nós também somos mulheres sozinhas. Então nós estamos nessa encruzilhada. Muito obrigada por este momento aqui de hoje.

Eu saúdo todos aqui presentes, na pessoa do Senador Paim, e aproveito também para trazer um pouco de partilha da minha história, da história que eu venho construindo como Procuradora do município, nesse lugar, e também como Presidente hoje da Associação Nacional dos Procuradores Municipais.

Quando a gente pensa na questão racial e nós mergulhamos aí nessa aula que a Deputada Dandara nos trouxe aqui, e tantos outros, sobre a repercussão da questão racial desde o nosso Brasil colônia, desde lá dos povos originários, desde toda a nossa história, a nossa estrutura, nós percebemos hoje, na prática, quais são as consequências de tudo isso. É importante fazermos essa reflexão sobre onde estamos, o que conseguimos, em que avançamos e em que não avançamos, mas é importante a gente entender hoje os efeitos do racismo na prática.

E, nesse sentido, eu gosto muito de trazer à tona a questão do local do município. Afinal de contas, nós falamos da União, nós falamos do estado, mas eu gosto sempre de lembrar que a vida pulsa é nas cidades, a vida pulsa é nos municípios. E foi lá como Procuradora do Município de Salvador, uma cidade que é considerada a Roma Negra, uma cidade onde 84% da população são de pessoas negras, por muito tempo eu, há 12 anos, entrei sendo a única Procuradora negra desse local. É por isso que isso me atravessa demais quando a gente traz aqui toda essa caminhada, porque eu estou numa cidade onde a maioria da população é negra, e a gente pergunta: onde está essa população negra? Onde estamos? Que espaços estamos ocupando?

A partir desse olhar, nós temos que pensar num viés de responsabilidade. O que está acontecendo? De que maneira nós estamos aqui hoje discutindo, pensando em leis importantes, em projetos importantes, na questão orçamentária?

Mas o que está acontecendo que, entre a ponta, vamos dizer, muitas vezes da União, se repassa quantia fundo a fundo para fundos de crianças e adolescentes, para fundos dos idosos, para fundos da assistência, o que acontece que, quando chega à ponta, você não vê refletida essa política pública? – e não só em relação à questão racial como aqui foi dito. Não é uma discussão identitária: é uma discussão em que a gente, havendo um problema, localiza os demais problemas, seja da mulher, seja da população LGBTQIA+ e de tantas outras que nós aqui citamos ao longo da nossa narrativa. O que está acontecendo?



Nós temos que perceber que a questão racial, para além de complexa, permitam-me, é uma questão cínica. Por que é uma questão cínica? Porque o racismo vai se adaptando, ele vai se moldando para criar cada vez mais barreiras para que a população negra não tenha acesso.

E aqui eu vou trazer só alguns exemplos dessa minha caminhada, quando nós vimos, por exemplo, na ideia de se modernizar a cidade, se urbanizar a cidade, quanto ao espaço geográfico, você escolher os espaços onde você tem mais acesso a políticas públicas e colocar uma população de determinada cor, e em outros espaços mais subalternos, os espaços do lixão da cidade, você destinar à população negra. Quando você pensa, por exemplo... Nessa minha caminhada, além de Procuradora, eu fui Secretária de Promoção Social e Combate à Pobreza e trabalhei muito de perto com as pessoas em situação de rua, e eu tenho alguns casos assim que são emblemáticos, onde, em um determinado momento, uma pessoa que, enfim, eu não sei se tinha algum problema mental, mas era uma pessoa que estava em situação de rua, era uma pessoa que não tinha um padrão, vamos dizer assim, de uma pessoa em situação de rua – era uma pessoa branca, era uma pessoa de olhos azuis –, e, de repente o telefone da secretaria estava congestionado porque todos queriam saber por que aquela pessoa estava ali: “É um absurdo! Como assim?”. E a gente: “Não, a gente já está tomando providência”. Mas não era o suficiente, eram manifestos, eram *e-mails*, eram mensagens, porque “não era lugar daquela pessoa estar ali”, enquanto milhares de crianças – e eu já trago aqui a questão das crianças – ficam na fila, muitas vezes, dos benefícios com suas mães e ninguém se abala, não é?

Então nós temos que observar que sociedade é essa que nós estamos incentivando e criando.

Quando eu penso, por exemplo, na questão dos terreiros das religiões de matriz africana e das dificuldades desses terreiros de conseguirem imunidade tributária enquanto outros espaços, outras manifestações de fé, que também têm suas dificuldades, mas conseguem alcançar... E, se a gente faz uma pesquisa, a gente percebe quantos terreiros não conseguem a documentação. Não se olha que isso é um problema histórico de perseguição às religiões de matriz africana, que tudo isso chega à burocracia do poder público, e nós estamos alimentando essa segregação.

Trago aqui, como exemplo também, a própria dimensão da educação, não é? – quando o Senador Paim bem pontuou que a educação liberta. Mas ela também mata, e mata não só, vamos dizer, no momento em que uma criança dessa venha a ser combatida, mas também no mental dessa criança, porque muitas vezes nós partimos para a escola para dizer a falácia de que a nossa história começou simplesmente na escravidão, enquanto há uma riqueza história da população negra que não é contada – não é contada nem nas escolas, não é contada nos museus –, então é uma responsabilidade da cultura em relação a isso. Então, há uma mistura de ignorância e perversidade.

Já dentro da ANPM, como Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais, e, mais, e desde a gestão passada, em que eu tinha ao meu lado o Presidente Gustavo, nós, Senador Paim, pensamos no que fazer e instituímos uma premiação, que é a premiação Esperança Garcia. A Esperança Garcia é no sentido de você buscar...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. LILIAN OLIVEIRA DE AZEVEDO ALMEIDA** – ... boas práticas nos municípios e sair divulgando como bom modelo em outros municípios.

E pasmem, só para dar um último exemplo: a gente percebe o quanto as capitais – eu não estou nem falando dos 5.570 municípios, mas simplesmente as capitais –, até hoje, em sua grande parte, não implementaram a política de cotas.

Então, a minha fala é sobretudo no sentido de alertar que é importante uma ação articulada e



que os procuradores e as procuradoras dos municípios, que estão na ponta orientando gestores, seja preventivamente, seja na fase judicial, são um elo importante para que essas políticas públicas possam acontecer. Precisamos pensar isso nos três níveis. Precisamos pensar na União, nos estados, nos municípios e precisamos juntar todos esses atores para ações sistemáticas, senão estaremos simplesmente enxugando gelo.

E eu termino minha fala achando que foi extremamente simbólico. Eu, Senador Paim, assumo agora, em fevereiro, a Presidência da ANPM, uma instituição que vai fazer 25 anos, e sou a primeira negra a ocupar esse espaço, primeira Presidente negra. Nós temos uma carreira que tem quase 20 mil colegas, e estou nesse espaço pela primeira vez como Presidente. Fico muito honrada e aproveito o dia de hoje para lhe prestar uma homenagem.

Desde 2021, seu nome foi votado na nossa assembleia como um dos representantes extremamente importantes na nossa luta de fortalecimento da advocacia pública municipal. O senhor sempre pontuou a necessidade de constitucionalização dos procuradores e procuradoras municipais. Nós, então, ali resolvemos que iríamos lhe dar uma das nossas premiações, que é o prêmio Raymundo Faoro...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. LILIAN OLIVEIRA DE AZEVEDO ALMEIDA** – ... que foi um grande jurista, advogado do Rio Grande do Sul, Procurador do Estado do Rio de Janeiro, que tem toda uma caminhada, membro da Academia Brasileira de Letras.

Eu quero, com muito orgulho, na data de hoje, ofertar-lhe essa premiação, não só – hoje eu entendo – pela sua questão com os procuradores e procuradoras municipais, mas pelo seu exemplo de vida. Nós precisamos de eventos, nós precisamos de força e de coragem. E hoje, para mim, como eu lhe disse, é um momento de eu recarregar as baterias, saber, com tantas vozes que eu ouvi aqui hoje, que nós estamos, sim, no caminho certo e que nós podemos, sim, ter a utopia de criar sobretudo os municípios antirracistas.

Muito obrigada, Senador Paim, e eu quero lhe conceder agora, neste momento, essa honraria e lhe agradecer por toda a sua história. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu que agradeço muito, viu, Procuradora Lilian Oliveira de Azevedo Almeida, por tudo que falou, mas eu achei muito importante ter citado também que as escolas têm que contar a verdadeira história do povo negro, e é uma lei que existe há décadas – não é, Frei Davi?

**O SR. DAVID SANTOS** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse trabalho de vocês é brilhante. *(Pausa.)*

*(Procede-se à entrega de homenagem ao Sr. Paulo Paim.) (Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Depois deste momento de muita emoção... A gente chega a uma idade em que se começa a ofertar prêmios e mensagens como esta, e o coração bate mais forte. Mas é bom que ele bata mais forte.

Muito obrigado.

Concedo a palavra neste momento ao meu querido amigo Martvs Chagas, Secretário Nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. MARTVS CHAGAS** (Para discursar.) – Meu bom dia a todas as pessoas aqui presentes e àquelas que não estão presentes, mas que estão nos acompanhando via internet.

Senador Paulo Paim, eu quero muito agradecer não só a sua parceria, mas a sua história de vida.

Eu costumo dizer que o Rio Grande do Sul, por mais que a gente entenda também que é um dos



estados onde o racismo é muito forte, nos premia com determinados presentes, e você é o nosso maior presente que o Rio Grande do Sul pôde nos ofertar. A gente agradece àquele estado, àquela militância negra que tem naquele estado. Muito obrigado por você se tornar essa pessoa e esse símbolo de luta para todos nós.

Eu também quero deixar um abraço aqui à minha companheira Nilma, que está nos assistindo de maneira remota e, na pessoa da Nilma, cumprimentar todas as mulheres que estão presentes.

Senador, por incrível que pareça, a gente fala da história, mas há 20 anos – olha só, lá se vai tempo – eu estava aqui em Brasília. Estava aqui em Brasília porque, no dia 22 de dezembro de 2002, era para ter sido anunciada a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que era a Seppir. E todos os outros ministérios foram criados, Senador; a Seppir não. Eu e a ex-Ministra Matilde estávamos aqui em Brasília exatamente fazendo esse trabalho, juntamente com várias pessoas do movimento negro brasileiro, vários estudiosos, intelectuais, para criar a Seppir. E qual foi a nossa surpresa no dia em que todos os ministérios e secretarias foram anunciados, menos a Seppir?

Eu não vou lhes dizer o porquê não foi criado, não, porque eu estou escrevendo um livro e, se eu contar aqui agora, vocês não lerão o meu livro. Então, vocês vão ler, no meu livro, porque não foi criado.

No entanto, no dia 27 de dezembro, voltamos eu e a ex-Ministra Matilde aqui para Brasília para exatamente saber o que é que houve e de que forma poderia se recolocar esse tema em tela. Discutimos muito – naquela época, eu era Secretário Nacional de Combate ao Racismo do PT pela primeira vez e tinha sido indicado pelo Governo como interlocutor junto à sociedade civil para a criação do ministério –, dialogamos muito e depois de um tempo falaram: “Ah, nós vamos recriar, foi um erro cometido, não poderia ter deixado de existir. Então, nós vamos recriar”. Mas aí a gente nessa nossa resiliência preta, eu mais a Matilde conversamos: “Vai criar, mas não vai criar no dia que vocês quiserem, não. Nós vamos criar a Seppir, mas vai ser no dia 21 de março, que é o Dia Internacional da Luta pela Eliminação da Discriminação Racial”. E por que nós decidimos por esse dia e não pelo dia 10 de fevereiro conforme tinham proposto? Porque a gente entendia que o fato de a Seppir não ter sido criada era parte de mais um lapso da história branca do Brasil, que, independentemente de estar dialogando conosco, estar junto conosco, nos esquece, nos deixa de lado, nos abandona por vezes e mais vezes.

Estou dizendo isso porque amanhã a gente celebra 20 anos de criação da Seppir, e eu me vejo, há 20 anos, com o coração bastante atribulado, porque a gente estava preparando a atividade, não sabia direito o que ia acontecer, quantas pessoas viriam. Era a primeira vez na história do Brasil que o Palácio do Planalto iria receber a enormidade de pessoas pretas que recebeu – foram mais de 600 pessoas na nossa atividade.

Então, essa lembrança é para também falar um pouco das nossas vitórias. Às vezes, no movimento social, na nossa luta, a gente carrega tanto ranço, tanta carranca que se esquece de falar que, se estamos aqui hoje neste Plenário, com um Senador negro, isso é reflexo da luta histórica do povo negro no Brasil, não é outra coisa, não é de outra maneira, não pode ser encarado de forma diferente, é luta das mulheres e dos homens, é luta de todas as pessoas, é luta dos antirracistas.

E, quando a Dandara faz referência a mim – eu queria agradecer muito à minha companheira Deputada Federal Dandara Tonantzin, lá da cidade de Uberlândia –, eu fico feliz, porque esse papel, Senador, que eu cumpro e resolvi cumprir há muitos anos de estar num partido político e, a partir desse partido, fazer as lutas sociais, é muito solitário. De um lado, tem parte do movimento negro que bate na gente dizendo que a gente é do partido; do outro, tem o partido que bate na gente dizendo que a gente é do movimento negro. E a gente fica um pouco no limbo. Assim sabe? Apanhando de tudo quanto é lado. E você não sabe para que lado que você vai. Aí você se abraça com aqueles e aquelas que estão junto com você ali.



Mas eu estou citando Dandara porque há a presença de Dandara, a presença de Reginete Bispo – a quem o senhor conhece muito bem e sabe disso – aqui hoje, a presença de Denise Pessoa, duas mulheres negras do Rio Grande do Sul, isso não é pouca coisa. São duas mulheres negras do Rio Grande do Sul e petistas! Não é pouca coisa.

Isso se deve à luta nossa, que não excluímos ninguém, não deixamos ninguém de fora e também não deixamos partidos políticos de fora. Porque às vezes a gente escuta algumas falas que generalizam, pasteurizam os partidos políticos como se todos eles fossem iguais, como se todos fossem da mesma forma, como se todos eles fizessem as mesmas coisas, e foi esse discurso apolítico, despolitizado que foi o germe do bolsonarismo no Brasil. A partir desse tipo de discurso, de deixar a política de lado, de deixar os partidos fora da política é que isso se disseminou, e assim, a luta... Aí falaram: “Não, a luta contra o sistema”. O que isso significa na verdade? Que os partidos são do sistema. Aí você tem um assistemático, como o ex-Presidente Bolsonaro, que fez o que fez no Brasil.

Que bom que hoje nós estamos podendo aqui inclusive falar e criar, fazer as nossas críticas entre nós, porque se não fosse a luta democrática que nós travamos, se não fosse a figura de um companheiro como o Presidente Lula, dificilmente a gente estaria com o mesmo espírito e a mesma tranquilidade de falar aqui hoje.

Por fim, já caminhando para o meu encerramento aqui, eu me lembro, Senador, companheiros e companheiras, de que, durante o período da construção do programa de Governo do Presidente Lula – e a Nilma está aqui conosco e ela foi a coordenadora da construção desse programa –, tinha duas questões centrais – não é, Nilma? – que a gente trabalhou, duas questões que eram, no nosso caso, estruturantes. A primeira era a defesa e a promoção da vida da população negra com dignidade. O que significa isso? Significa que a gente não pode deixar que o Sharpeville se restabeleça no Brasil, significa que a gente não pode deixar mais as nossas crianças, os homens, as mulheres negras serem massacradas do jeito que elas vêm sendo. E para isso nós precisamos criar não só programas como o Juventude Viva, um Juventude Negra Viva, mas nós precisamos criar um mecanismo no Brasil onde a defesa da vida passe a ser prioridade. E o que a gente diz de defesa da vida? Não são só aquelas pessoas que já estão situadas ou estabelecidas, mas é desde a criança, é na tenra idade, é quando a gente fala de violência obstétrica, é quando a gente fala de feminicídio, é quando a gente fala das crianças que não têm o que comer, quando a gente fala de insegurança alimentar. E ao mesmo tempo, a promoção dessa vida deve ocorrer a partir do momento em que a pessoa se coloca enquanto cidadão. Nós temos que proteger esse cidadão, essa cidadã.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARTVS CHAGAS** – Vou concluir.

A segunda questão é a inserção da comunidade negra, a inserção econômica da comunidade negra com qualidade. Não é possível... E aí eu falo para os meus colegas ministros do meu partido, para os meus companheiros e companheiras do meu partido que estão no Governo: não é possível que a gente tenha mais um mandato e que a população negra não comece – eu sei que é difícil – a ser inserida de forma verdadeira na economia desse país. Nós temos que criar as condições para que, para além da carteira assinada ou para além da renda, nós tenhamos condições de as pessoas receberem e terem dignidade também, terem qualidade de vida.

Então, Senador, eu digo isso porque eu me lembro de 2009... Foi em 2009? Foi em 2009. Acho que o senhor estava presente, Senador, foi 13 de maio de 2009, quando nós lançamos uma série de políticas que acredito que até hoje permeiam o imaginário e permeiam aqui o Governo Federal.

Nós lançamos, naquele ano, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Nós lançamos, naquele ano, a política de cotas do Pibic. Nós lançamos, naquele ano, uma revista que era Trabalho



Doméstico Cidadão, que permitiu, logo depois, a inserção das mulheres negras – já que a grande maioria são mulheres negras – como trabalhadoras com direitos. E houve uma série de outros programas.

O que eu quero dizer com isso? Nós temos que inovar, nós temos que superar. E isso já foi dado. Eu me lembro de nós andando pelos corredores deste Senado e da Câmara, Senador Paulo Paim, para aprovar o Estatuto da Igualdade Racial em 2010. Que luta que foi aquilo, e, ainda assim, apanhando de um monte de lados também! Creio que o senhor lembra: apanhou de um lado e de outro!

Eu penso que nós temos esse compromisso. Nós que estamos nos partidos, que não estamos nos partidos, que estamos no movimento negro temos o compromisso de superar. E esse é o grande desafio do Governo Lula.

Por fim, eu queria lhe convidar – já mandei o convite formal –, Senador Paim, e convidar a todos os Parlamentares e as Parlamentares, negras e negros, para um encontro nacional que nós vamos realizar com oito partidos, que é a frente ampla que está no Governo do Presidente Lula. Nós vamos fazer, dia 12 de abril, aqui, em Brasília, esse encontro nacional. Nós queremos fazer a primeira jornada nacional de legislação antirracista em todos os sentidos, em todos os níveis. Então, vamos ter aqui: Senador Paulo Paim ou outros Senadores que se autointitulem negros e negras; a nossa bancada na Câmara; Parlamentares estaduais das Assembleias Legislativas; e Vereadores de capital e de cidade polo. Nós queremos juntar todas essas pessoas...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARTVS CHAGAS** – E, ao juntar essas pessoas, queremos criar uma grande rede, rede esta que vai melhorar, acredito, o diálogo que nós já estamos tendo com o Governo, com as instituições.

Por fim, é isso.

Termino dizendo, Senador, que quem não reconhece as vitórias imensas do movimento negro brasileiro não merece falar em nome dele.

Um grande abraço.

Muito obrigado.

Até a próxima. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Martvs Chagas, Secretário Nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores. De pronto, aqui, Martvs, eu assumo o compromisso de aceitar o seu convite. Parabéns pela iniciativa.

Eu queria, antes de convidar a nossa Mariane, só fazer um registro que me pediram para fazer. É registro de presença do Diretor do Sistema Nacional de Cultura, Sr. Lindivaldo Oliveira Leite Junior, representando a Ministra da Cultura; de Iêda Leal e equipe, que já esteve comigo, foi uma boa conversa com a equipe dela, que é a Secretária de Gestão do Sistema de Igualdade Racial do Ministério da Igualdade Racial – agora já no ministério, mas muitas vezes antes –; do Diretor de Filiação, Planejamento e Estruturação Adjunto, Wilson Klippel Cicognani Júnior, Procurador de Gravataí, do Rio Grande do Sul – muito bem, lá do meu estado –; e de Ramila Moura, representando a Deputada Federal Reginete Bispo. Muito bem. Vale lembrar a todos que tenho orgulho de dizer que a Reginete Bispo foi minha suplente de Senador.

Trabalho belíssimo. Ela viajou o estado todo e se elegeu Deputada Federal agora. Está fazendo um belo trabalho, viu? Diga a ela, lá na Câmara, que eu mandei um abraço.

Quero registrar a presença de Sheila Carvalho, Assessora Especial do Ministro da Justiça, Flávio Dino, que mandou uma justificativa dizendo que ele não poderia estar, mas mandaria alguém para acompanhar.

Muito obrigado a todos.

Uma salva de palmas a todos que registraram a presença e àqueles que não registraram também.



(Palmas.)

Agora, então, convidamos... Concedo a palavra, com muita satisfação, sei do esforço que ela fez para estar aqui – nós queríamos, neste evento, mostrar toda a diversidade, e conseguimos – à querida Mariane dos Santos, que é massoterapeuta, atleta e deficiente de visão. Ela tem a palavra neste momento.

**A SRA. MARIANE DOS SANTOS** (Para discursar.) – Bom dia a todos, todas e “todes”.

Perdoem-me a emoção, porque, para mim, que sou nascida e resido na maior periferia do DF, mulher negra, deficiente visual, é uma honra estar aqui nesta Casa. Eu queria que todos os brasileiros tivessem esta oportunidade de estar se expressando aqui. Estar aqui é uma honra.

Ouvindo todos falarem, eu me lembro de uma frase que minha mãe sempre me falava. Somos sete irmãos e, desses sete, eu e meu irmão mais velho nascemos com deficiência visual.

Eu gostaria de que vocês se lembrassem das mães que têm filhos com deficiência. Elas penam bastante.

Uma mulher perguntou para a minha mãe se valia a pena o esforço que ela fazia para levar a gente para a escola. A gente estudava aqui... A gente mora perto do Sol Nascente e estudava aqui na L2 Sul. Todos os dias ela pegava esse ônibus com nós dois. E ela perguntou se valia a pena.

Hoje cada conquista minha, seja me formando no terceiro ano... Eu fui a única que fez formatura no terceiro ano, porque meus irmãos tiveram que parar os estudos para poder trabalhar – essa é a realidade de muitas famílias brasileiras –, e eu, por ter deficiência, não pude fazer isso, não pude parar de estudar para trabalhar, nem isso eu tive. Ou eu estudava ou, então, ficava em casa. Como disse uma pessoa uma vez, um dono de uma empresa de ônibus que reside aqui em Brasília, eu tinha que esperar a morte chegar. Era isso que a gente ouvia.

Como a gente não tem muito, nós, pessoas jovens de periferia, não temos muito espelho. Embora estudasse aqui, numa área nobre de Brasília, era como se colocassem a gente numa bolha. Parecia que a gente estava em mundos diferentes.

Eu nasci cega total. Tenho catarata congênita. Aos três anos fiz cirurgia dos dois olhos, então, eu enxergo um pouco. Estudei na escola de deficientes visuais até os dez anos. Quando se é criança, a gente não tem tanta noção do que é preconceito, a gente pensa que é brincadeira. Embora machuque, a gente pensa que é brincadeira. Eu usava óculos – depois de vinte anos, eu voltei a usar óculos, inclusive, este ano –, e era chamada de quatro olho, cabelo pixaim, e isso a gente tentava levar numa boa. Aí, vem a adolescência. Na adolescência, eu me lembro de um fato. Quando eu entrei na 5ª série, 6ª série, eu queria usar roupa de manga longa e touca para poder esconder a minha cor. Acho que o que mais pesou em mim não foi, nem tanto, a minha deficiência, foi a cor.

A gente tinha vergonha, eu tinha vergonha porque... E isso é tão sério, o racismo é uma coisa tão séria que as pessoas falam que é vitimismo, mas não é! Isso machuca até a alma da gente: a gente se sente inferior, a gente tem vergonha até de estar nos lugares porque colocam tanto isso na nossa mente, quando a gente é criança, que a gente pensa que, se for um lugar de nível um pouco mais alto, nosso lugar não é ali. Então, vieram esses desafios.

Eu estudava tão longe que às vezes eu tinha que ficar o dia inteiro para o lado de cá de Brasília. Como algumas matérias eu não consigo pegar na sala de aula, então eu tinha que ficar o dia inteiro, às vezes até sem alimentação. Então, assim, tudo se engloba na minha vida, tanto a deficiência, como a cor.. E aí eu falava... Poxa, o meu sonho era... Como a gente não tem muito em quem se espelhar, o meu sonho era lavar louça nas casas dos outros, porque era o que eu via a minha mãe fazendo, era o que eu via: minhas irmãs parando de estudar para poder fazer. E o sonho de um jovem de periferia é ir para a esquina, é o que eles acham, é o que eles veem. Parece que, indo para a esquina, você já adquiriu a maioria ao máximo que você consegue.



Então, veio o ensino médio. Estudei no Setor Leste, aqui, que alguns devem conhecer. E lá os professores tinham um trabalho de colocar a gente no teatro, na música... E lá eu comecei a me soltar um pouco mais no teatro. E aí veio 2008, e eu conheci um projeto, do qual faço parte até hoje, chamado DV na Trilha, que leva deficientes visuais para pedalar. Lá tem pessoas de todos os níveis: temos pedreiro, temos juiz... Lá eu consegui me encontrar; lá eu consegui ser aceita através do esporte. O esporte me... Eu já tinha consciência, porque tempos atrás... Eu gosto muito de cantar, e tinha o *rap*, que é uma forma de expressão, uma forma de protesto. Então, graças a Deus, eu não entrei nas drogas, eu não entrei no mundo do crime por causa do *rap*. O *rap* não é uma dança, é para você entender a letra, entender o porquê de aquela pessoa estar ali falando aquela palavra para você. E o mundo que eu vivo era isso. Era só... Muitos dos meus amigos morreram por causa das drogas, porque, para a mulher de periferia, é aquilo: ou você entra no mundo do crime ou você se envolve logo com qualquer pessoa, engravida logo... E não era isso o que eu queria para mim! Então, eu entrei nesse projeto, e foi o esporte que me salvou. Hoje, pelo esporte, eu me sinto incluída.

Quando terminei o ensino médio, eu falava para mim assim: eu só vou fazer... Aí vem o desafio da faculdade, todo mundo sonha em ter faculdade, mas eu falei que eu só ia fazer faculdade quando eu passasse no concurso, porque o jovem tem aquela... Ou ele se alimenta ou ele estuda. E, embora eu recebesse um BPC, que foi um programa criado pelo Governo, eu não queria só aquilo, eu queria mais! Muitos olham para mim hoje, quando me veem saindo de casa, e dizem: “Por que você não se aposenta?”. Porque eu quero mais; eu quero chegar a um lugar e pagar o meu alimento, pagar a minha roupa como qualquer outro cidadão, sabendo que foi fruto do meu trabalho. E as pessoas querem me limitar por causa disso: “Ah, você não precisa estar passando por isso; é deficiente visual!”. Sim, mas eu quero ter uma vida como qualquer outro cidadão, eu quero ter os meus direitos como qualquer outro cidadão!

Então, fiz cursos de massagem e trabalhei de 2010 a 2015 no trabalho informal, e o BPC me ajudava. A maioria dos deficientes que recebem BPC sustentam a casa. São eles que sustentam a família. E nem sempre um salário mínimo dá para o cidadão brasileiro viver, não é?

Devido às cotas que foram criadas para as empresas a partir de cem pessoas – reservar 5% das vagas para pessoas com deficiência – foi que eu ingressei no emprego formal. Hoje já faz mais ou menos oito anos que eu trabalho nessa área, formalmente. Hoje tenho carteira assinada, graças a Deus, não é? Hoje eu posso chegar a um lugar, pagar minhas coisas, sabendo que foi fruto do meu trabalho, não é?

Mas de uns tempos para cá a gente sentiu que isso está um pouco difícil porque o pessoal que foi mandado embora, por exemplo, das empresas, junto comigo, não conseguem mais emprego porque as cotas estão sendo forçadas, não é? É mais fácil aceitar uma pessoa com uma deficiência leve, vamos assim dizer, do que uma pessoa com uma deficiência mais moderada ou grave.

Eu sou baixa visão, mas tem cegos totais que manjam melhor da tecnologia do que eu. Mas as empresas não aceitam porque elas pensam que vai dar mais trabalho. E tudo o que a gente quer é só uma oportunidade. Tudo o que a gente quer – nós, mulheres negras, pessoas com deficiência – é só ter uma oportunidade, como qualquer outra pessoa na sociedade.

E aí eu decidi que eu só... Hoje estudo para concurso, tenho muitos desafios. Às vezes falta de ledor; estudo sozinha, em casa, e às vezes olho dói; eu paro, volto novamente. Mas são desafios que para nós já se tornaram corriqueiros, não é? Mas olhem por essas pessoas.

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. MARIANE DOS SANTOS** – O jovem de periferia tem muita vontade de crescer, muita mesmo, mas às vezes ele não tem em quem se espelhar, e hoje eu quero ser espelho para os meus irmãos, para os meus sobrinhos, não é?



Hoje eu falo que é muito importante a mídia, essa visibilidade que a gente tem hoje, porque hoje a gente tem em quem se espelhar, hoje a gente tem a quem recorrer.

É isso, pessoal. Agradeço pela palavra. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus parabéns à Sra. Mariane dos Santos, massoterapeuta, atleta e deficiente de baixa visão, por ter aceitado o nosso convite, estar aqui neste momento.

A nossa intenção, pessoal, foi de fato que aqui no Plenário hoje nós déssemos o corte da diversidade, não é? Esse mesmo corte que eu digo para vocês que tem no meu gabinete. No meu gabinete tem duas pessoas que não têm visão. O Luciano, deficiente visual, que inclusive é poeta, e o que coordena o gabinete do Rio Grande do Sul, Santos Fagundes, também – e não coordena agora, coordena já há 20 anos praticamente – é um deficiente visual. Temos LGBT aqui num deles. Tem uma exceção porque ele quis botar “não”. São diversos que trabalham. Temos LGBTQI+ também que trabalham no meu gabinete. A maioria deles fez universidade dentro do gabinete. Temos negros, temos brancos, temos índios, temos... Só não tem cigano ainda porque eu não consegui; não tem lá em Canoas, mas gostaria muito de que tivesse. Tanto que eu sou o autor do Estatuto do Cigano. Ainda vamos conseguir colocar, quem sabe amanhã ou depois, um cigano.

Eu aproveitei este momento, que é seu, Mariane, para mostrar que é preciso ter o discurso e a prática também, não é? E nós mostramos isso no nosso gabinete. As mulheres lá são chefes de gabinete. Não pensem que são só os homens. Mulher lá é chefe de gabinete, não é, Isabel? A Isabel é uma das nossas assessoras, fez faculdade também, tem nível superior, e tantos outros...

Mas vamos em frente. Agora, passo a palavra para o último orador deste dia, ao nosso querido amigo e líder Douglas Belchior. O Douglas Belchior é cofundador do movimento pela educação popular e combate ao racismo Uneafro Brasil.

**O SR. DOUGLAS BELCHIOR** (Para discursar.) – Bom dia a todas e todos.

Senador Paim, muito obrigado por mais esta oportunidade. Eu tenho tido oportunidades de conviver com o senhor, com essa sua história tão importante, referência para aqueles que continuam a luta contra o racismo no Brasil.

Eu quero cumprimentar a Procuradora Lilian; o Sr. Martvs, que fez aqui um discurso importante, recuperando a história desses últimos 20 anos de construção institucional da luta contra o racismo; o Frei David, meu querido companheiro de tantos anos; o Sr. Toni, que está *online*; a Mariane, que fez um discurso emocionante agora; também a nossa Professora Nilma, que eu tanto admiro, que está *online* também; quem já passou por aqui, a Roberta Eugênio; a Lívia Santana, que continua com a gente aqui; a Dandara, nossa Deputada. Eu quero também saudar a presença da Ieda Leal, nossa companheira do movimento, representante do MNU; o Cledson, que estava aqui agora há pouco; a Bel, grande companheira de tantos anos da luta do movimento negro; a Jaqueline Lima, que está aqui também, da FES; e a Sheila de Carvalho, que hoje está no Ministério da Justiça. São pessoas que têm uma trajetória de construção junto ao movimento popular, ao movimento negro, e que hoje ocupam espaços importantes.

Amanhã, nós vamos ter um dia importante a ser celebrado, lembrado, revivido, sobretudo porque o Brasil é um país em que a realidade diária da população negra, a violência com a qual o povo negro é tratado neste país historicamente talvez seja bem pior do que os piores momentos que viveu o *apartheid*, na África do Sul, ou o sul dos Estados Unidos com as leis de Crow. O Brasil não deixa nada a dever para os piores momentos de violência contra a população negra no mundo. Ter esses momentos para lembrar isso é importante.

Eu sou de um movimento, Senador Paulo Paim, de educação, e a gente acredita que enfrentar o racismo passa radicalmente pelo processo educacional, pela formação das pessoas, pela contraposição a



uma lógica, a uma hegemonia que naturalizou a violência contra pessoas negras no Brasil. Eu quero, então, aproveitar a oportunidade para agradecer as mais de 400 pessoas que são voluntárias na Uneafro Brasil, como professores, coordenadores de núcleo. Nós estamos bem mais de 40 bairros, espalhados por São Paulo e também no Rio de Janeiro e na Bahia.

Eu quero saudar também a nossa Coordenadora-Executiva do Instituto de Referência Negra Peregum, Vanessa Nascimento, que é uma das responsáveis pelos trabalhos que a gente faz em São Paulo e que, nos últimos anos, tem nos dado condições de acompanhar aqui o Legislativo, tanto Câmara quanto Senado, especialmente, Senador, nesses últimos quatro anos de resistência ao bolsonarismo, de destruição que eles promoveram aqui, mas nunca faltou luta nesses espaços, para a gente impedir a desconstrução das nossas políticas.

Eu quero aproveitar esse momento para deixar com o senhor, Senador Paulo Paim, um estudo que foi promovido pelo Instituto de Referência Negra Peregum, pelo Afro – Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial (Afro-Cebrap), com o apoio do Banco Mundial, que trata sobre a realidade de jovens negros no mercado de trabalho e na educação.

Eu quero falar um pouco sobre a importância de a gente ter um Governo, que é um Governo de grande pacto nacional, é um Governo de transição; mas nós temos que discutir para onde a gente vai transicionar; que frutos nós vamos tirar desse processo que a gente está vivendo no sentido da luta por justiça racial no Brasil. Um governo que pressupõe ou que se dispõe a ser um governo para reconstruir democracia, como já foi dito aqui pela Profa. Nilma Lino, tem que se comprometer com o fim das desigualdades raciais. Então, é preciso colocar em prática e aproveitar esse momento histórico para efetivar políticas.

O Martvs trouxe à nossa memória aqui a lembrança de formulações históricas do movimento negro que foram provocadas nos momentos de construção institucional, nas experiências de governos progressistas. Essas experiências, essas formulações precisam aproveitar esse momento para serem efetivadas de fato. E eu quero pontuar aqui algumas que eu acho fundamental, que o Martvs já citou, mas eu vou repetir.

Políticas de desenvolvimento econômico da população negra. Ou a gente faz isso agora ou quando vamos fazer? Quando é que a gente vai voltar a ter governos...

E a gente precisa entender o contexto político que nós vivemos: é um Governo de grande pacto, é um Governo de uma aliança ampla, é um Governo que está diante de uma força social ultraconservadora, que continua viva na sociedade. O fato de ter ganho o Governo Federal e de ter o Governo Lula hoje como um aliado fundamental da agenda progressista não quer dizer que isso vá continuar. Daqui um ano, em 12 meses, nós estaremos discutindo, em todo o país, as eleições municipais. E que condição e correlação de forças nós temos para enfrentar o que virá daqui pouco mais de um ano, nas próximas eleições? Que nível de condição de articulação das forças progressistas nós teremos para enfrentar isso no território onde as pessoas vivem; onde o conservadorismo é parte radical e cotidiana da realidade brasileira; no território onde as pessoas disputam mais do que aqui no Congresso o debate ideológico; onde as pessoas disputam a posição sobre ser ou não a favor, por exemplo, da violência da polícia como um método na ação do tratamento do Estado contra a população negra?

A efetivação da política nacional da saúde integral da população negra já foi citada aqui, e é preciso repetir, porque nós tivemos uma formulação colocada muito antes do fim da experiência de governos progressistas, e não conseguimos efetivar as políticas. Ou a gente aproveita para fazer isso agora ou quando nós vamos aproveitar para efetivar?

Titulação de terras quilombolas. Ora, quantos territórios quilombolas nós tivemos efetivamente titulados? Em que medida a vida da população quilombola foi protegida nas experiências dos governos progressistas? De novo: ou a gente aproveita para fazer isso agora ou quando?



Então, nós precisamos radicalizar no sentido de aproveitar... E eu penso que o Presidente Lula está nesse espírito. É possível perceber, na narrativa, nos discursos que ele faz, até uma certa impaciência em dar conta de resolver os problemas tão agudos que o Brasil tem. E esses são alguns que a gente tem que lembrar o tempo todo, porque, infelizmente, como o racismo atravessa a realidade de todos os espaços, muitas vezes mesmo os nossos aliados colocam nossas agendas muito para trás nessa fila.

As políticas de ação afirmativa no campo da educação. A gente tem hoje na Secadi uma professora espetacular, muito comprometida com a luta antirracista, que é a Profa. Zara Figueiredo. E a gente tem, então, mais uma oportunidade de efetivar políticas que contemplem a necessidade da população negra.

O Frei David está aqui, a gente trabalhou junto, por muitos anos, e a gente teve a experiência que deve ser celebrada dos médicos... Como é aquela política pública que os estudantes vão para o... Ciência sem Fronteiras. A gente já tem estudos que, apesar de a gente celebrar a política, demonstram – já tem tese de mestrado e doutorado – que a maioria esmagadora dos jovens que aproveitaram aquela política foram jovens brancos; não foram jovens pretos enviados para fora do país. E a gente sabe que, num país colonizado como o nosso, quando uma pessoa volta de fora do Brasil, com diploma internacional, a condição social dela muda; vai ocupar um grande posto na sociedade. Na medida em que tem uma política pública que lança mão dessa oportunidade para uma maioria de jovens brancos e, quando voltam, voltam ainda mais cacifados, a política tem um efeito contrário, aumenta a disparidade e a desigualdade ao invés de diminuir a disparidade e a desigualdade de oportunidades e de condição de educação entre os jovens.

Sobre a emergência climática – que é um tema que está bastante colocado hoje, na imprensa; é um tema que ocupa uma importância política enorme; que bom que isso tenha acontecido no Brasil –, é importante dizer que, enquanto houver racismo ambiental, não haverá justiça climática. É preciso dizer que o Brasil, se não for o país onde mais morrem pessoas negras em razão das mudanças do clima, é um dos países onde mais morrem pessoas negras em razão das mudanças do clima.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. DOUGLAS BELCHIOR** – É só olhar para o noticiário e ver o rosto de quem está chorando na matéria da televisão, e a gente percebe quando são noticiadas as enchentes, e os desabamentos, e os desmoraamentos. Então, a população negra é aquela que é a mais afetada pelas mudanças do clima, porque não há investimento e adaptação.

Aliás, eu quero aproveitar aqui, Senador Paim, já para deixar um pedido objetivo, porque eu sei que você é um cara do trabalho. Certo? Aqui no Senado, a Senadora Leila Barros, do PDT, assumiu a Comissão de Meio Ambiente – se eu não estiver enganado –, e sei que o senhor coordena, mais uma vez, a Comissão de Direitos Humanos. Eu quero pedir ao senhor que convoque uma audiência pública para discutir a adaptação – que é um tema em voga, agora –, de repente, em uma reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, porque, nas próximas semanas, a sociedade organizada, o campo do movimento social, o movimento climático, o movimento negro, vai lançar mão de um documento. Nós vamos pedir uma reunião interministerial e queremos também entregar aos dois Presidentes das duas Casas, Câmara e Senado, e também promover audiências públicas para discutir a adaptação. Nós temos que forçar as cidades brasileiras a investir em infraestrutura e impedir o assassinato de pessoas negras e pobres cada vez que chove. Nós não podemos tratar isso com naturalidade, continuar tratando isso com naturalidade; é uma agenda e uma demanda que coloco aqui como emergencial e importante.

O tema da segurança pública. O Paulo Paim citou aqui o projeto de lei que a gente formulou em conjunto, sobre a abordagem policial, que é exatamente o tema que o STF tem tratado nos últimos dias e que, infelizmente, agora não tem data para voltar para o plenário do STF, porque aguarda o julgamento; não tem previsão para o retorno do debate do perfilamento racial. Está aqui a Sheila de Carvalho, que foi



uma das que provocou esse debate a partir da Coalização Negra e com outras organizações da sociedade...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. DOUGLAS BELCHIOR** – ... esse debate no STF. E ainda está faltando o julgamento da Ministra Rosa Weber, da Cármen Lúcia, do Fux, do Nunes Marques, do Luís Barroso, do Lewandowski e do Gilmar Mendes. É um tema absolutamente emergencial na sociedade brasileira, na medida em que os policiais militares e as forças de segurança, que sempre foram terríveis contra nós, pioraram a partir da contaminação desse clima político, do bolsonarismo. Eles agem, Senador, à revelia da nossa existência, porque não há nesta Casa nenhuma lei... Isso foi dito brilhantemente em um discurso, há poucos dias, pelo Renato Freitas, o nosso Deputado Estadual que tem sido perseguido no Paraná. Ele disse isto – eu quero repetir, dando crédito a ele –: não há leis que autorizem a atuação policial como ela se dá. E, quando o policial age assim sistematicamente na ponta, ele está desrespeitando toda uma cadeia de organização, inclusive aqui, o Senado Federal, a Câmara, que não deram atributos...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. DOUGLAS BELCHIOR** – É esta Casa que legisla. Ele não pode, então, trabalhar contra o que está sendo formulado aqui.

Por fim, eu vou falar rapidamente sobre esta publicação, Senador Paim, que eu quero deixar para o senhor, te entregar formalmente aqui, que é um documento fruto de uma pesquisa que o Instituto de Referência Negra Peregum, junto com o Afro Cebrap e com o Banco Mundial, formulou sobre jovens negros e mercado de trabalho. O Frei David fez menção a um dado que não é exatamente esse, mas é parecido com esse. Quase 40% dos jovens entre 18 e 29 anos não trabalham e não estudam neste momento. O que isso significa enquanto impacto para toda a sociedade brasileira num tempo, num curto espaço de tempo? Então, esse documento foi formulado a partir de uma pesquisa realizada por jovens que não trabalham e não estudam e os impactos da realidade social e econômica nesse momento.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. DOUGLAS BELCHIOR** – E a gente tem aqui, Senador Paim, 15 recomendações que eu gostaria muito que o senhor e o seu gabinete se atentassem a elas e pensassem em formulações em torno de projetos de lei a partir dessas 15 recomendações.

Eu agradeço mais uma vez a oportunidade e que a gente possa continuar junto em tempos melhores. Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado mais uma vez, Douglas Belchior, cofundador do movimento por educação popular e de combate ao racismo UNEafro Brasil. E de pronto já fica aceita a sua proposta de eu fazer uma audiência conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Direitos Humanos. Com certeza não teremos dificuldade nenhuma. Só vamos combinar a data.

Bom, pessoal, só posso agradecer a todos. Inclusive grande parte... Normalmente, essas audiências públicas chegam ao encerramento com meia dúzia, viu? Hoje nós temos um bom número no Plenário. Enfim, só posso agradecer.

Quero agradecer também, me permita aqui, meu secretário que me ajudou muito aqui, ao Presidente Rodrigo Pacheco. Ele tem nos ajudado muito. Todas as pautas raciais ele pautou – todas! – que nós pedimos. Não teve uma que ele não pautou. E a maioria aprovamos, inclusive. E foi lá para a Câmara dos Deputados. Agora, com essa nova turma que chegou, uma turma boa de jovens aí, eu tenho certeza de que vai avançar também lá.



Queria agradecer, além da equipe toda aqui do Senado que trabalhou, ligaram, telefonaram, inclusive viram que havia muitos embaixadores, diplomatas aqui, à minha equipe do gabinete, aqui representada no Plenário pela Isabela e pelo Luciano, à Ivanete, que é a chefe de gabinete e que colaborou muito com toda a equipe lá de cima para que este momento acontecesse. Eu estou feliz – viu? –, dentro da tristeza de tudo que nós vimos aqui, mas feliz por nós sabermos ocupar o momento como esse e os espaços. Como você falou muito bem, deslocaram... Os que estão aqui, a maioria, se deslocaram dos seus estados, vieram para cá para falar para o Brasil, não é? É um espaço privilegiado onde nós estamos falando aqui para milhões de brasileiros.

Então, vida longa à comunidade negra! Vida longa a todos aqueles que lutam por políticas humanitárias! As políticas humanitárias são um símbolo de um novo amanhã, são um símbolo de qualidade de vida, são um símbolo de se combater o trabalho escravo, tão contundente. Eu quero dizer que o Ministro Luiz Marinho, do Trabalho, está fazendo um belo trabalho. Hoje ele está no Rio Grande do Sul, mas eu já sei que ele vai para outros estados também. Porque é inacreditável que – e eu tenho repetido esta frase –, em pleno século XXI, nós estejamos de novo brigando contra o trabalho escravo. Mas, enfim...

Amigos, estamos juntos! Que Deus ilumine a todos nós!

Obrigado a todos que vieram aqui, todos que estão acompanhando este debate. Essa luta...

**O SR. DAVID SANTOS** – Senador, só um minutinho.

É possível também uma audiência pública sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador? Machuca-me muito saber que esse fundo não...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está assegurada, porque, se eu não assegurar logo: “Então me deem a tribuna, que eu vou defender a causa aqui”. (*Risos.*)

Não, já está assegurada, e vamos fazer uma audiência pública – como vamos fazer uma audiência sobre o Fundo da Igualdade Racial, o fundo para combater o racismo, que é uma PEC de nossa autoria, está pronta para ser votada e não foi votada. Então, vamos pedir para se fazer uma audiência pública, para convencer aqueles que têm dúvida ainda da importância deste fundo.

Uma salva de palmas a todos vocês! (*Palmas.*)

Vida longa a negros, brancos, índios!

Neste momento, cumprida a finalidade desta sessão especial – e o Secretário me avisa aqui – do Senado Federal, agradeço às personalidades que nos honraram com a sua participação.

Está encerrada a sessão.

Vida longa às nossas lutas! Uma salva de palmas a vocês! (*Palmas.*)

*(Levanta-se a sessão às 11 horas e 58 minutos.)*



Ata da 16ª Sessão, Não Deliberativa,  
em 20 de março de 2023

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Styvenson Valentim e Eduardo Girão.*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 16 minutos e encerra-se às 16 horas e 14 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Fala da Presidência.) – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, a todos que assistem, havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar. As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição, que se encontra sobre a mesa, ou por intermédio dos *totens* disponibilizados na Casa.

Passamos à lista de oradores.

Não preciso nem citar. (*Risos.*)

Hein, Kajuru?

Ocupa a tribuna para o seu discurso o Senador Kajuru.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discursar.) – Para ser o primeiro, tenho que chegar às 6h30 da manhã porque é dura a briga com o Paim e com o Girão.

Brasileiros e brasileiras, minhas únicas vossas excelências, a Presidência da Mesa hoje está entregue a um potiguar exemplar, com amor ao seu estado, ao seu povo inigualável. E ele não é meu amigo; ele é meu irmão. E eu fico todo dia pensando o tanto que você sofre, porque, quando você fala comigo por telefone, é como se você fosse pai de alguém que foi assassinado, nestes momentos melancólicos do Governo do Rio Grande do Norte. Tenha o meu apoio, irmão. E que você, que evidentemente é um homem público que não recua nem para tomar impulso, siga sendo esse exemplo na luta pelo fim da violência, hoje única no Brasil, no seu Rio Grande do Norte.

Minha pauta. Preste atenção! Outro irmão que fiz nestes quatro anos, Senador Eduardo Girão, pois vou falar do seu estado.

Depois do desperdício de 39 milhões de doses de vacinas contra a covid-19, assunto que abordei aqui na tribuna semana passada, achava difícil que pudesse ver a repetição de algo semelhante na área da saúde. Assim, confesso que fiquei chocado com a informação divulgada pela imprensa, de que, na gestão anterior, aconteceu a incineração de medicamentos de alto custo usados no tratamento de doenças raras, avaliados em pelo menos R\$13,5 milhões.

Tenho uma preocupação especial com doenças raras. O primeiro Instituto dos Raros do Brasil será inaugurado este ano em Goiânia – de minha autoria e com minhas emendas –, o que é de conhecimento nacional. Por isso, custei a acreditar na informação sobre o desperdício de um medicamento como o Spinraza, usado em pacientes com atrofia muscular espinhal, com dose comprada a R\$160 mil. Inimaginável, Senador, amigo, irmão Izalci Lucas.

Há um fator que agrava o grau de lesividade. Como alguns medicamentos eram utilizados também por outros órgãos do próprio Governo Federal, os gestores poderiam, ao invés de destruir medicamentos, ter destinado o estoque para outros setores do Executivo. Como exemplo, cito a incineração de 127 unidades de eculizumabe, avaliadas em R\$1,73 milhão. Enquanto isso, o Comando da Aeronáutica gastou R\$1,8 milhão para contratar 120 unidades do mesmo produto.

E tem mais, pasmem: com uma simples consulta à internet, é possível verificar que remédios incinerados pela gestão federal poderiam ter sido repassados às unidades da Federação. Exemplo: o Ministério da Saúde permitiu que se perdessem 272 unidades de alfafalsidase, no valor de 1 milhão, enquanto o Governo do Estado do Ceará – exemplo maior do estado, Senador Eduardo Girão, aqui presente – contratou, via pregão eletrônico, 2.646 unidades do produto por R\$5 milhões.

Cabe destacar o fato de que 10 dos 12 medicamentos perdidos passaram, a partir de 2019, a ser



adquiridos em escala pelo Ministério da Saúde. Como são produtos fornecidos por empresas diferentes, isso invalida a tese de que poderia se tratar de lotes entregues perto do fim do prazo de validade.

Há um aspecto que chama à atenção: o uso sucessivo de dispensas e não exigência de licitação por parte do Ministério da Saúde. Como, então, justificar se, para a aquisição dos mesmos medicamentos, outros órgãos da administração federal e de estados fizeram pregões eletrônicos? Pergunto.

Por tudo o que expus, vi-me na obrigação de encaminhar à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), da qual faço parte como titular, uma proposta de fiscalização e controle, cujo objetivo é o de apurar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, eventuais irregularidades operacionais e administrativas detectadas no Ministério da Saúde, nos últimos quatro anos.

O desperdício de medicamentos, assim como o de vacinas, pode ser apenas uma manifestação de problemas estruturais mais graves inclusive. Dessa forma, concluo, acredito que a CTFC deverá, também, abordar a falta de ações concretas no sentido de impedir que perdas desse tipo voltem a ocorrer, assim como apontar os responsáveis pelo prejuízo causado à União.

Agradecidíssimo.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador Kajuru, se me permite...

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Permito, não,...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Gostaria de fazer um aparte.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... vou aplaudir mais um aparte seu, como sempre.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para apartear.) – Em primeiro lugar, eu queria lhe agradecer publicamente, porque reconheço que o senhor é um dos Parlamentares mais presentes aqui nesta Casa, sempre o primeiro a falar, porque se inscreve primeiro, chega mais cedo e, numa emergência como a que eu tive na semana passada, eu lhe agradeço por ter cedido o seu primeiro lugar para que eu pudesse falar. Isso eu quero...

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Foi a minha obrigação.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A segunda coisa é cumprimentá-lo, mais uma vez – com sua habilidade de se comunicar e de falar a verdade, de não esconder nada –, por fazer essa denúncia. Eu já estou, neste exato momento, pedindo à nossa equipe para ir atrás dos dados que o senhor deu sobre minha terra, o Estado do Ceará.

Eu estive, neste final de semana em Fortaleza, no interior do Ceará, vou me pronunciar daqui a pouco sobre isso. E o senhor tocou numa ferida, porque o caos que a gente vive na saúde lá é algo inimaginável pelo brasileiro. Para o senhor ter uma ideia, o Governo no Estado chegou ao cúmulo de fechar o Hospital Geral de Fortaleza.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente. Tomei conhecimento.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso foi um escândalo! Os Deputados correram, Senador Izalci, Senador Styvenson, e foram para a porta do hospital e tinha lá um aviso. Não é de hoje que o governo que lá está, a oligarquia que manda e desmanda no estado deixa as pessoas, os cearenses, para se resolverem por si próprios, isso é de muito tempo. A história do piscinão que tinha no hospital...



**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Hospital de Messejana, que é uma referência em transplante, inclusive de coração, entregue às baratas. Agendei uma visita surpresa – como o senhor faz – ao hospital e o nosso papel aqui, pelo menos é falar, é denunciar.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E é entregar a verdade para a população, porque um estado, Senador Kajuru – e o senhor é um homem da mídia, o senhor é um homem com credibilidade histórica no jornalismo brasileiro, antes de chegar aqui, antes de ser político lá em Goiás –, um governo que gasta R\$1,1 bilhão...

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Em publicidade.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... com propaganda e publicidade... É claro que esse tipo de coisa não vai aparecer.

Então, em nome do povo cearense, eu lhe agradeço – como um dos representantes do povo cearense – por estar colocando aí as informações para que elas cheguem às pessoas, porque é difícil chegar dentro da mídia local. Claro que tem honrosas exceções, mas essa informação sobre a tragédia da violência, que eu vou falar dessa tribuna... Eu peço à população que me aguarde, porque... Eu fui à cidade mais violenta do Brasil, Senador Styvenson, ao seu Estado, o vizinho Rio Grande do Norte, e é uma tragédia o que está acontecendo lá. Mas no Ceará aconteceu exatamente a mesma coisa logo depois da reeleição do Governador que saiu agora, a mesma coisa!

E eu fui à cidade mais violenta do Estado do Ceará neste final de semana. Sabe o que é que eu encontrei lá, Senador Kajuru?

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Hã...

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Uma cidade fantasma, uma cidade abandonada pelo poder público. As pessoas falando, cochichando, Senador: “Espera aí, vem cá, Senador! Eu não posso falar alto aqui”.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que é isso!

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O medo, a pistolagem, o crime organizado tomando conta, porque o estado abriu e prefere investir na mídia para dizer que está tudo sob controle. Mentira! O povo está de joelhos para o crime.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Uma cidade de 7,5 mil habitantes caiu – caiu! As casas fechadas no centro... casa, não é nem comércio. É casa fechada!

Então, eu o parabeno e lhe agradeço em nome do povo cearense.

Daqui a pouco, eu vou dar mais detalhes sobre o que está acontecendo no Estado do Ceará.

Muito obrigado, Senador Styvenson.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço. Eu vou esperar o seu pronunciamento, sempre insofismável, na luta não só contra a violência no Ceará. Você é um homem da saúde, um homem da educação, do meio ambiente e, Girão, querido, eu já vivi em Goiás, Capitão Styvenson. Eu fui processado, várias vezes, pelo ex-Governador Marconi Perillo, porque ele gastava em publicidade mais do que a Coca-Cola gasta em todo o Brasil. A Coca-Cola, o maior anunciante do mundo. Isso é um absurdo, isso é um crime. Governo não é cerveja, não é sorvete.

O governo não tinha nem que fazer propaganda. Ele tinha que ir na internet anunciar o que ele faz – e eu aproveito para dizer isso do Governo Lula, que eu apoio, mas que dele serei seu crítico, se ele



continuar gastando com a imprensa o que gasta. Isso não tem cabimento –, dar satisfação, como nós, nas redes sociais. É como o Senador gastar dinheiro, pegar verba a que tem aqui direito para propagar o seu mandato, a sua gestão. A internet existe por causa disso.

E, para concluir, Capitão Styvenson, saiba de uma coisa e tenha orgulho do que eu vou lhe dizer, porque você merece: só é maior do que a dor que você tem pelo povo do Rio Grande do Norte – em todos os sentidos, especialmente agora, na violência – o seu amor pelos seres humanos de lá. Então, tenha orgulho dessa sua luta.

Que Deus o abençoe!

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para apartear.) – Agradeço, Senador Kajuru.

Sei que eu não posso apartear nem fazer comentários como Presidente, mas nem todo governo consegue, utilizando esse recurso de publicidade e divulgação, encobrir todas as verdades, mentir para as pessoas. O fato é que uma hora surge; não há nada oculto que não venha a ser descoberto. Como exemplo, o Estado do Rio Grande do Norte que maquiou, fingiu, utilizou-se, durante o programa eleitoral, de uma segurança que estava ali estável, com muitos investimentos. Não é o que o potiguar está vendo agora; não é o que o potiguar está vendo no Ceará ou o que o cearense está vendo no Ceará, no Estado do Senador Eduardo Girão, e também na saúde.

Então, se o mecanismo de publicidade e divulgação que parte de governo ou de alguns Parlamentares servir para mentir, isso sim é um mau uso da verba; mas, se for para, realmente, fazer, como o senhor faz, um bom trabalho na saúde, e como faz um excelentíssimo trabalho aqui no Parlamento, isso sim tem que ser divulgado de todas as formas possíveis, porque nem todo mundo tem acesso à verdade, mas a mentira chega bem mais rapidamente.

Obrigado, Senador Kajuru.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Agradeçidíssimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O próximo a ocupar a tribuna é o Senador Izalci Lucas, do Distrito Federal.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente Senador Styvenson, meu querido amigo Kajuru, Girão, meu querido Rogério Marinho, senhoras e senhores, quero me solidarizar com V. Exa. com relação ao que está acontecendo, de fato, no Rio Grande do Norte. Isso é fruto da falta de oportunidade, da falta de formação dos jovens, dessa crise que já faz anos que a gente atravessa com relação à corrupção e à falta de punição. De fato, temos leis, mas não são aplicadas. Tudo isso acaba contribuindo com o que está acontecendo. E, na prática, os traficantes utilizam os nossos jovens, utilizam os nossos desempregados para fazer tudo isso.

Recentemente, quando ainda o nosso querido Senador Sergio Moro era Ministro, nós estivemos lá, com a bancada toda, para que não trouxessem para Brasília esses marginais, como Beira-Mar e outros, porque, na prática, não é apenas a vinda desse cidadão aí que vai... Não é uma questão de segurança do presídio; para o entorno do presídio, nas cidades, vêm todo um aparato grande de advogados, familiares e outros que tentaram, inclusive naquela época, promover uma fuga. A nossa Polícia Civil, que é uma das melhores do Brasil, apesar de atuar com a metade do contingente hoje, identificou por diversas vezes a base do PCC e outros aqui no Distrito Federal.

Depois, agora, recentemente, estive, inclusive, no Ministério da Justiça mais uma vez para pedir ao Ministro Dino para que evitasse trazer para a capital... Porque aqui é a sede dos Poderes, nós temos as embaixadas todas, a capital da República, não dá para trazer para cá esses marginais. De qualquer forma construíram, acho que de forma equivocada, mas estamos trabalhando para que não ocorra o que está



acontecendo nos outros estados aqui na capital da República.

Mas, Presidente, quero também... Nesse final de semana eu tive a oportunidade de participar de algumas inaugurações com o Governador Ibaneis, que retomou os seus trabalhos – e a gente vinha cobrando aqui já há algum tempo isso –, e tive a oportunidade de participar do evento da inauguração do viaduto lá do Recanto das Emas, Riacho Fundo II, que era uma demanda de anos e anos daquela população, que enfrentava congestionamento todos os dias, de manhã, de tarde, de noite, no final de semana inclusive, e agora, de fato, depois de anos e anos... Inclusive, a bancada nossa, lá em 2016, apresentou emendas para isso, da bancada, e como alguns governos não conseguem executar, perdemos a emenda, recuperamos, mas, de fato, o Governador me convidou e fui à inauguração desse viaduto, que foi muito boa.

Ao mesmo tempo foi anunciada lá já – o projeto está pronto – a licitação do novo hospital do Recanto das Emas, uma promessa também de vários candidatos, de anos e anos – Recanto das Emas, São Sebastião –, havia essa demanda já de muitos anos. E aí, então, nesse final de semana, foi anunciada também a construção do hospital do Recanto das Emas.

E tive a oportunidade de conversar com vários eleitores, de esquerda, de direita, de centro. E alguns da esquerda estavam me dizendo: “Izalci, você tem que ajudar o nosso Presidente”. Eu nunca deixei de ajudar nenhum Presidente. O que é bom para o Brasil a gente sempre aprovou; agora, o que é ruim a gente tem que fiscalizar.

Eu, como Deputado – o Rogerio Marinho também era nosso Deputado na época –, participei de todas as CPIs: CPI da Petrobras, da Carf, da Lei Rouanet, dos fundos de pensão, do BNDES, eu participei de todas; e depois, aqui no Senado já, da Chapecoense e também da covid. Fiz um relatório... Em todas elas nós apresentamos um relatório separado do relatório oficial que, muitas vezes, não coloca tudo aquilo que deveria ser colocado, mas sempre apresentamos um paralelo.

É o que eu quero aqui dizer para todos. Nós estamos vendo o segredo aí da âncora fiscal, estão esperando. Acho que nessa semana deve ser apresentada ao Presidente Rodrigo Pacheco e também lá na Câmara, para a gente começar a verificar como é que nós vamos fazer com essa questão da responsabilidade fiscal, com relação à nossa economia, juros, etc., mas para isso a gente precisa realmente conhecer.

Eu fiz, inclusive, já um requerimento na CAE para que o ministro apresentasse para nós aqui qual é, de fato, a proposta do Governo com relação não só à âncora fiscal, que nós aprovamos – foi uma emenda nossa, do PSDB –, aqui nós aprovamos e estabelecemos um prazo de agosto... Estão antecipando – é ótimo, não é? – para que gente possa...

Não dá para você discutir a reforma tributária, qualquer que seja ela, sem conhecer, de fato, a proposta do Governo, porque esse tipo de reforma tributária principalmente demanda realmente o envolvimento do Executivo, do Governo Federal.

A gente ficou com esse projeto na Câmara durante 20 anos. Participei da Comissão de Tributação lá da Câmara, discutindo essas questões. Depois veio para o Senado. A PEC 110, na prática, é a mesma proposta da Câmara na época do Haully, que foi o grande mentor dessa discussão, que, chegando aqui, discutimos também bastante. Mas, de fato, não dá para aprovar sem conhecer a proposta do Governo e com o envolvimento do Governo.

É lógico que a gente tem que cuidar da questão do gasto público, mas também – e principalmente – do pacto federativo. As pessoas não moram na União e muito menos no estado; elas moram no município e as demandas são cobradas lá. Por mais que a segurança pública tenha envolvimento federal, da União, quem sofre realmente diretamente a cobrança é lá na ponta. Da mesma forma, é a questão da saúde.

Eu já disse aqui e tive a oportunidade de apresentar, no ano passado ainda – e acabou que não foi totalmente executado –, recursos para a saúde. Para fazer o quê? Para fazer realmente a informatização do Sistema Único de Saúde, mas de uma forma completa: para chegar à ponta, lá no cidadão, o que



lamentavelmente nós não temos. Da União nós sabemos apenas quanto foi transferido, quanto foi empenhado e para onde, mas não há controle nenhum. O estado com o município também não tem nenhuma interação. E nós temos aí o nosso cidadão, o paciente que fica horas e horas, meses e meses, para conseguir consulta, para conseguir uma cirurgia. Aqui em Brasília nós temos quase 30 mil pessoas na fila de cirurgia. Acho que agora, com as emendas que foram colocadas tanto por nós aqui da bancada federal quanto também pelos distritais, nós vamos buscar uma alternativa para zerar isso e começar de uma forma bem organizada e que a gente possa atender todo cidadão. Mas temos que, de fato, colocar um sistema – e já existe isso no mercado, em vários estados e municípios, e também lá fora – de controle.

Eu vi agora o Senador Kajuru falando realmente de milhares de medicamentos vencidos que foram incinerados. Aqui não há controle de estoque. Então, muitas vezes, a mercadoria vai chegando e vai gastando a que chegou por último; e a que foi colocada no depósito, no início, vence e depois é incinerada. Então, esse tipo de controle é básico.

A marcação de consulta via aplicativos é a coisa mais simples do mundo, pois a pessoa não tem que sair de casa, pegar um ônibus e depois pedirem para ela retornar daqui a seis meses – depois o cara até esquece que marcou –, sendo que você pode programar tudo isso no aplicativo, sendo inclusive notificado 48 horas antes, dizendo: “Olha, a sua consulta está confirmada?”, e você confirma exatamente para não perder e não tirar o tempo do médico ou do enfermeiro ou de quem vai atender a pessoa que marcou e esqueceu, porque aqui leva um, dois anos e o cara esquece mesmo. Então, a aplicação disso é fundamental.

Coloquei lá, na prática, trinta e poucos milhões no Ministério da Saúde, mas simplesmente não conseguiram implementar o projeto que nós tínhamos colocado, que é exatamente informatizar o Sistema Único de Saúde e também o Suas (Sistema Único de Assistência Social), que são os projetos de nível nacional, mas que envolvem estados e municípios, para que cheguem à ponta os benefícios para os nossos pacientes, que estão sofrendo muito, em todos os estados. O Senador Girão falou do Ceará, mas, na prática, a saúde é um problema nacional, que a gente precisa resolver. E a primeira coisa que precisa ser feita é o controle, é um sistema que seja integrado, que seja transparente, para as pessoas poderem ter facilidade de marcação, os seus exames... Nenhum médico hoje, praticamente, atende uma pessoa sem pedir um exame. E muitas vezes se faz um exame e não há comunicação, não há interação entre aquele hospital que fez o exame, a clínica, e o novo médico que vai atender o paciente. Então, essas coisas têm que estar digitalizadas, têm que estar informatizadas, para facilitar isso. A saúde merece. O SUS atende hoje 75% da população e precisa de fato ter uma atenção especial.

Era isso, Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Styverson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Obrigado, Senador Izalci. Domina bem a tecnologia. Acho que ela deve ser muito mais empregada do que a gente enxerga hoje, não é, Senador? Ela está pouco empregada, não sei se é por falta de vontade política ou por esse controle não ser muito viável para algumas administrações públicas.

O Senador Eduardo Girão ocupa a tribuna agora.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Styvenson Valentim, Sras. Senadoras, Srs. Senadores aqui presentes, funcionários desta Casa, assessores, especialmente os brasileiros que estão nos acompanhando agora pelos rincões do Brasil – capital, interior do nosso amado país – através da TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, todo esse competente sistema de comunicação aqui da Casa, eu subo a esta tribuna hoje, nesta segunda-feira, Presidente, porque o que está acontecendo no seu estado, no Ceará, já acontece, eu acredito, há um pouco mais de tempo. Não existe coincidência, nada é por acaso na vida, e a gente precisa aqui problematizar, juntar as peças para tentar, efetivamente, entender porque isso está acontecendo para que



não deixemos mais acontecer.

Em primeiro lugar, minha solidariedade ao povo potiguar, um povo amigo, irmão do cearense, e que está sofrendo muito com essa onda – eu posso dizer – de terrorismo, Senador Styvenson, porque eu vejo a Governadora do seu estado, as pessoas ligadas ao PT dizendo que não é mais terrorismo. Agora não é mais terrorismo, é vandalismo. E a gente fica sem entender: o que aconteceu aqui nesta Casa em 8 de janeiro foi vandalismo, foi terrorismo? Por que é que muda a palavra de acordo com o governo que faz? Tanto o que aconteceu aqui como o que aconteceu na Câmara – nós vamos investigar através da CPMI esses atos deploráveis que destruíram o patrimônio público – nós reprovamos e precisamos identificar os responsáveis.

A mesma coisa é o que está acontecendo no nosso Nordeste. Dezenas de cidades do Rio Grande do Norte, incluindo a capital Natal, estão enfrentando ainda, nesses últimos dias, uma sucessão de atentados terroristas, com incêndio a ônibus e veículos, depredações a prédios públicos e estabelecimentos comerciais, resultando numa gravíssima crise de segurança pública que obrigou a suspensão dos serviços públicos de educação, saúde e transportes à população.

Essa onda de violência é provocada por facções criminosas que reivindicam melhorias nas condições dos presídios. Dentre essas reivindicações estão as visitas íntimas. Quem não recebeu os vídeos que estão circulando lá de familiares dos detentos? Recebimento de alimentos externos também é outra reclamação, assim como permissão para – acredite se quiser –, assistir a programas de televisão.

Eu não sei que acordo foi feito, Senador Styvenson, antes da eleição, durante, entre esse crime organizado e, eventualmente, o governo. É muito estranho o que está acontecendo no seu estado.

Eu sei que o senhor fez um pedido e eu quero parabenizá-lo. Assim como o Senador Rogerio Marinho, o senhor pediu para o Governo Federal, através do Ministério da Defesa, o envio de tropas do Exército, assim como fez um pedido ao Presidente desta Casa, Senador Rodrigo Pacheco, que o atendeu prontamente, de GLO, para que as Forças Armadas pudessem ajudar a acalmar a situação no seu estado, porque a população está com medo, está trancada. O Senador Rogerio Marinho também reiterou o seu pedido e solicitou uma intervenção federal no estado. Estão cumprindo o papel de agentes públicos responsáveis aqui na Casa revisora da República, Senadores.

Agora, a Governadora do PT e o Secretário Nacional de Segurança Pública vinculado ao Ministério da Justiça acharam por bem não acionar as Forças Armadas. Por quê? Não querem dar o braço a torcer? É isso? A política vale mais do que acalmar a situação para a emergência que o estado está vivendo?

E aí vem aquela história de o sujo, Senador Izalci... O senhor já ouviu aquele ditado: “O sujo falando do mal lavado”? Mas há aqui um caso do sujo ajudando o mal lavado, que é o Ceará e o Rio Grande do Norte. Optaram apenas pelo envio de contingentes da Força Nacional de Segurança e do reforço com policiais militares do Estado do Ceará, como se o Estado do Ceará estivesse às mil maravilhas com relação à segurança pública. Olha, toda atitude que é fundamentada na solidariedade é sempre positiva, mas, neste caso específico, estamos diante de uma politicagem. Isso porque, há muitos anos, o Ceará assim como o Rio Grande do Norte, governados pelos petistas, estão entre os estados mais violentos do Brasil, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Núcleo de Estudos da Violência da USP, que acompanha o número de homicídios por cem mil habitantes. O nível máximo tolerado mundialmente é de dez mortes por cem mil habitantes, mas, nesses estados vizinhos, Rio Grande do Norte e Ceará, os indicadores são sempre superiores a quarenta – quatro vezes mais do que o tolerado –, o que se aproxima, Senador Rogério Marinho, de um nível de guerra civil.

Não podemos esquecer, Senador Styvenson, que, em 2019, os cearenses passaram por uma crise semelhante a essa vivida pelos nossos irmãos potiguares. E olha só que interessante: nas mesmas situações, porque o Governo tinha acabado de ser reeleito, o Governo do PT tinha acabado de ser reeleito, exatamente



como está acontecendo agora; e o estado necessitou, sim, de uma intervenção da Força Nacional para o restabelecimento da paz e da ordem.

De lá para cá, a situação do Ceará só fez piorar, no cotidiano de comunidades inteiras dominadas por facções criminosas. Toque de recolher e expulsão de famílias passou a ser a rotina nessas comunidades cearenses, não só na capital, mas em todo o interior do Estado do Ceará. Em muitas cidades, famílias precisam ser escoltadas para sair de casa, porque o crime organizado deu horas para que essas famílias saiam. Olha que nível de absurdo! Você tem que pedir autorização para o tráfico – lá no Ceará é comum isso – para entrar em certas comunidades. O tráfico tem que autorizar o cidadão de bem a entrar no seu bairro. Isso é normal? Será que ninguém vai se indignar com relação ao que está acontecendo? É uma injustificável complacência do Governo estadual.

Um governo que, lá no Ceará, ao invés de investir na segurança pública, preferiu gastar, em oito anos, mais de um bilhão – “b” de bola, “i” de índio –, R\$1,1 bilhão só com propaganda. Uma indecência! Apesar dessa situação crítica, o novo Governo do PT, eleito agora, em 2022, entre suas primeiras medidas, decidiu sabe o quê? Aumentar o número de secretarias. Já não basta a politicagem de troca de favores, de cargo, para a cooptação política. Eles aumentam as secretarias e, conseqüentemente, aumentam os impostos. Essa é a linha de ação de um governo que não tem compromisso com o cidadão, e sim com um projeto de poder, pelo poder. Aí vem a cobrança do ICMS reajustada sobre combustíveis, telecomunicação, energia elétrica, prejudicando toda a população, que paga essa conta. Tudo por barganha política. É possível fazer um paralelo entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, estados nordestinos governados há muito tempo pelos petistas. Segundo o Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal, que divulga anualmente um relatório das 50 cidades mais violentas do mundo, vejam só: Fortaleza, onde eu nasci, a capital linda, especialíssima do Ceará, figura como a 31ª cidade mais violenta do mundo; e, Senador Rogério Marinho, Senador Styvenson, Natal, outra capital belíssima, a Terra do Sol, coladinha com Fortaleza – olhem só a coincidência, e não é coincidência –, figura com uma taxa absurda de 63 homicídios por 100 mil habitantes, ou seja, está na 28ª colocação do mundo como a cidades mais violenta. E um número do Rio Grande do Norte agora: Mossoró, que fica ali, curiosamente, entre Fortaleza e Natal, é a cidade mais violenta do Brasil na atualidade, com este número de 63 homicídios por 100 mil habitantes. Sabe que município era no ano anterior? São João do Jaguaribe, lá no Ceará, que tinha 224 assassinatos por 100 mil habitantes. Eu fui, Senador Rogério Marinho, nesse final de semana, a São João do Jaguaribe. Fica a cerca de duas horas e meia, três horas depois de Russas. Eu vi sabe o quê? Eu nunca imaginei que ia encontrar isto: uma cidade abandonada, fantasma! Uma cidade fantasma: as pessoas com medo de falar, o comércio fechado, as casas fechadas, as pessoas indo embora da cidade, porque o poder público é omissivo e deixou a bandidagem controlar a cidade. Uma cidade linda, rapaz! Linda! Esse é o retrato do Nordeste.

Eu queria dizer que nada disso é fruto do acaso. Tivemos acesso à ponta do *iceberg* na má gestão dos recursos públicos, que ficou evidenciada na gestão do PT naquela famigerada CPI da Covid, da qual eu fui titular. Foram bilhões de reais transferidos aos estados e municípios pelo Governo Federal para o enfrentamento da pandemia. Vários escândalos de graves desvios vieram à tona, mas tiveram a sua apuração blindada por Senadores da República, que eram a maioria dos que estavam ali naquela Comissão. Um dos mais vergonhosos foi o calote da maconha, promovido pelo Consórcio Nordeste, formado por nove Governadores, a grande maioria – não é por acaso – do PT.

A gente tem que entregar a verdade, e tem um fato que me deixa estarrecido. Há uma matéria do *UOL Notícias*, ligado à *Folha de S.Paulo*, que explica e mostra aqui pelo relatório – olha que coisa impressionante; será que existe coincidência nisto? – os 30 municípios com a maior taxa de mortes violentas por cem mil habitantes. Sabe onde eles estão? Eles estão no Norte e no Nordeste. Eu vou dizer para vocês: dos 30, 19 são do nosso Nordeste – 19 são do nosso Nordeste!



Ceará e Rio Grande do Norte, pau a pau aqui, disputando as cidades. Você tem, lá do Ceará, São João do Jaguaribe, a primeira; do Rio Grande do Norte, Umarizal; Guaiúba, do Ceará; do Rio Grande do Norte, Rodolfo Fernandes e Extremoz; do Ceará, Chorozinho; do Rio Grande do Norte, Japi e Tibau; do Ceará, Ibicuitinga e Itaitinga. Isso sem falar aqui nas cidades de Pernambuco e da Bahia. Se você somar, você tem aí dois terços dessas 30 cidades. Quase 20 cidades – que são as mais violentas do Brasil – estão lá.

Eu encerro dizendo que vivemos tempos muito difíceis. É preciso muita perseverança na busca pela verdade e pela justiça. Tudo aquilo que é indigno não se sustenta, indefinitivamente, e pode cair a qualquer momento. E, olha, nós temos a obrigação, aqui nesta Casa, Senador Styvenson, de investigar o que precisar para que a verdade possa triunfar.

Eu percebo que essa CPMI que nós todos assinamos aqui, a maioria dos Senadores – já são 37 os Senadores que assinaram; não se chegou à maioria da Casa ainda –, vai trazer muita coisa sobre narrativas que são impostas pelo grupo dominante do Governo Lula à sociedade brasileira.

Nós somos Parlamentares que andamos em mercados, andamos em feiras, no comércio, e cada vez mais a população quer saber o que é que aconteceu no dia 8 de janeiro. E nós não podemos passar a mão na cabeça de quem quer que seja. Quem errou, seja de direita, de esquerda, infiltrado... Nós temos que revelar a verdade. Não adianta o Governo Lula decretar sigilo nas imagens e vir com a narrativa de que já estão sendo investigadas por órgãos públicos. O Senado Federal e a Câmara dos Deputados têm a legitimidade... Assim como aconteceu no Capitólio, que foi agredido! O Congresso Nacional de lá fez a investigação e está a verdade toda aparecendo agora. Imagens que não eram reveladas os Deputados e Senadores conseguiram.

Nós temos que fazer isso aqui com o apoio de vocês, população brasileira, para que a gente possa punir os verdadeiros responsáveis, seja de que lado político ideológico eles estejam, mas procurar também saber quem é inocente e saber fazer prevalecer a justiça, porque preso político não cabe neste país. Que a democracia seja sustentada por atitudes corajosas e ousadas de Parlamentares.

O engraçado, Senador Rogerio Marinho, é que aqueles que se dizem vítimas, aqueles que dizem que foram agredidos, do Governo Lula, não querem essa CPI, essa CPMI de jeito nenhum. Por quê? O engraçado é que os “terroristas”, entre aspas, é que querem que a investigação aconteça.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É surreal o que a gente está vendo aqui. Tem alguma coisa fora da caixa.

Há Parlamentares denunciando que o Governo está oferecendo R\$60 milhões, está oferecendo um orçamento secreto, o que o Presidente Lula condenava durante a campanha; e agora, de forma enviesada, bilhões de reais estariam sendo oferecidos a Parlamentares para não assinarem a CPI? Para retirarem assinatura?

Mas parece que a barca está furada neste Governo, viu? Já em três meses, Senador Styvenson. Sabe por quê? Porque, quanto mais se retiram assinaturas, mais entram outras assinaturas. É a barca furada do PT. Isto é muito importante que a gente perceba: a água está entrando, mas a verdade vai triunfar!

Muito obrigado pela atenção, pela tolerância e...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... uma boa semana a todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) –



Senador Eduardo Girão...

O senhor vai pedir aparte?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) –  
Senador Eduardo Girão, se pudesse...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) –  
Porque agora vai ocupar a tribuna, Senador Rogerio, porque já estava na lista, o Senador Confúcio. Ele está na sequência.

Por antiguidade, então, o Senador Confúcio ocupa a tribuna.

*(O Sr. Styvenson Valentim, 4º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.)*

**O SR. CONFÚCIO MOURA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.)  
– Sr. Presidente, Senadores presentes, internautas, eu quero registrar aqui a presença do nosso querido amigo, lá de Rondônia, o ex-Deputado Federal Euripedes Miranda, que está aqui nos visitando nesta tarde. Entrou aqui na Câmara na década de 90, comigo, e hoje está visitando aqui o Senado.

Muito obrigado ao querido amigo Euripedes Miranda.

Lá no passado mais distante, na década de 80, nós, ele e eu, fomos Secretários de Estado do primeiro Governador eleito do estado: ele, de segurança pública – está ali, é delegado de ofício –; e eu, na área de saúde. Então, quero aqui agradecer a visita ao Senado do nosso querido amigo Euripedes Miranda.

Sr. Presidente, dias atrás nós recebemos, aqui no Senado, o Desembargador Isaias Fonseca, lá de Rondônia. Ele veio fazer um apelo, visitando entidades, visitando ministérios, visitando Parlamentares. A peregrinação dele é sobre a declaração de Imposto de Renda e a destinação de um percentual para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente. Então, um Desembargador sai lá de Rondônia e visita o Senado e a Câmara dos Deputados justamente para convencer todos nós sobre a divulgação, por discurso, por outras formas, da possibilidade real de os declarantes, pessoas físicas e jurídicas, destinarem ao fundo da criança e do adolescente o percentual que pagariam à Receita Federal. É bem-vindo esse dinheiro, é importante demais, é o patinho feio das organizações sociais brasileiras que são muito... É o fundo da criança e do adolescente.

Então, eu venho hoje aqui falar sobre uma oportunidade extremamente importante. Destina-se a todas e todos que desenvolvem trabalhos comunitários a crianças e adolescentes no Brasil.

Aproxima-se, como se sabe, o período em que pessoas físicas e jurídicas devem fazer suas declarações do Imposto de Renda à Receita Federal.

A Lei 12.594, de 2012, instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e regulamentou a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem atos infracionais.

Essa lei permite que tanto as pessoas físicas quanto jurídicas possam deduzir integralmente do Imposto de Renda as doações feitas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente em âmbito nacional, distrital, estadual ou municipal.

Os limites para essas doações são de 1% do imposto devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, e de 6% do imposto sobre a renda apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual.

Então, este meu discurso serve também para todos os servidores do Senado que têm imposto a



receber, a todos os telespectadores... Isso é extremamente importante. Eu estou fazendo aqui uma campanha que foi encabeçada pelo Desembargador Isaías, lá de Rondônia, e eu faço este apelo a quem estiver me ouvindo neste momento para que atente bem a esses dados. Vocês podem fazer descontos daquilo que pagariam do Imposto de Renda, sem nenhum prejuízo, para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

As doações das pessoas jurídicas a esses fundos são consideradas isoladamente, não se submetendo a limite em conjunto com outras deduções do imposto, mas não podem ser computadas como despesa operacional das empresas na apuração do lucro real.

Elas podem ser deduzidas do imposto devido no trimestre, para as pessoas jurídicas que apuram o imposto trimestralmente, e do imposto devido mensalmente e no ajuste anual, para as pessoas jurídicas que apuram o imposto anualmente.

As pessoas físicas podem optar pela doação diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual. As doações feitas por elas não excluem ou reduzem outros benefícios ou deduções em vigor. Entretanto, as deduções não poderão ser utilizadas pelas pessoas físicas que utilizarem desconto simplificado ou entregarem a declaração fora do prazo.

Também o meu pronunciamento serve muito para os contadores, para o pessoal que elabora para as empresas e pessoas físicas as declarações do Imposto de Renda. Todos os contadores do Brasil podem orientar bem os seus clientes a fazerem essas doações, essas destinações no Imposto de Renda. A minha contadora mesmo me orientou, e já faz três anos que eu faço automaticamente essas deduções, essas destinações.

Neste ano, excepcionalmente, a Receita Federal estabeleceu, como prazo final para a entrega das declarações de Imposto de Renda, o dia 31 de maio. Isso significa que haverá bastante tempo para que as instituições e comunidades que atuam no sistema nacional de atendimento socioeducativo possam fazer campanhas para estimular doações diretamente aos fundos locais ou estaduais. As doações feitas diretamente a esses fundos reduzem a dependência dos órgãos locais e estaduais de recursos da União. Embora para o contribuinte não haja benefício imediato no que tange ao valor do Imposto de Renda a pagar, ele está contribuindo com uma causa meritória, de recuperação de crianças e adolescentes que tenham cometidos atos infracionais. Isso é o que pode e deve ser ressaltado nessas mobilizações. Além do fato de os recursos que iriam para o Orçamento da União poderem ficar nos estados e municípios, tão carentes de recursos para atender as muitas demandas que recebem, as verbas que seriam usadas para esse fim podem passar a ser destinadas a outras finalidades igualmente importantes.

Eu não poderia deixar de registrar aqui também o trabalho feito pela Juíza de Direito Ana Valéria, do Município de Ji-Paraná, que trabalha na mesma causa há muitos anos.

Peço também aos meus caros pares que orientem as instituições e as comunidades de seus estados e municípios com atuação nessa área de atendimento à criança e ao adolescente a se mobilizarem no sentido de obter doações para os fundos estaduais e municipais da criança e do adolescente. Não há dúvida de que essa é uma boa causa.

Era só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Senador Confúcio Moura. Agradeço a sua participação, mais uma vez aqui, sempre presente nesta Casa, Senador Confúcio, do Estado de Rondônia.

Já quero aqui, imediatamente, chamar o Senador Rogerio Marinho, do Rio Grande do Norte, para ocupar a tribuna do Senado neste momento delicado que vive esse estado vizinho ao Ceará, um estado lindíssimo, com um povo maravilhoso, mas que está sofrendo essa onda de violência. Minha solidariedade.



O senhor tem a palavra aqui nesta segunda-feira.

Muito obrigado.

**O SR. ROGERIO MARINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discursar.) – Sr. Presidente Senador Eduardo Girão, Senador Styvenson, que, como eu, faz parte da Bancada do Rio Grande do Norte, aqueles que estão nos assistindo agora pela TV Senado, hoje é segunda-feira, dia de sessão não deliberativa, e nós estamos aqui, primeiro para cumprirmos nosso dever de representar o povo do nosso estado, agradecendo aqui a presença de Styvenson e daqueles que aqui estiveram, o Confúcio, o Izalci, o Kajuru, mas também em função da grave crise que atravessa o Rio Grande do Norte neste momento.

Senador, V. Exa., que veio da área de segurança pública, que conhece bastante a forma como a Polícia Militar, a nossa gloriosa Polícia Militar do Rio Grande do Norte, se comporta na repressão, na prevenção, no combate ao crime, no Estado do Rio Grande do Norte, mesmo sem ter as condições adequadas para fazê-lo, com o efetivo desfalcado, com equipamento defeituoso, com a dificuldade de manutenção das suas viaturas, dos seus armamentos, do colete necessário para enfrentamento diuturno dos perigos que representa entrar em locais infestados de marginais, nós vemos que, depois de quatro anos de um Governo, o saldo apresentado é um saldo que deprime a população do Rio Grande do Norte. E há um contraste evidente e muito claro do que aconteceu com o Brasil. O Brasil, nos últimos cinco anos, teve um decréscimo de mais de 20% no número de mortes violentas no país. Entre 2017 e 2022, nós tivemos menos 18 mil mortes violentas por ano. Isso não se refletiu no nosso estado, Senador Styvenson; isso não se refletiu no Estado do Ceará.

O Senador Girão fez há pouco um pronunciamento em que ele discorre a respeito de um triste *ranking* que mostra que, das cidades mais violentas do mundo, os nossos dois estados pontuam com certo destaque, em especial o Rio Grande do Norte, com os dois primeiros do Brasil: a cidade de Mossoró, que é a segunda maior cidade do Rio Grande do Norte, e a cidade de Natal, que é a nossa capital. Isso depois, volto a repetir, de mais de quatro anos de um Governo que foi renovado numa eleição em primeiro turno. E nós assistimos com certa perplexidade à Governadora do nosso estado afirmar que tem tudo sob controle e que, a partir de agora, vai recepcionar recursos oriundos do Fundo Nacional de Justiça e que fará os investimentos necessários para recuperação do sistema prisional, para aparelhamento da polícia, enfim, para fazer um enfrentamento adequado ao crime organizado.

Sem querer brincar com uma situação tão séria, parece-me que o crime no Rio Grande do Norte está organizado e o Governo desorganizado. E essa desorganização vai atingir principalmente os mais humildes, os mais fragilizados e atinge também de forma, eu diria muito séria, a nossa principal indústria, que é a indústria do turismo. Nós estamos vendo o Rio Grande do Norte nas páginas dos principais jornais do país, dos principais noticiários do Brasil e do mundo, não como exemplo de belezas naturais, não como um local aprazível para ser visitado, mas onde há uma conflagração entre marginais, entre membros de facções contra o povo daquele estado, o que inibe evidentemente aqueles que pretendem visitar o estado. Já se tem notícia de cancelamento de quase 50% das futuras hospedagens.

Eu ouvia V. Exa., Senador Girão, falar de uma cidade do seu estado que V. Exa. visita e aí encontra uma cidade fantasma. Isso é um exemplo que vimos em dezenas de cidades do Rio Grande do Norte; cidades com o comércio fechado, com o toque de recolher imposto pelos marginais, inclusive a capital do estado, sem que o transporte coletivo pudesse percorrer as ruas da cidade; cidades onde o sistema de distribuição de alimentos, de gêneros de primeira necessidade foi paralisado, em função do medo, da instabilidade, da insegurança que o estado não conseguiu proporcionar, propiciar à comunidade potiguar norte-rio-grandense. Dias tristes.

Isso certamente oriundo de um governo que não se preocupou em investir na segurança, que não



se preocupou em fazer o trabalho de inteligência para prevenir situações como essas, que são facilmente percebidas se a polícia aparelhada estivesse e voltada para fazer o seu trabalho, o seu mister, que não é apenas de reprimir, mas, de forma inteligente, evitar que ocorra.

Evita-se que situações como essas ocorram se o sistema prisional tivesse recepcionado os recursos que foram canalizados para o Estado do Rio Grande do Norte. Há um *ranking* publicado recentemente, um outro *ranking*, que mostra que o Estado do Rio Grande do Norte conseguiu investir uma parte ínfima dos recursos que recepcionou nos últimos quatro anos. Parece-me que, de mais de R\$100 milhões, apenas R\$2,4 milhões foram investidos.

Evidente que há uma incapacidade clara de gestão, uma incompetência generalizada. Desculpe, mas eu prefiro essa abordagem, eu prefiro essa forma de me colocar a dizer que há má-fé. Não, não há má-fé. É incompetência de não se conseguir aplicar o recurso disponibilizado a fundo perdido nos cofres do Estado do Rio Grande do Norte para fazer justamente o que hoje ou ontem anuncia o Ministro Flávio Dino: “Ah, vamos disponibilizar R\$100 milhões para o Rio Grande do Norte para que sejam aplicados na recuperação do sistema prisional, no aparelhamento da polícia, em sistemas de inteligência”.

Ora, há mais de quatro anos os recursos dormem nos cofres do estado e a inércia do atual Governo. Este mesmo Governo que renova a sua administração por mais quatro anos. Ai do Rio Grande do Norte.

Eu espero que essa situação pelo menos sirva para acordar a letargia, a inércia e a incompetência em que o nosso estado está mergulhado. Eu espero que isso sirva pelo menos como um sinal de alerta, uma luz piscando vermelha para mostrar que não há uma segunda chance e que nós precisamos, como sociedade, nos indignar com essa situação.

Aliás, uma situação que nos chama atenção. O Ministro da Justiça vai ao Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, me parece que foi na semana passada, com apenas dois veículos, um local em que nenhum cidadão pode adentrar sem a anuência do chefe do tráfico local, um local onde a polícia do Rio de Janeiro, para chegar lá, precisa de todo um aparato bélico para permitir que eles possam percorrer as ruas daquela região, que foi tomada do Estado do Rio de Janeiro, como é noticiado publicamente por todos os canais de TV, por toda a imprensa do nosso país. Não é segredo para ninguém. Mas o Ministro consegue, com apenas dois veículos, ingressar naquela fortaleza e ser recebido por ONGs e por representantes comunitários daquela comunidade. Mas, quando chega ao Rio Grande do Norte, ao descer do aeroporto, há mais de dez veículos num comboio para escoltá-lo. Ora, o Rio Grande do Norte está muito perigoso, pelo menos cinco vezes mais perigoso do que o Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. Isso nos chama a atenção. E é necessário que esse enfrentamento agora seja despido de vaidades.

O Senador Styvenson, de uma forma proficiente e séria, vem denunciando, no Plenário desta Casa, por ocasião das eleições passadas e ao longo do seu mandato, a fragilidade do sistema de segurança no Estado do Rio Grande do Norte e faz um pedido pertinente, sério, para que as Forças Armadas vão em socorro da Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Norte, para resolver o problema, para estancar essa situação de medo, de fragilidade, de insegurança que grassa na população do nosso Estado do Rio Grande do Norte.

Porém, é acusado de oportunista. Oportunista? Se ele tem a investidura respeitável dos votos dos potiguares para representá-los na Casa da Federação, que representa os estados brasileiros, e aqui está vigilante, em busca de soluções para os problemas graves que o nosso estado e a Federação por ventura enfrentem. E não é um problema grave?

Imediatamente, Senador Styvenson, encaminhei ao Presidente da República e ao Presidente Rodrigo Pacheco um ofício em que subscrevo a solicitação de V. Exa. e vou mais adiante: V. Exa. pede uma GLO; eu peço uma intervenção na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte. Nada contra o secretário, nada contra aqueles que ali estão; mas tudo contra a inércia, a incompetência, a



passividade, o conformismo com que a segurança pública do nosso estado vem sendo tratada nos últimos quatro anos.

Há necessidade de que a Governadora se dispa das vaidades, acorde, tome em suas mãos a disposição e a condição de realmente fazer diferença no Estado do Rio Grande do Norte, com o apoio de todos nós. Nós somos solidários à população, que está sofrendo neste momento. Precisamos resolver o problema a curto prazo, mas precisamos ter a coragem de resolver, de fato, o problema a médio e longo prazo. E isso só será conseguido se tivermos transparência na atuação e se tivermos coragem, de fato, fazendo com que o estado, por exemplo, retome áreas que hoje foram capturadas pelo crime organizado do nosso estado, faça um trabalho de inteligência para impedir a lavagem de dinheiro que acontece no crime organizado, não apenas no nosso estado, mas no Brasil.

Nós precisamos ter a coragem de romper com esse narcoestado que está se estabelecendo no Brasil como um todo. É como se fosse um poder paralelo em várias cidades brasileiras, em vários estados brasileiros, em nosso Estado não tem sido diferente. Existem regiões em que o poder público legítimo, constitucional não pode adentrar. Basta, chega!

São necessárias providências e ações extremas como essa, em que há, por parte daqueles que cometem crimes publicamente reivindicações – algumas até justas – de melhoria de condições de cárcere, mas que demonstram que havia, ou que há, no mínimo, uma negociação anterior que precisa ser transparente, que precisa ser publicizada.

A sociedade tem o direito de saber o que estava acontecendo, para que, como povo, possamos tomar a melhor decisão e optar pelo melhor caminho. E o melhor caminho, sem dúvida nenhuma, é o respeito à lei: a lei que todos nós juramos obedecer um dia, quando aqui chegamos, como Senadores da República, e quando a Governadora assumiu o seu cargo, e os secretários e os seus colaboradores, assim como o próprio Ministro, que são outorgados em funções públicas respeitáveis, precisamos exercer os nossos cargos levando em consideração a lei.

A lei, por mais dura que seja, precisa ser um guarda-chuva que abriga todos nós, um escudo que abriga todos nós.

É nesse sentido que nos colocamos: em solidariedade ao povo norte-rio-grandense, mas entendendo que nós precisamos ter urgência, vigor e responsabilidade no enfrentamento desse drama que, infelizmente, se alonga há tempo demais. Basta!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Senador Rogerio Marinho.

É um pronunciamento forte, equilibrado e que nos faz um alerta não apenas ao povo norte-rio-grandense, mas a todos os nordestinos que vivem esse drama há muito tempo no país, e que pode se alastrar.

Um estado que não exerce a força necessária que o povo de bem espera e que já paga os impostos da segurança... É dever do governo do estado promover a paz, a segurança. A gente vê essa tragédia social que acontece neste Governo do Rio Grande do Norte... O Ceará já foi, há bem pouco tempo, e pode acontecer a qualquer momento novamente, porque estão empurrando com a barriga... ninguém sabe se é através de acordo, o que é que está por baixo, mas o cidadão de bem merece respeito.

É aquela velha história: ou a gente aprende pelo amor ou aprende pela dor. Infelizmente, as nossas escolhas – ou felizmente - têm um preço. E o despertar de todos nós – espero que ainda haja tempo, tenho convicção disso – vai fazer com que, efetivamente, a paz se estabeleça com atitudes.

Parabéns pelo seu pronunciamento, Senador Rogerio Marinho.

Imediatamente, passo a palavra a outro Senador do Rio Grande do Norte, também muito ativo e preocupado com a situação, como o Senador Rogerio Marinho, buscando solução, buscando ajudar a



população norte-rio-grandense: o Senador Styvenson Valentim.

O senhor tem o tempo necessário para a sua exposição.

Muito obrigado.

**O SR. STYVENSON VALENTIM** (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Para discursar.) – Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, todos os que assistem à TV Senado pelas redes sociais e que ouvem a Rádio Senado também.

Subo nesta tribuna hoje, Senador, para falar, mais uma vez, do meu estado, da situação em que ele se encontra, e para falar de solidariedade.

Num momento como este de tragédia, Senadores, população, ocasionada pela irresponsabilidade de um governante, a gente precisa ser solidário, dar as mãos.

É assim que o Governo do PT está enxergando alguns políticos do Estado do Rio Grande do Norte. Foi assim que o Ministro da Justiça, assim que chegou ao Estado do Rio Grande do Norte, esbravejou, nas redes sociais e na imprensa, que o Rio Grande do Norte passa por duas crises: uma crise física, causada pela incompetência da sua amiga gestora Fátima Bezerra; e a outra crise que seria causada pelos Parlamentares que querem ajudar o estado.

Ora, uma coisa é eu ser empático, outra coisa é eu ser solidário com a pessoa, com a Fátima, com o CPF dela. Eu não estou sendo solidário com ela, porque ela, sim, cometeu atos que deveriam ser avaliados pelo Ministério Público como, no mínimo, de improbidade, porque você ter recurso disponível, você ter verba disponível e não investir é, no mínimo, um ato de maldade ou de plena incompetência. E isso foi atestado pelo próprio ministro.

A gente vai cobrar dele, a partir da semana que vem, porque ele disse que, na semana que vem, R\$100 milhões vão ser liberados para o nosso estado para a compra de viaturas e armamentos e disse que já tem tudo isso. O.k., vamos ficar atentos para fazer essa cobrança diretamente a ele agora, porque ele vai até o nosso estado e acusa alguns Parlamentares de estarem fazendo violência contra o estado? Não.

A única violência, Sr. Ministro, que está acontecendo no meu estado é a da sua Governadora, a violenta incompetência dela. Isso é muito violento. Não só na segurança, mas na educação, na saúde, nas rodovias, no turismo que ela acabou de assassinar. Ela acabou de sepultar o turismo do Rio Grande do Norte.

Embaixadas, como a americana, estão mandando comunicados para as pessoas de seu país, dizendo e aconselhando não ir ao Rio Grande do Norte. Num Estado em que a mola mestra que move a economia nos serviços é o turismo... ter quase 70% de todos os seus leitos... E agora vai vir um feriado, chamado Semana Santa, e a gente vai ter um prejuízo. Isso, sim, é violência.

Violência é mentir para as pessoas durante a propaganda de televisão, que é paga com dinheiro público, como o senhor mesmo disse aqui. Lá não chega a ser um bilhão não. Lá chega a ser alguns milhões: R\$60 milhões, R\$50 milhões para financiar mentiras, como financiou na campanha política, dizendo que o Estado do Rio Grande do Norte vivia um paraíso na segurança pública; propagandas mostrando viaturas rodando em ótimo estado; policiais felizes, alegres... até com depoimento deles.

Deus é justo, não é? Não deixou a mentira prosperar não. A mentira caiu da pior forma sobre a população potiguar, da pior forma possível: afetou a educação – uma semana praticamente sem aulas, para uma educação que já é a última no Ideb no Rio Grande do Norte; há escolas totalmente desestruturadas; falta alimentação também nas escolas, deveria ter reivindicação dos alunos, dos professores...

O presídio coloca as regras, e elas são obedecidas pelo Estado. O Senador Rogério Marinho ocupou a tribuna antes de mim e mencionou sobre possíveis diálogos e acordos entre governos e alguns criminosos. Falei sobre isso em debate. Ora, ora, quer dizer que tiraram as tomadas do presídio agora, na semana passada? Quer dizer que tudo ficou ruim dentro do presídio de uma semana para cá? E durante os quatro



anos passados? Será que nada disso acontecia?

São perguntas para refletir. São perguntas para refletir também que, após sete dias de ataques, o governo faça com mérito explanação para dizer que está reduzindo! Não era nem para ter começado... não está reduzindo o número comparado para os ataques iniciais, mas os ataques agora estão sendo cada vez mais violentos.

Hoje eu vi uma granada sendo arremessada dentro de um depósito de bebida. Por Deus que não foi detonada! Bombas deixadas nas ruas, bombas de grande potencial de explosão, de destruição. Pode até, sim, estar diminuindo, mas os ataques talvez estão sendo mais precisos e violentos. Ainda permanecem, ainda persistem, sim, os sintomas.

Voltando para falar de solidariedade, sobre empatia, sobre dar as mãos... Os políticos do nosso estado, Rogério Marinho., Não quer dizer que eu vá ser omissos; não quer dizer que eu não vá tomar iniciativa, ser indiferente. Eu lembro bem, quando era policial militar no ano de 2016, 2017, quando o Estado do Rio Grande do Norte passou por uma crise semelhante, sendo atacado por facções criminosas, eu, então capitão na rua, não percebi nenhum político, a não ser o então governador ficando sozinho, sendo atacado por muitos oportunistas, incluindo a Senadora Fátima que, naquela ocasião, ocupou aquela tribuna para falar sobre o caos na segurança pública

Ela não fez nenhum pedido ao Presidente do Senado, nem ao Presidente da República; ela não agiu com o cargo que ela ocupou, que lhe proporcionava para ter ação para defender as pessoas do meu estado. Pelo contrário, se utilizou daquele momento... aí sim, Rogério Marinho, isso é oportunismo; isso, sim, o que ela fez é oportunismo, ou ela se esquece do passado? Aí agora vem falar que precisa ser solidário?

Eu tenho que ser solidário com a população do Rio Grande do Norte. Eu preciso ser solidário, Senador Eduardo Girão, com o Sr. Carlos Eduardo Nazário, policial penal, 49 anos falecido, morto nas ruas de Natal agora durante essa crise terrorista; eu preciso ser solidário, Senador Eduardo Girão, com o Sr. Francisco da Silva, José Francisco da Silva, proprietário de um supermercado, Supercop, que foi assassinado com dois tiros; eu preciso ser solidário também com o Sr. Anderson, de 25 anos, Anderson Lucas, motorista de aplicativo, morto na Engenheiro Roberto Freire, área de maior turismo do Rio Grande do Norte.

Eu preciso ser solidário, Rio Grande do Norte, com as prefeituras: com São Tomé, que perdeu R\$550 mil com propriedade pública queimada; com Florânia, que já perdeu R\$350 mil de ônibus escolares, ambulâncias queimadas; eu preciso ser solidário com Coronel Ezequiel, que já perdeu mais de R\$3,2 milhões entre ônibus, caçamba, retroescavadeira, tratores; eu preciso ser solidário com Campo Redondo, que teve o Cras queimado, que teve ambulância queimada, que teve dois ônibus escolares queimados; com Acari também, que sofreu com isso.

Eu preciso ser solidário com todos os empresários do turismo, com os comerciantes, com a Abrasel, com a população potiguar que sofre nas paradas de ônibus, hoje de manhã, com a redução da sua frota, porque alguém tem que trabalhar e pagar a conta. Infelizmente, a palavra da Governadora daquele Estado, o Rio Grande do Norte, já não vale mais nada! Já não valia e agora que não está valendo para mais nada mesmo. No que ela fala ninguém acredita, ninguém confia, perdeu a credibilidade e terceiriza a credibilidade agora para Ministro. Vou cobrar, a partir da semana que vem, o armamento e as viaturas, Sr. Ministro. Aí a gente vai saber quem está fazendo violência publicitária. O senhor vai para o meu estado e promete as coisas – o senhor tem que cumprir e não fazer como a Governadora do estado nem como os seus secretários, que não cumprem nada e têm uma séria dificuldade em gastar recurso público: não gastaram recursos de emenda parlamentar, que destinei para melhorar a saúde de hospitais, como o Tarcísio Maia; não constroem escolas, que são, sim, um grande mecanismo de combater o crime, como foi com a Maria Ilka, com 6 milhões paralisados. É uma total incompetência! Perdida, pior que barata



tonta... Está mais cega em tiroteio do que qualquer outra coisa.

E me acusaram, Senador Rogerio Marinho, porque eu agi em favor do meu estado, já agradecendo aqui a Presidência do Senado, o Presidente Rodrigo Pacheco, que acolheu o meu pedido, muito bem embasado. E ele também, que não é alheio às coisas que acontecem neste planeta nem no Brasil nem no meu estado, viu, como viram ontem durante o Fantástico, como viram na Record, como estrangeiros estão assistindo à violência no meu estado. Isso é bom para o meu turismo? É péssimo! Ele não estava alheio, não.

Então, a fundamentação do meu pedido é para que ele trace... Acho que é um caso inédito aqui nesta Casa o Presidente do Senado, representante legislativo, atender a uma solicitação de um Senador para pedir lá uma força, um apoio ao Governo Federal, para que coloque policiamento, que coloque mais gente, que coloque militares, que coloque tudo à disposição. Quem, em sã consciência, que está me assistindo e ouvindo, nega ajuda? Eu ofereci essa ajuda, que foi negada pela Governadora. Talvez esteja invertido aqui: talvez ela não queira ajuda do Senador Styvenson. Por quê? Porque concorremos nas eleições, porque eu disse algumas verdades, durante o debate, que ninguém quis ouvir. E agora todos estão assistindo e vendo. Têm outras verdades também, para quem está me assistindo, no Rio Grande do Norte, na saúde, na educação, como já falei, nas estradas, em tudo! É a incompetência generalizada!

Então, Sr. Presidente, eu ocupo esta tribuna para dizer que tomei essa iniciativa, sim, para ajudar o meu estado, para colocar o que foi feito, em 2016, quando ela ocupou aquela tribuna e utilizou da palavra apenas para tirar proveito. Hoje eu ocupo aqui para dizer o que está sendo feito e o que se fez com o mandato: pedi, sim, GLO; pedi, sim, ajuda às Forças Armadas – e peço ainda.

Agora, o que é de causar perplexidade é que o Secretário, que o Ministro, que a Governadora, que todos que passam ali, Rogerio Marinho, no Rio Grande do Norte, dizem que não é necessário, que não é útil. Mas o senhor sabe dizer onde estão guardando os ônibus do estado agora, neste momento? Os ônibus da educação, do Governo do estado do Rio Grande do Norte, estão sendo guardados no 7º BE CMB, dentro do Exército! É no mínimo contraditório: “Eu não preciso do Exército para a população, eu não preciso do Exército na rua, mas guardo meu patrimônio dentro do 7º BE CMB, dentro da unidade militar”. Disso as pessoas não sabem, não é?

É muito incoerente o Ministro chegar ao meu estado e dizer que vai enviar R\$100 milhões esta semana, comprar viaturas, comprar armamentos, se a Governadora dizia, na campanha, e dizia até ontem, que a segurança pública era maravilhosa, era a melhor deste país. Como diz o ditado que muitas crianças que devem estar me ouvindo... Não esqueçam este ditado: mentira tem perna curta. Mentira tem perna bem curta, D. Fátima, e a senhora hoje está vendo isso.

Acredite, Governadora, que seu eu não fosse solidário com o Governo, com o estado, com as pessoas, com os empresários, com as prefeituras, com todos do Rio Grande do Norte, eu não teria tomado a atitude de pedir o que eu já pedi desde o início. Eu não teria destinado recursos para o Governo que a senhora comanda pela segunda vez, e não tem mais a quem culpar, que não sabe gastar dinheiro. Admita sua incapacidade ou a senhora precisa de um advogado, que é o Ministro da Justiça, Eduardo Girão, para falar por você? Infelizmente, ninguém acredita mais naquelas palavras. Ninguém acredita mais em um Governo como ele, que deve ser o protetor. Já não dá mais para atribuir, no art. 144 da Constituição, que é dever do Estado... Agora entendi, Senador Rogerio Marinho, por que pediu a intervenção: porque é tão incompetente, tão incapaz, tão insuficiente, que não consegue resolver as situações. E para os opositores, os amigos, os cargos comissionados, os que estão ali próximos à Governadora, chamem do que quiserem. O que eu não vou deixar de fazer é meu trabalho aqui, o que eu não vou deixar de fazer é ajudar meu estado e o que eu não vou deixar de fazer também é criticar um Governo que nada faz e chegou até aqui com base em mentiras.



Senador Eduardo Girão, eu deixo bem claro que vamos continuar observando. Eu ocupei esta tribuna para ser solidário à população do Rio Grande do Norte, e não amigo e comparsa da Governadora. Não faço parte disso. O que tiver que ser falado, o que tiver que ser feito, o que tiver que ser dito e mostrado, eu vou fazer isso. Não devo nada àquela senhora. Devo, sim, ao meu estado, devo à população.

Agora eu queria que ela explicasse e tornasse bem claro, ela ou o Ministro... Ministro que, como o Senador Rogerio Marinho disse, foi escoltado por inúmeras viaturas e chegou bem atrasado, fora de *timing*, depois que tudo é destruído, depois que o prejuízo é causado, depois que o terror é instalado, depois que tudo acontece, aí o Governo do estado coloca propagandas que amenizam, que querem converter e reverter uma situação que é irreversível. Preste bem atenção nas perguntas que eu fiz, que o Governo deveria responder. Todas essas prisões, população do Rio Grande do Norte, 123, que estão sendo feitas, divulgadas, numa tentativa de acalmar a população... Quantas pessoas dessas foram presas? Qual artigo do Código Penal está sendo conduzido? Colocam tráfico de drogas, formação de quadrilhas. Não, Senador Rogerio Marinho, estão sendo autuados pela legislação ambiental, pena de um a quatro anos, carregar combustível, coquetel molotov. No máximo quatro anos, pela lei do Estatuto do Desarmamento. A pena é branda, é falha. Mais uma vez, o Governo omite informação.

Para corrigir isso, Senador Eduardo Girão, amanhã, na Comissão de Segurança Pública, o Projeto 3.283, de 2021... De 2021, para não dizer que eu sou oportunista, para não dizer que eu estou pegando carona na situação. Então, em 2021, eu propus alterar as penas e tipificar como ato terrorista as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados, diga-se facção, digam-se milicianos, diga qualquer um que se reúna para causar terror, tirar o direito de ir e vir, queimar comércio, patrimônio público, queimar viatura, fazer o que todo mundo assistiu no Rio Grande do Norte.

Então, esses atos de terrorismo são taxativos em lei, porém essa pluralidade dos tipos penais, Senador Rogerio, a dinâmica desses tais grupos criminosos no país, como os que aconteceram agora presentes esta semana no Rio Grande do Norte, com reflexo na comunidade até internacional, exige uma reflexão. Por isso, esse projeto já tem um Relator, o Senador Alessandro Vieira, que é delegado de polícia e sabe da dificuldade que é ser um delegado de polícia neste país com leis, como eu já citei, frágeis de serem operadas. Eu imagino como fica a situação de um juiz, de um delegado, de um promotor que quer, de fato, aplicar a legislação, mas não a tem. Ele não pode abusar dela, ele não pode fazer isso de livre arbítrio.

É por isso que essa lei, eu espero, não tenha dificuldade para passar por aqui, Senador Paulo Paim, porque é uma lei que combate, sim, crimes de terrorismo. E eu espero que o seu Estado do Rio Grande do Sul, que é tão bonito, nunca passe pelo que o Rio Grande do Norte está passando.

Então, com a presente proposição, propomos equiparar as mais graves condutas do crime organizado aos atos de terrorismo para os quais a legislação prevê pena de 12 a 30 anos de reclusão, além das sanções correspondentes, as ameaças ou violências. E, aquele que comandar, aquele que está de dentro do presídio, aquele que recrutar, que é o líder...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. STYVENSON VALENTIM** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... de uma facção, de uma organização criminosa, que pague em dobro, pelo nosso projeto.

Então, já não vai ser mais tão simples, nem mais tão fraco. É a resposta legislativa que a gente pode dar aqui a esse tipo de crime, é a resposta que Parlamentares que ocuparam essas cadeiras antes de mim não deram, porque, em 2021, eu fiz isso.

Eu recebi uma ligação hoje de um juiz dizendo: “Senador, ótimo projeto, espero que passe”. Porque, com o que temos, Senador Paulo Paim, não dá para fazer a lei funcionar, não dá para autuar.

Dois garotos são pegos com uma garrafinha de gasolina, sabe-se que vão queimar um prédio público,



um ônibus, que vão colocar terror numa sociedade e eles não serão autuados dentro da proporcionalidade dos seus crimes ou do terror que eles causam em uma sociedade. Pasmem, crime ambiental! Se muito for, formação de quadrilha. Se conseguir pegar vários, não é?

Então, eu me solidarizo também, a minha solidariedade, com os policiais que estão trabalhando exaustivamente, tanto os militares, como os civis, como os juízes das audiências de custódia, que a gente tanto reclama, que me ligaram e disseram: “Como é que a gente vai fazer, Senador, se a gente não tem uma legislação que, de fato, deixe essas pessoas presas?”.

Então, o que eu tenho para oferecer, além da minha solidariedade à população do Rio Grande do Norte, é uma lei, um projeto de lei para o país porque, de fato, isso pode acontecer em qualquer estado desta Federação, já que o crime se enraizou em muitos lugares. É o que a gente pode oferecer.

Para o Rio Grande do Norte oferecer, aí sim, a ocupação, a intervenção, use a palavra que for, mas uma GLO, para que o Exército ocupasse as ruas, para que se passasse a ter mais segurança, pelo menos a sensação. É disso que a gente precisa, já que não temos segurança de fato, e a Governadora do estado recusou, mas colocou os equipamentos estatais dentro da unidade militar. Isso ela deveria explicar. Não presta segurança para a sociedade, mas quer segurança para o patrimônio estatal.

Obrigado, Senador Girão.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Styvenson Valentim.

Eu tive a oportunidade de ir ao seu estado, no ano passado e ao longo da minha infância e adolescência, por ser vizinho ao Ceará. Fui muitas vezes. Tenho memórias muito felizes naquele estado, um povo de bem, trabalhador e criativo. De beleza natural não vou nem falar. Se você pegar ali aquelas praias de Pipa, Ponta Negra, se for falar ali daquelas belezas naturais, é algo assim estonteante.

E a gente vê a terra do sol – a terra do sol! E é a terra da luz o meu estado também. O primeiro lugar, Senador Paulo Paim, a libertar os escravos no Brasil foi o Estado do Ceará, quatro anos antes da Lei Áurea. E a gente vê esses dois estados, de forma emblemática, olha só a simbologia, terra do sol e terra da luz, estando de joelhos para as sombras, para as trevas, para uma inoperância do Governo estadual, que só pensa em projeto de poder pelo poder.

Então, mais uma vez, minha solidariedade ao povo do Rio Grande do Norte.

O senhor falou, Senador Styvenson, e eu sou testemunha disso, que o senhor não foi indiferente, em nenhum momento desse seu mandato aqui, há quatro anos e alguns meses, o senhor nunca foi indiferente a isso. Falou várias vezes sobre esse tema, aqui no Plenário e nas Comissões.

Eu estava buscando aqui no dicionário, vocês sabiam que paz é verbo? Está no dicionário Aurélio. Paz não é tranquilidade, não. Paz não é indiferença. Pelo contrário, a antítese de paz é indiferença. Paz é ação. Existe o verbo pazear – eu pazeio, tu pazeias, ele pazeia, nós pazeamos, vós pazeais, eles pazeiam. É verbo, é ação na justiça.

E é o que o senhor tem feito aqui, porque muitas vezes só nos resta o quê? A palavra. Denunciar no Parlamento. A mesma coisa que o senhor sofre no seu Estado eu sofro no meu. O Governo faz a cooptação política, e grande parte da mídia se cala. No meu estado é R\$1,1 bilhões para propaganda e publicidade – o Estado do Ceará. Eu tenho certeza de que o Estado do Rio Grande do Sul, o Estado do Rio Grande do Norte... Eu acho que só São Paulo deve ter algo semelhante no Brasil, R\$1,1 bilhão para dizer sabe o quê? “Está tudo sob controle. Está tudo em paz. Está tudo funcionando bem: segurança, saúde, educação.” Mas na realidade a gente vê o estado cobrando por fardamento – a defensoria pública demonstrando isso –; a segurança em frangalhos; e na saúde, como o Senador Kajuru trouxe aqui e eu, num aparte, mostrei, o descaso com a população. Que a verdade transpareça sempre, prevaleça, e que nós possamos fazer a nossa parte, porque ou aprendemos pelo amor ou pela dor. Isso faz parte da evolução, e nós vamos tentar aqui,



ao máximo, entregar a verdade para as pessoas.

Então, eu parablenizo o Senador Styvenson Valentim pela sua fala e, imediatamente, chamo o último orador inscrito aqui hoje, o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, que vai ocupar a tribuna do Senado Federal nesta segunda-feira. O Senador Paulo Paim é um dos Senadores mais atuantes, sempre presente.

O recordista aqui no Plenário, Senador Paulo Paim, nesta Legislatura, segundo o Senador Kajuru falou, é o senhor; o senhor e ele, os dois – acho que o Senador Kajuru está ali muito próximo ao senhor pelas participações sempre aqui dentro do Plenário de forma relevante.

O senhor tem a palavra para fazer o seu pronunciamento.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Senador Girão, Senador Styvenson, que estão no Plenário nesse momento, hoje pela manhã realizamos aqui uma sessão de debates, porque amanhã é o dia 21 de março, o dia internacional de luta contra o racismo e toda forma de preconceito. É uma deliberação da ONU, para que o mundo todo aja dessa forma, para não permitir que as pessoas sejam discriminadas pela cor da pele, pela religião, pela orientação sexual, se é migrante, se é refugiado ou não. Enfim, a violência no seu todo, porque a discriminação e o preconceito são uma violência; uma violência contra as pessoas. E nós, que defendemos as políticas humanitárias – V. Exa. também atua muito nessa área –, não poderíamos deixar passar despercebido.

Eu quero comentar rapidamente. Não deixarei aqui de registrar minha solidariedade ao povo do Rio Grande do Norte por tudo que os senhores falaram e pelas informações que também chegaram a mim.

Então, Presidente, Senador Girão, hoje pela manhã o Senado realizou uma sessão especial em celebração ao 21 de março, Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, data instituída pelas Nações Unidas nos anos de 1960.

Estiveram presentes aqui representantes de ministros de Estado – dos Direitos Humanos, da Igualdade Racial, das Mulheres, da Justiça, dos Povos Indígenas – e também Deputados, promotores de Justiça, lideranças sociais, movimentos antirracismo, movimentos da pessoa com deficiência, movimento LGBTQI+, procuradores municipais, representantes também de partidos políticos.

Presidente, a constatação que fazemos com tudo que ouvimos hoje pela manhã é que, apesar dos esforços... Inclusive nós, aqui do Senado... Esta Casa foi a que mais aprovou leis contra o preconceito e o racismo. Estão paradas na Câmara. Uma ou outra foi aprovada. Prossigo: apesar dos esforços individuais e coletivos de décadas, de muita luta e persistência, o racismo, o preconceito e a discriminação continuam a impregnar de ódio, de violência e de intolerância a sociedade e as instituições. Estão enraizados, presos nas cotidianas estruturas políticas sociais e econômicas. Agridem, reprimem, verbalizam iras e sentimentos viscerais de repulsa e aversão contra negros, quilombolas, indígenas, LGBTQI, mulheres, pessoa com deficiência, pobres, asiáticos, judeus, palestinos, imigrantes, refugiados, as chamadas minorias étnicas, que, na verdade se somarmos, são ampla maioria – ampla maioria.

A nossa luta é permanente, é constante; uma resistência que se dá no dia a dia e há de continuar. Reafirmamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos na fé, nos direitos humanos fundamentais, na dignidade, no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos de homem, de mulher, de todos.

Eu diria que o nosso bom combate é para que a sociedade tenha ações direcionadas aos valores da igualdade, da tolerância, da diversidade e do respeito aos direitos humanos. A sociedade civil e os governos precisam se apropriar das políticas humanitárias.

O combate à discriminação e ao racismo se reveste de importância quando consideramos o contexto social, político e econômico do nosso país. Os mais discriminados, os que mais sofrem são os pobres e os negros. Quem não tem acesso a escola é o pobre. Quem é discriminado é o pobre. Quem sofre violência – muitas vezes, da polícia – é o pobre. Quem não tem acesso à saúde é o pobre. As vítimas da abordagem



policial truculenta são os pobres e, principalmente, os negros.

A mulher tem o salário menor do que o do homem para a mesma função. Dentre elas, as mais penalizadas são as mulheres negras, porque ganham em torno de 50% do que ganha a mulher branca.

O desemprego atinge muito mais os pobres, negros e negras. Essa triste realidade precisa mudar.

V. Exa. percebe que uso a palavra “pobre” antes – para deixar claro que tem pobres brancos e negros, não é? –; depois eu coloco as palavras “negros” e “negras”. O desemprego atinge muito mais os pobres e os negros e negras. Essa é uma triste realidade que nós temos que fazer de tudo para mudar.

O povo indígena há séculos vê seus direitos sendo tirados, aniquilados.

Matam, no Brasil, por escolha sexual. Discriminam, no Brasil, pela escolha religiosa. Assassina mulheres por serem mulheres – é o caso do feminicídio. Discriminam, no Brasil, pela cor da pele; o racismo está em todos os cantos do país. Como diz o Ministro Silvio, ele é estrutural.

Presidente Girão, o horizonte do ser humano é o bem, amar o próximo e respeitar todas as diferenças e diversidades, utilizando as luzes da sabedoria, da tolerância e da solidariedade. O caminho da paz e da felicidade está em nossas mãos. Eu diria que são pássaros que se libertam, voam e encantam a própria vida. Para viver, é preciso desejar a vida. O mundo precisa de harmonia, de verdade, de justiça, de emprego, pois ele dignifica a vida. Precisamos de boas causas, pois assim os mares das nossas veias serão navegáveis. Repito: assim, os mares das nossas veias serão navegáveis. Precisamos ter fé, coragem, disciplina, pois não há vida sem sonhos. Precisamos acarinhar os mais velhos, abraçar as crianças e os jovens, esperar o nosso Brasil. Precisamos alimentar o espírito com a força daqueles antigos ensinamentos que se perderam no tempo.

Olhe ao seu lado. Olhe agora! Perceba à sua volta. Mire nos pequenos encantos que estão guardados no silêncio. Observe... Escute... Apenas diga “eu creio no amor”.

Foi com muito orgulho que recebi, nessa sessão da manhã, o Prêmio Raymundo Faoro, que me foi entregue pela Presidente da ANPM (Associação Nacional dos Procuradores Municipais), Lilian Azevedo.

Presidente, quero falar do tema que foi falado pelos senhores que me antecederam, mas falarei da forma com que foi o meu discurso: na linha do amor, da solidariedade, de buscar a saída, do entendimento.

Eu quero, aqui, de coração, dar um abraço em todo o povo lá do Rio Grande do Norte.

Como o senhor disse, eu conheço lá, estive lá, tenho amigos que moram na praia lá, gente simples e gente com mais poder de compra, e visitei todos. É um estado lindo! Ninguém merece. Eu digo que ninguém merece, não só a gente, mas ninguém merece o que está acontecendo no Rio Grande do Norte, com essa violência; uma violência enorme contra o povo.

Por isso, na sexta-feira, eu liguei para a Governadora do Rio Grande do Norte, a ex-Senadora Fátima Bezerra, e conversei um pouco com ela, demonstrei minha solidariedade a todo o povo do Rio Grande do Norte pelo que está acontecendo lá.

Ela me fez um relato da situação da violência de que aquele estado está sendo vítima, e, de fato, a situação é gravíssima. Se eu não me engano, já chega a mais de 60 cidades em que a violência está sem limite. Elas são quase que totalmente coordenadas pelas milícias.

A Governadora me disse que está trabalhando com afinco para que os criminosos e as facções do crime sejam identificados, presos, responsabilizados e que respondam pelos crimes na forma da lei. Até domingo, dezenas de suspeitos foram presos. Da mesma forma, foram apreendidos armas, carros, motos, drogas, artefatos explosivos.

Vejam os dados que nós estamos colocando! São gravíssimos.

A Governadora me informou que tem se reunido com Prefeitos para discutir ações conjuntas em defesa da população.



Até o momento, mais de mil policiais chegaram ao estado; homens e mulheres da Força Nacional e de estados vizinhos. Ela me disse que há uma grande solidariedade dos estados vizinhos com o que está acontecendo naquele belo estado. Há o apoio da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Penal Federal, que estão no Rio Grande do Norte ajudando as forças de segurança e policiais do estado e do município. O Governo Federal está dando apoio com a fala do Ministro da Justiça Flávio Dino, que cumpre agenda no estado. Ontem à noite, seguindo a determinação do Presidente Lula, ele se reuniu com a equipe do governo estadual. Mas a minha fala aqui... Em nenhum momento eu quero que fique a impressão para alguém de que estou fazendo uma fala de caráter político, ideológico, contra esse ou a favor daquele. Não, eu estou aqui mostrando toda a minha solidariedade ao povo do Rio Grande do Norte. E que bom que – são as informações que estou recebendo – haja uma solidariedade nacional, de outros estados inclusive, que estão se dispondo a mandar policiais para lá; que bom que o Governo do Presidente Lula esteja disposto a ajudar – e já está dando todo apoio mandando as forças de segurança –; e que bom que o Ministro da Justiça Flávio Dino também esteja cumprindo agenda no estado.

Portanto, reitero aqui todo o nosso apoio, e não poderia ser diferente – podemos ter críticas, é normal ter críticas, não é? –, reitero todo o nosso apoio, e acho que é o apoio de todo o Brasil, ao povo do Rio Grande do Norte. Esperamos que a Governadora Fátima Bezerra, os agentes de segurança e as forças públicas consigam vencer essa batalha, porque, se não vencerem, quem perde é o povo, é morte, é sofrimento, é miséria.

Então fica aqui, Senador Girão, e aqui eu encerro, todo o meu apoio e solidariedade ao povo do Rio Grande do Norte. Tenho certeza, independentemente da forma de colocar, Senador Girão, que tanto V. Exa. como o Senador Styvenson Valentim, que usaram a tribuna, querem isso, querem que o povo não fique prisioneiro dessas milícias que invadem o Rio – todos nós sabemos –, invadem parte do Nordeste. E não pensem que eles não estão no Rio Grande do Sul: eles estão espalhados por todo o Brasil! No seu estado... V. Exa. dava aqui um depoimento de tristeza e até citava algumas cidades...

Então este momento é um momento de união nacional, de resistência, de não ser cúmplice disso, vir à tribuna e falar. O pior de tudo é não falar, não é? É como se se dissesse: está tudo bem, está tudo 100%. As pessoas estão morrendo, a violência está aumentando, e o nosso papel é este, é de dialogar sobre esse tema. Esperamos que essa crise passe e que a gente possa olhar para o Rio Grande do Norte...

E vou dizer aqui para V. Exa.: hoje o Ministro Marinho está no Rio Grande do Sul para tratar do problema do trabalho escravo, como eu falei aqui. Ele foi com uma equipe para lá. Não pensem que eu estou alegre: eu sou da Região da Serra, eu sou da região do vinho, eu passava minhas férias nas colônias, junto com os agricultores, os meninos e as meninas me levavam, e era muito bem tratado. Então eu estou triste, mas não tinha como eu não falar, e V. Exa. me viu falando aqui na tribuna diversas vezes. Espero que, com a presença do Ministro Luiz Marinho, que está no Rio Grande do Sul e vai conversar com os empresários, com os trabalhadores, com os fiscais, com os sindicalistas, a gente avance para que fatos como esse, quer seja no Rio Grande do Norte, quer seja no Rio Grande do Sul, a gente não tenha que ouvir isso todos os dias, como hoje eu vi na imprensa: aqui, em Goiás, 262 trabalhadores resgatados também no trabalho escravo.

Isso não pode continuar. Nós todos temos obrigação de mostrar para o mundo o que é o Brasil. O Brasil não pode ser isso que está refletindo no dia a dia das manchetes do Brasil, enfim do nosso querido país.

Era isso, Senador Girão, a nossa fala aqui de solidariedade, mas, ao mesmo tempo, de constatação de que é preciso ter mudanças profundas para que nada disso continue acontecendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Senador Paulo Paim, sempre muito sereno, muito tranquilo, um homem do diálogo. Muito bom



o seu pronunciamento, foi amplamente discutido aqui um pouco mais cedo, com a presença dos Senadores do Rio Grande do Norte, esse assunto. O senhor também traz mais uma vez.

Eu acabo de receber uma notícia agora no celular, sobre... Eu estava relatando mais cedo da tribuna, Senador Paulo Paim, que eu fui esse final de semana ao Ceará e fui a uma cidade chamada São João do Jaguaribe, uma cidade pacata, de 7,5 mil habitantes, população que está decrescendo a cada dia. E me chamou atenção, porque ontem foi o dia do padroeiro do Ceará, São José, teve uma notícia boa, muita chuva chegando ao Ceará, para a gente é notícia boa...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Manda um pouco para o Sul.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É, o Sul também está precisando agora, mas o Ceará tem historicamente a questão da seca, e estava muito nublado enquanto estive lá. Mas tem uma notícia ruim: a cidade abandonada, fantasma, um negócio de partir o coração. Aí eu fui no único comerciante aberto ali no centro, onde tinha queijo para comprar, alguma coisa da região, que tem uma indústria de queijos, de laticínios, e ele: “Não, não posso falar”. É assustador o que eu vi num dia de final de semana, num município do interior do Ceará que está totalmente comandado pelo crime organizado.

Mas chegou uma notícia agora. De certa forma, a gente tem que parabenizar, ter um pouco de esperança. Notícia do jornal *O Povo*, que é um jornal tradicional, com mais de 80 anos no Ceará, que coloca o seguinte: “Dez pessoas são presas por crimes cometidos no Vale do Jaguaribe”. Essa cidade de São João do Jaguaribe fica num vale que tem Morada Nova, Quixeramobim, Russas, várias cidades ali. Prisões foram feitas no Ceará e em Minas Gerais. Os presos são suspeitos de homicídios, extorsões, tráfico de drogas.

O que chama atenção também aqui: Ceará e Minas Gerais. Será que já viramos um narcoestado? Essa é uma pergunta que se tem que fazer. A gente percebe que o temor está muito grande nesses estados, no Rio Grande do Norte, no Ceará. Eu estava lendo aqui a relação das 50 cidades mais violentas do Brasil e a maioria está no Norte ou Nordeste. No seu estado não tem nenhuma, no seu estado abençoado do Rio Grande do Sul, mas, no Norte e Nordeste, a criminalidade está correndo solta, e a gente tem que entender que fenômeno é esse. E essa notícia, que acabou de chegar aqui, vale o registro, que nos dá esperança, pessoas sendo presas, e que a verdade possa triunfar.

O senhor está dando uma informação também de que o Ministro do Trabalho está hoje no seu estado, sobre aquele caso lamentável que foi colocado aqui, que eu acho que a gente tem que discutir nas Comissões, tem que averiguar. A Polícia Federal também teve uma outra informação, dizendo que não havia, o senhor está mais atualizado sobre o assunto, que não havia irregularidades.

Esse trabalho escravo, que a gente tem que combater, não tem a menor dúvida de que é desumano...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – O exemplo aqui de Goiás.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O exemplo de Goiás que o senhor acabou de colocar hoje.

A ONU, que o senhor falou há pouco tempo também, eu acho que é bom a gente discutir nas Comissões. É importante a geopolítica global com relação também à questão dos Mais Médicos; a ONU fazendo o reconhecimento de que é análogo à escravidão isso, o que aconteceu.

Eu acho que a gente precisa, com muita sabedoria, discernimento, avaliar tudo isso para que o Brasil fique protegido de certas situações. Independentemente de que indústria seja, se estiver praticando algo ilegal, tem que ser punida e a gente tem que resguardar a Constituição.



**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Eu já faço aqui o encerramento com a convocação para a próxima sessão.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que está convocada sessão deliberativa ordinária para amanhã, dia 21 de março, às 14h, com pauta a ser divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim e os demais Senadores que aqui estiveram. Uma semana de luz, abençoada. Que Jesus nos guie e nos conduza neste momento de desafios que a gente vive, não apenas no Brasil, mas no planeta inteiro.

Muita paz para você e para a sua família.

Um grande abraço.

*(Levanta-se a sessão às 16 horas e 14 minutos.)*



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

## EXPEDIENTE

### Abertura de Prazos



- Projeto de Lei nº 1.096, de 2022, da Senadora Soraya Thronicke, que *altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para determinar que os municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes possuam Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam).*

A matéria vai à CDH, seguindo posteriormente à CCJ e, em seguida, à CSP, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a primeira Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

- Projeto de Lei nº 1.261, de 2022, da Senadora Soraya Thronicke, que *regulamenta as profissões de tanatopraxista e técnico em tanatopraxia.*

A matéria vai à CAS, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

- Projeto de Lei nº 1.889, de 2022, da Senadora Soraya Thronicke, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para disciplinar a divulgação do desaparecimento de crianças e adolescentes.*

A matéria vai à CDH, seguindo posteriormente à CCJ, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a primeira Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

- Projeto de Lei nº 2.405, de 2022, da Senadora Soraya Thronicke, que *altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com a finalidade de incluir as despesas com o cuidado de filhos menores de doze anos das candidatas na relação de gastos eleitorais; e*

- Projeto de Lei nº 2.852, de 2022, da Senadora Soraya Thronicke, que *altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, para incluir um representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil no Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade.*



As matérias vão à CCJ, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

- Projeto de Lei nº 80, de 2023, da Senadora Soraya Thronicke, que *cria a Lei de Proteção a Animais Policiais ou Militares, para coibir a violência contra animais a serviço de corporação policiais ou militares.*

A matéria vai à CSP, seguindo posteriormente à CCJ, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a primeira Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

Prazo: 22/3/2023 a 28/3/2023.



As seguintes matérias, nos termos do art. 91 caput, inciso I, do Regimento Interno, vão às Comissões competentes em decisão terminativa, podendo receber emendas perante a primeira ou única comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno:

Matéria	Ementa	Despacho
<u>PL 4786/2020</u>	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para criminalizar o atropelamento de cães e gatos.	CSP/CCJ (dt)
<u>PL 3075/2020</u>	Altera o art. 312 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tipificar o crime de apropriação, desvio ou subtração de dinheiro, valor ou bem móvel destinado ao enfrentamento de epidemia, bem como para incluí-lo no rol dos crimes hediondos.	CCJ (dt)
<u>PL 2064/2020</u>	Altera o Código de Processo Penal, para estabelecer que o tempo de prisão cautelar a que submetido o condenado deve constar da sentença, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prescrever que a comprovação do implemento do requisito temporal para progressão de regime pode ser feita por todas as formas em direito admitidas.	CSP/CCJ (dt)
<u>PL 2063/2020</u>	Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação –, para permitir o controle social sobre o registro das despesas com diárias e passagens concedidas a agentes públicos.	CTFC/CCJ (dt)
<u>PL 2013/2022</u>	Cria incentivos para a contratação de jovens com idade entre 18 e 24 anos de idade, e dá outras providências.	CAS (dt)
<u>PL 2011/2022</u>	Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas os valores decorrentes do Direito de Família percebidos pelos alimentandos a título de alimentos ou de pensões alimentícias.	CAE (dt)



<u>PL 1322/2022</u>	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 e dá outras providências.	CAS/CAE (dt)
<u>PL 1103/2022</u>	Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir assistência material e abertura de linha de crédito para o agricultor familiar, destinada à recuperação de solos e pastagens.	CRA/CAE (dt)
<u>PL 1067/2022</u>	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para permitir aos idosos tratamento prioritário e adequado na rede hospitalar em caso de diagnóstico de neoplasia maligna.	CAS (dt)

Prazo: de 22/3/2023 a 28/3/2023.



# Comunicações





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Liderança do Governo

SF/23339.18825-54

Ofício nº 20/2023 – GLDGOV

Brasília, 20 de março de 2023.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **RODRIGO PACHECO**  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, comunico a Vossa Excelência, a indicação das Senadoras e Senadores abaixo, para compor a Vice-Liderança do Governo no Senado Federal:

- Daniella Ribeiro (PSD/PB);
- Professora Dorinha Seabra (União/TO);
- Confúcio Moura (MDB/RO);
- Weverton Rocha (PDT/MA).

Sem mais para o momento e certo de vossa dedicada atenção, agradeço antecipadamente ao tempo em que aproveito o ensejo para renovar os votos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,

Senador **JAQUES WAGNER**  
Líder do Governo no Senado Federal





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Liderança do PROGRESSISTAS

SF/23722.67906-10

Of. N°. 005/2023 – GLDPP

Brasília, 20, de março de 2023.

À Sua Excelência o Senhor  
**SENADOR RODRIGO PACHECO**  
Presidente do Senado Federal

**ASSUNTO: Criação Bloco Parlamentar**

Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, informamos que a partir dessa data, nos termos do art. 61 do Regimento Interno do Senado Federal, o Partido PROGRESSISTAS e o REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar **PP/REPUBLICANOS**.

Informamos ainda que, nos termos do art. 62 do RISF, o Senador **CIRO NOGUEIRA (PP-PI)** exercerá a função de líder do bloco a ser criado.

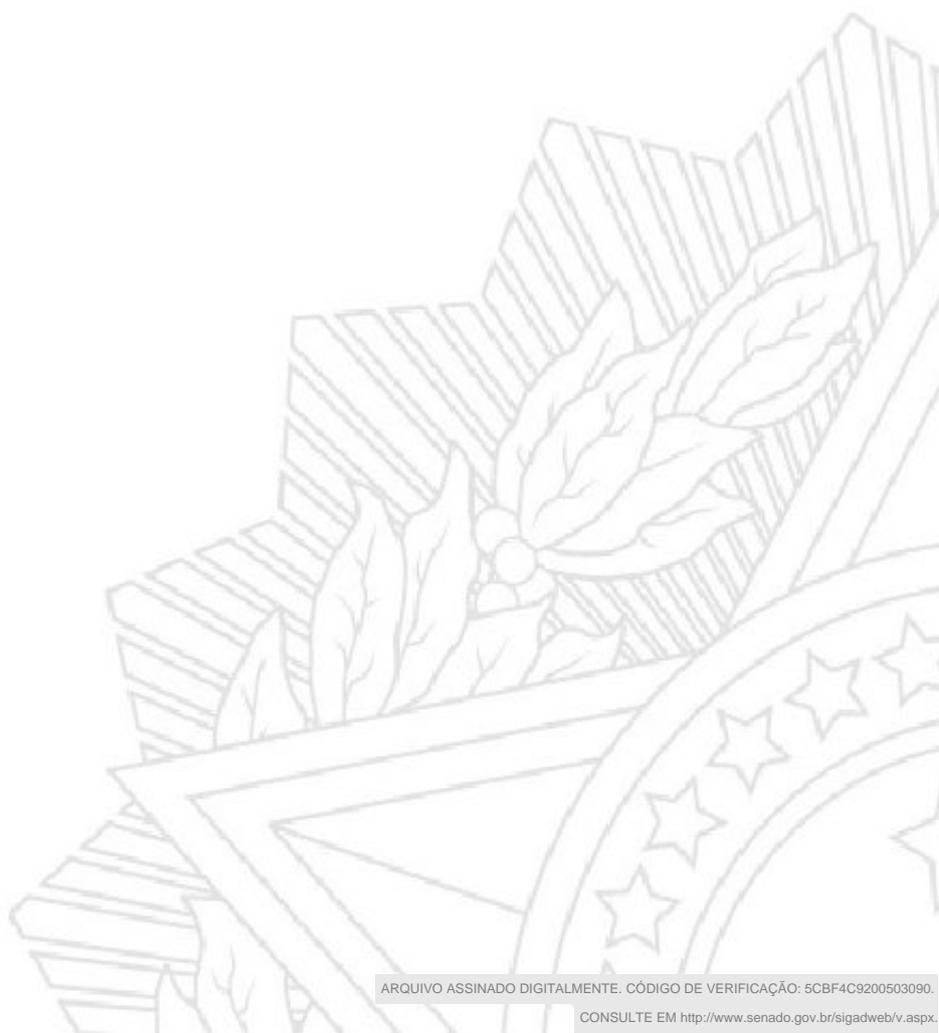
Respeitosamente,

Senadora **TEREZA CRISTINA (PP/MS)**  
**Líder do Progressistas**

Senador Mecias de Jesus (REP/RR)  
**Líder do Republicanos**



# Despachos



A Presidência, nos termos do artigo 48, §1º, do Regimento Interno, e em atendimento ao Requerimento nº 204, de 2023, determina a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 81, de 2022, com os Projetos de Lei nºs 839 e 1.029, de 2023, por tratarem de tema correlato.

As matérias estão incluídas na Ordem do Dia da Sessão Deliberativa de 22 de março.



A Presidência, nos termos do artigo 48, §1º, do Regimento Interno, determina a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 1.568, de 2019, com os Projetos de Lei nºs 4.230, de 2019; e 499, de 2020, por tratarem de tema correlato.



- Projeto de Lei nº 5.365, de 2020, da Câmara dos Deputados, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de domínio de cidades e de intimidação violenta; e altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos)*.

- Projeto de Lei nº 610, de 2022, do Senador Carlos Viana, que *altera o art. 2º da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, para tipificar o “novo cangaço” como ato de terrorismo*.

A Presidência determina a tramitação conjunta dos Projetos, por tratarem de tema correlato, nos termos do artigo 48, §1º, do Regimento Interno.

As matérias vão ao exame da CSP, seguindo posteriormente à CCJ.



- Projeto de Lei nº 5.634, de 2019, da Câmara dos Deputados, que *dispõe sobre o plantio de espécies nativas para a recuperação ou a restauração de áreas ecologicamente sensíveis na propriedade rural*.

- Projeto de Lei nº 1.867, de 2022, da Comissão de Meio Ambiente, que *altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que “dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR” e a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que “dispõe sobre a proteção da vegetação nativa”, para aperfeiçoar a legislação ambiental e prever medidas de incentivo ao seu cumprimento*.

A Presidência determina a tramitação conjunta dos Projetos, por tratarem de tema correlato, nos termos do artigo 48, §1º, do Regimento Interno.

As matérias vão ao exame da CAE, seguindo posteriormente à CMA.



- Projeto de Lei nº 2.243, de 2022, da Câmara dos Deputados, que *altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir dispositivo de rastreamento entre os equipamentos obrigatórios dos veículos oficiais ou a serviço do poder público, e a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para garantir o acesso aos dados relativos ao uso desses veículos.*

- Projeto de Lei nº 1.482, de 2022, do Senador Marcos do Val, que *altera a Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, que dispõe sobre o uso de carros oficiais, para estabelecer a obrigatoriedade do uso de sistema de rastreamento nesses veículos.*

A Presidência determina a tramitação conjunta dos Projetos, por tratarem de tema correlato, nos termos do artigo 48, §1º, do Regimento Interno.

As matérias vão ao exame da CCJ, seguindo posteriormente à CTFC.



- Projeto de Lei nº 1.529, de 2021, da Câmara dos Deputados, que *dispõe sobre a Política Nacional de Valorização das Mulheres na Área de Segurança Pública; e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.*

- Projeto de Lei nº 1.722, de 2022, da Senadora Daniella Ribeiro, que *altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, e a Lei nº 9.713, de 25 de novembro de 1998, para reservar 20% (vinte por cento) das vagas dos concursos e dos efetivos das polícias militares ou dos corpos de bombeiros militares para mulheres; altera as Leis nºs 9.266, de 15 de março de 1996, 9.654, de 2 de junho de 1998, e 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para vedar a limitação de vagas para mulheres nos concursos da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal, respectivamente; e veda a limitação de vagas para mulheres nos concursos das polícias civis ou das polícias penais.*

A Presidência determina a tramitação conjunta dos Projetos, por tratarem de tema correlato, nos termos do artigo 48, §1º, do Regimento Interno.

As matérias vão ao exame da CDH, seguindo posteriormente à CSP.



- Projeto de Lei nº 4.710, de 2020, da Câmara dos Deputados, que *autoriza o Brasil a importar medicamentos, insumos e demais itens e equipamentos relacionados à área da saúde por meio da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas); e dá outras providências.*

- Projeto de Lei nº 5, de 2021, do Senador Rogério Carvalho, que *estabelece o prazo de 72 (setenta e duas) horas para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorize a importação e a distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, vacinas, equipamentos e insumos da área de saúde registrados por autoridade sanitária estrangeira e autorizados à distribuição comercial em seus respectivos países; e dá outras providências.*

- Projeto de Lei nº 5.463, de 2020, do Senador Rogério Carvalho, que *altera a Lei nº 13.979, de fevereiro de 2020, para estabelecer o prazo de 48 (quarenta e oito horas) horas para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorize a importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde registrados por autoridade sanitária estrangeira e autorizados à distribuição comercial em seus respectivos países; e determina um prazo para a elaboração pelo Governo Federal do Plano Nacional de Imunização para COVID19 de até cinco dias úteis.*

A Presidência determina a tramitação conjunta dos Projetos, por tratarem de tema correlato, nos termos do artigo 48, §1º, do Regimento Interno.

As matérias vão ao exame da CAE, seguindo posteriormente à CRE e à CAS.



- Projeto de Lei nº 226, de 2019, da Câmara dos Deputados, que *altera a Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, para dispor sobre a divulgação ao público dos códigos de acesso telefônico destinados a receber denúncias de violência contra a mulher (Ligue 180) e de violação de direitos humanos (Disque 100)*.

- Projeto de Lei nº 1.234, de 2019, da Câmara dos Deputados, que *institui o Dia Nacional de Combate ao Femicídio e à Violência contra a Mulher*.

A Presidência determina a tramitação conjunta dos Projetos, por tratarem de tema correlato, nos termos do artigo 48, §1º, do Regimento Interno.

As matérias vão ao exame da CCT, seguindo posteriormente à CE e à CDH.



- Projeto de Lei nº 2.192, de 2022, da Câmara dos Deputados, que *altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.*

- Projeto de Lei nº 786, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que *altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.*

A Presidência determina a tramitação conjunta dos Projetos, por tratarem de tema correlato, nos termos do artigo 48, §1º, do Regimento Interno.

As matérias vão ao exame da CDH, seguindo posteriormente à CAS e à CE.



A Presidência, nos termos do artigo 48, §1º, do Regimento Interno, determina a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 2.235, de 2022, com o Projeto de Lei nº 1.284, de 2021, por tratarem de tema correlato.

As matérias vão à CCJ.



# Encaminhamento de matérias



As seguintes matérias vão à CCJ:

Matéria	Ementa	Despacho
<u>PEC 26/2021</u>	Altera o art. 196 da Constituição Federal, para determinar a gratuidade e o embasamento científico das ações e serviços públicos de saúde.	CCJ
<u>PEC 45/2021</u>	Dispõe sobre a incorporação tecnológica em saúde.	CCJ
<u>PEC 12/2022</u>	Altera a Constituição Federal para determinar a inelegibilidade para o mesmo cargo dos chefes do Poder Executivo no período subsequente e definir seus mandatos em cinco anos.	CCJ



## Projeto recebido da Câmara dos Deputados

- Projeto de Lei nº 4.129, de 2021, que *dispõe sobre diretrizes gerais para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima.*

A matéria vai ao exame da CMA.



- Projeto de Resolução nº 10, de 2023, da Senadora Soraya Thronicke, que dá nova redação à Resolução do Senado Federal nº 9, de 1992, para reduzir a alíquota do Imposto de Transmissão Causa Mortis e por Doação de quaisquer bens e direitos (ITCMD) quando se tratar de doação destinada a atividade fim de instituição beneficente sem fins lucrativos.

A matéria vai à CAE.



## Projeto recebido da Câmara dos Deputados

- Projeto de Lei nº 1.765, de 2019, da Câmara dos Deputados, que *altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para prorrogar o prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) previsto no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.*

A matéria vai ao exame da CI, seguindo posteriormente à CAE.



### Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

As seguintes matérias vão às Comissões competentes do despacho:

Matéria	Ementa	Despacho
PL 3027/2022	Institui a Política Nacional de Qualidade do Ar	CMA
PL 551/2020	Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre os efeitos da renúncia na sucessão hereditária.	CCJ



## Projeto recebido da Câmara dos Deputados

- Projeto de Lei nº 2.253, de 2022, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (*Lei de Execução Penal*), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e extinguir o benefício da saída temporária.

A matéria vai à CSP, seguindo posteriormente à CCJ.



# Indicações





# SENADO FEDERAL

## INDICAÇÃO Nº 24, DE 2023

Indica ao Ministro do Turismo a sugestão para inclusão de evento no Calendário Oficial de Feiras e Eventos

**AUTORIA:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

**INDICAÇÃO Nº            /            DE**

Senhor Presidente,

Indico, nos termos do Art. 224, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que seja indicado ao Senhor Ministro do Turismo a sugestão de incluir a Feira de Agronegócios Internacional de Rondônia Rural Show no Calendário Oficial de Feiras e Eventos.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Estado de Rondônia, maior exemplo de ocupação territorial sustentável, buscou a sua sustentação sócio econômica na Agricultura Familiar com mais de 80 mil propriedades de pequeno porte e também, próximo de 40 mil propriedades na pecuária e no cultivo extensivo de grãos, cujo conjunto de atividades, fez surgir 52 municípios brasileiros com ocupação cultural de todas as demais regiões do Brasil.

Destaco, que a nossa diversificação cultural, gastronômica e das artes populares são sempre inseridas nas nossas feiras. Assim como a nossa diversificação no campo das atividades agrícolas, somos referências na diversificação cultural, fruto do ajuntamento de família de pioneiros, refletindo na enorme qualidade de vida da nossa população, exemplo de preservação ambiental, fonte de turismo ecológico e dos povos indígenas, além do destaque da agricultura extrativista.

Rondônia é vista pelo mundo graças aos esforços do pioneirismo e muito trabalho de todos, construído nesse exemplo de agro ocupação territorial, valores e virtudes, atualmente sendo mostrado no maior evento da região norte, que é a Feira Rondônia Rural Show. Já recebemos visitantes e expositores de produtos, equipamentos e tecnologia de vários países, sendo que, com a





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

inclusão deste importante evento do Estado no Calendário Nacional de Turismo, irá trazer novas oportunidades para o turismo regional, geração de empregos e renda na região.

Só para embasar a importância da Feira Rondônia Rural Show, na última edição, o Governo do Estado de Rondônia publicou um resumo do evento, enaltecendo que os atores econômicos envolvidos negociaram R\$ 2,6 bilhões, seja em equipamentos, máquinas agrícolas, insumos, microcrédito a agricultura familiar e no turismo regional com serviços e gastronomia local, trazendo a economia nacional e regional novas oportunidades de empregos e renda.

O agronegócio brasileiro desempenha fundamental papel de distribuição de renda, fortalecimento do emprego formal e ainda, constrói caminhos do fortalecimento da gastronomia regional, da diversificação cultural regional com o incremento de impostos municipais, estadual e federal.

Pelas razões e informações sociais econômicas já enaltecidas é que encaminho a presente indicação, que irá engrandecer o Calendário Nacional do Turismo com os demais eventos do Agronegócios do Brasil.

Sala das Sessões, 20 de março de 2023.

**JAIME BAGATTOLI**  
Senador da República





# SENADO FEDERAL

## INDICAÇÃO Nº 25, DE 2023

Indica ao Ministro das Cidades sugestão de atenção aos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida.

**AUTORIA:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

**INDICAÇÃO Nº / DE**

Senhor Presidente,

Indico, nos termos do Art. 224, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que seja indicado ao Senhor Ministro do das Cidades a sugestão de que seja colocado como prioridade no planejamento da retomada do programa federal Minha Casa Minha Vida (MCMV) os conjuntos habitacionais paralisados ou em andamento no Estado de Rondônia.

**JUSTIFICAÇÃO**

Existe um descompasso entre o crescimento populacional e a oferta de Casas oriundas de Programas Populares direcionadas a população de baixa renda. E a oferta, por meio de um programa social, da casa própria a essas famílias constitui ação concreta de resgate da cidadania e da verdadeira justiça social. Apesar dos esforços do Executivo Federal, com o crescimento populacional sempre haverá o déficit habitacional. Portanto, é necessário empreender esforços para a retomada do Programa Social Habitacional, principalmente daqueles conjuntos residenciais paralisados, pois deles, brotam as esperanças da casa própria àquelas famílias já inscritas no cadastro nacional habitacional, seja da União, Estados ou Municípios.

Ouso sugerir, no âmbito do Ministério das Cidades, que seja feito um primeiro planejamento da retomada dos conjuntos já em fase de conclusão, chamando os entes federados, agentes de créditos habitacional e órgãos fiscalizadores para o destravamento das obras paralisadas, sem com isso, omitir responsabilidades civis e criminais do passado, que por ventura existam.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

Tomo ainda a liberdade de sugerir uma atenção em especial para a retomada das obras paralisadas no Estado de Rondônia.

Sala das Sessões, 20 de março de 2023.

**JAIME BAGATTOLI**  
Senador da República



# Prejudicialidade

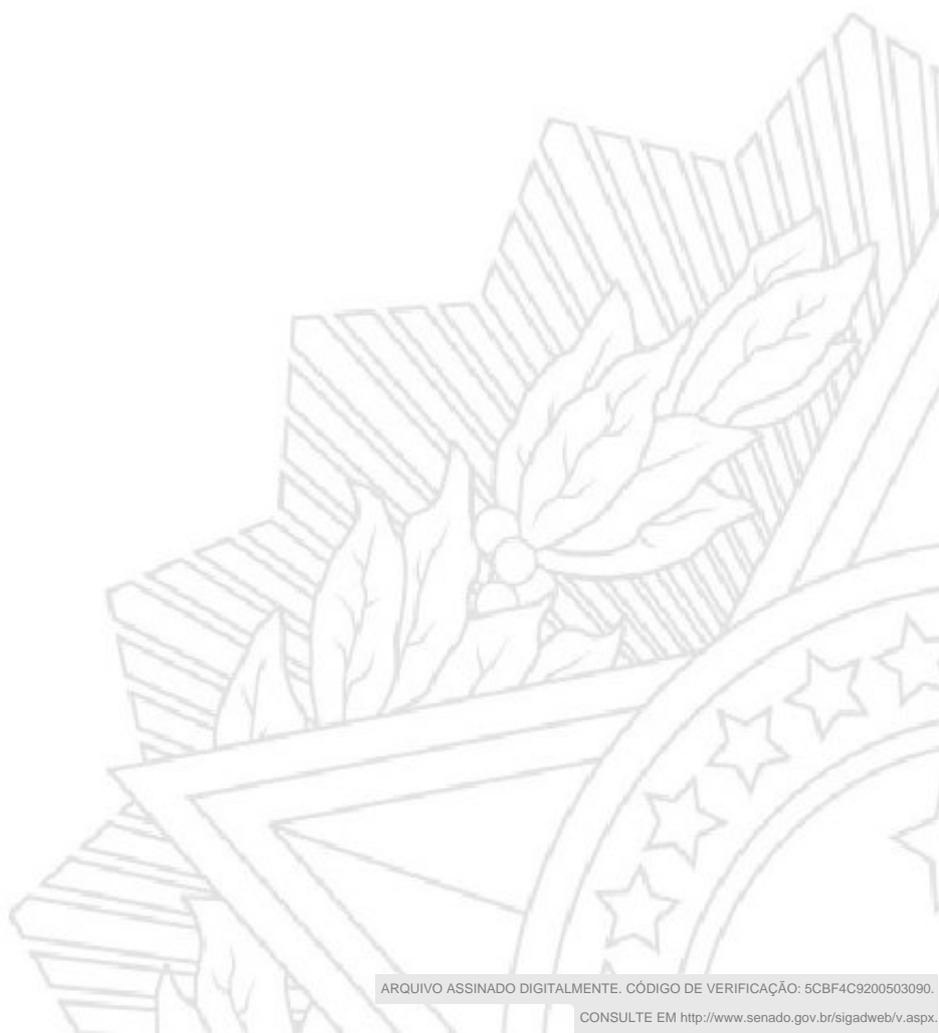


A Presidência, nos termos do inciso I do art. 334 do Regimento Interno, declara prejudicada e encaminha ao Arquivo a seguinte matéria:

Matéria	Ementa
<u>PL 2065/2020</u>	Cria Programa de Apoio Emergencial às Pesquisas sobre Doenças Virais e ao Combate ao Coronavírus - Covid-19.



# Projetos de Resolução





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, DE 2023

Cria a Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica.

**AUTORIA:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)



[Página da matéria](#)



Minuta

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2023

Cria a Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica.



O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** É instituída a Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica, com a finalidade de:

I – promover amplo debate no Senado Federal, com participação dos mais diversos segmentos da sociedade, visando a aprimorar a legislação federal em favor da educação profissional e tecnológica;

II – acompanhar e fiscalizar as políticas públicas relacionadas à educação profissional e tecnológica;

III – acompanhar e monitorar a elaboração e a execução do orçamento da União, com o objetivo de ampliar o investimento público em educação profissional e tecnológica.

*Parágrafo único.* A Frente referida no *caput* se reunirá preferencialmente nas dependências Senado Federal, podendo, no entanto, por conveniência, valer-se de outro local em Brasília ou em outra unidade da Federação.

**Art. 2º** A Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica será integrada, inicialmente, pelas Senadoras e pelos Senadores que assinarem a ata de sua instalação, podendo a ela aderir oportunamente outros parlamentares detentores de mandato popular.

**Art. 3º** A Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica será regida por regulamento interno ou, na falta desse, por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.



**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal (CF) prevê, no art. 205, que a educação deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho. No mesmo sentido, o art. 214 da CF estabelece, entre as diretrizes para o estabelecimento de um plano nacional de educação (PNE), a formação para o trabalho. Vale mencionar ainda o art. 227 da Carta, o qual define que, com absoluta prioridade, o direito à profissionalização é dever da família, da sociedade e do Estado.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), reitera tais mandamentos constitucionais, em diversos dispositivos, entre os quais podemos destacar o art. 36, que inclui a formação técnica-profissional entre os itinerários formativos do ensino médio; os arts. de 36-A a 36-D, que tratam da educação profissional técnica de nível médio; e os arts. de 39 a 42, que tratam da educação profissional e tecnológica.

Vale mencionar ainda a Meta 11 do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que determina a necessidade de triplicar as matrículas de educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público, bem como a Resolução nº 1, de 5 de janeiro de 2021, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). A referida Resolução estabelece, no art. 2º, que a educação profissional e tecnológica (EPT) deve ser entendida como a modalidade de educação nacional integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia. A EPT deve, nos termos do mesmo dispositivo, ser organizada por eixos tecnológicos, de acordo com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho.

Em que pese esse arcabouço normativo, a situação no País em relação à EPT demanda cuidado. A Meta 11 do PNE, por exemplo, está longe de alcançar as 4.808.838 matrículas de educação profissional de nível médio almejadas. Segundo dados coligidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no “Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022”, o



número de matrículas em 2021 era de apenas 1.851.541. Tal situação nos parece ainda mais preocupante quando se considera o baixo índice de acesso ao ensino superior pela população de 18 a 24 anos (25,5% em 2021). Em outras palavras, quase 75% dos jovens brasileiros não acessam nem o ensino superior nem a educação profissional.

Esse cenário acarreta, evidentemente, impactos relevantes no desenvolvimento sustentável do País. Dados como os trazidos pelo “Mapa do Trabalho Industrial 2019-2023”, elaborado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), lançam luz sobre a enorme necessidade que o Brasil tem de formar adequadamente a população na modalidade. Segundo o documento, seria necessário qualificar, no quadriênio objeto do estudo, 10,5 milhões de trabalhadores, tanto nos níveis superior e técnico quanto nos de qualificação e aperfeiçoamento.

A Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica (Frente EPT) que propomos aos nobres Pares visa, assim, a unir esforços, no âmbito do Senado Federal, para contribuir, na esfera de atuação da Casa, para que haja mais matrículas e mais qualidade na oferta na EPT. Mais que isso, intenta articular o fazer legislativo às demandas do que alguns estudiosos têm chamado de “Revolução 4.0”, que envolve, entre outras, mudanças relacionadas à inovação e a alterações nas relações entre as pessoas e com os espaços e tempos de trabalho.

É preciso, em outras palavras, oferecer aos jovens brasileiros uma EPT sintonizada com as necessidades do mundo real, ao mesmo tempo em que se organizam arranjos que estimulem a indústria, o setor de serviços e o conseqüente desenvolvimento do País, cujos frutos serão colhidos por todos os brasileiros.

Em função do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para aprovar esta proposição.

Sala das Sessões,

Senador ASTRONAUTA MARCOS  
PONTES



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro - 9394/96  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>
- Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014 - LEI-13005-2014-06-25 - 13005/14  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2014;13005>
- Resolução do Senado Federal nº 1 de 11/02/2021 - RSF-1-2021-02-11 - 1/21  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:senado.federal:resolucao:2021;1>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 32, DE 2023

Institui a Frente Parlamentar Mista da Pesquisa Biomédica e Sua Aplicação na Saúde.

**AUTORIA:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)



[Página da matéria](#)



Minuta

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2023 – CN

Institui a Frente Parlamentar Mista da Pesquisa Biomédica e Sua Aplicação na Saúde.



O CONGRESSO NACIONAL resolve:

**Art. 1º** É instituída a Frente Parlamentar Mista da Pesquisa Biomédica e Sua Aplicação na Saúde, com a finalidade de:

I – propor medidas e apresentar proposições legislativas para fortalecer a pesquisa biomédica no Brasil, a fim de propiciar melhores condições para o desenvolvimento e a aplicação do conhecimento para a ampliação das tecnologias ofertadas à população pelo Sistema Único de Saúde (SUS);

II – realizar eventos para debater formas de promover a pesquisa biomédica ligada à saúde no Brasil, bem como a importância da utilização eficiente e sustentável da biodiversidade brasileira para promover a saúde da população brasileira;

III – articular e integrar as iniciativas e atividades da Frente Parlamentar com as ações de governo, órgãos técnicos e entidades científicas e da sociedade civil, para a consecução de seus objetivos.

*Parágrafo único.* A Frente Parlamentar Mista da Pesquisa Biomédica e Sua Aplicação na Saúde reunir-se-á preferencialmente no ambiente do Senado Federal, podendo, por conveniência, valer-se de outro local em Brasília ou em outra unidade da Federação.

**Art. 2º** A Frente Parlamentar Mista da Pesquisa Biomédica e Sua Aplicação na Saúde será integrada pelos Senadores e Deputados Federais que assinarem sua ata de instalação, podendo a ela aderir posteriormente outros membros do Congresso Nacional, mediante a assinatura de instrumento próprio.





**Art. 3º** A Frente Parlamentar Mista da Pesquisa Biomédica e Sua Aplicação na Saúde reger-se-á por seu regulamento interno ou, na falta desse, por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, respeitadas as disposições legais e as normas regimentais.

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Temos, no Brasil, uma enorme biodiversidade, uma das maiores ou talvez a maior do mundo, que pode proporcionar a descoberta de novas moléculas que certamente terão impacto no desenvolvimento de medicamentos para tratamento de doenças ainda incuráveis por pesquisadores brasileiros em instituições brasileiras.

A pesquisa biomédica compreende uma vasta área de investigação, que inclui temas como doenças raras, hipertensão, diabetes, câncer, doenças neurodegenerativas, genética, terapias com células-tronco e medicina regenerativa, terapia gênica, virologia, imunologia, desenvolvimento de novas drogas, entre diversas outras.

Instituições como a Federação das Sociedades em Biologia Experimental (FeSBE) e suas 23 sociedades científicas, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Instituto Butantan, Instituto Nacional do Câncer (INCA), entre outras, têm a pesquisa biomédica com uma de suas principais atividades e junto com o Congresso Nacional poderão dar respaldo a desejada ação de aplicar o conhecimento científico para solução de problemas que aflige a saúde da nossa população. A aplicação do conhecimento gerado por pesquisadores brasileiros em Instituições brasileiras, certamente contribuirá para segurança nacional, bem-estar da nossa população e barateamento de tratamentos de diversas doenças.

Uma pesquisa biomédica forte é capaz de responder não só as demandas da sociedade, mas trazer desenvolvimento econômico em área da economia ainda incipiente no País, mas de grandes potencialidades.

A Frente Parlamentar busca unir parlamentares de diferentes partidos que compreendem a importância do desenvolvimento e aplicação da pesquisa científica para aprimoramento da saúde e bem-estar dos brasileiros, a fim de propiciar melhores condições para o desenvolvimento e a aplicação



do conhecimento produzido no Brasil e trazido do exterior, para a ampliação da disponibilidade das tecnologias de ponta para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Contamos com o apoio das Senadoras e Senadores para este pleito.

Sala das Sessões,

Senador ASTRONAUTA MARCOS PONTES



hl2023-00894

Página 4 de 4

Avulso do PRS 32/2023





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 33, DE 2023

Institui a Frente Parlamentar do Serviço Notarial e Registral.

**AUTORIA:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)



[Página da matéria](#)



## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2023

Institui a Frente Parlamentar do Serviço Notarial e Registral.

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** É instituída a Frente Parlamentar do Serviço Notarial e Registral, com a finalidade de:

I – propor medidas legislativas e alterações na legislação que visem ao aperfeiçoamento da atividade notarial e registral, bem como da legislação material dos registros públicos e, de forma ampla, tudo que necessite da atuação dos serviços de notas e de registro, buscando a desburocratização, o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, e fomentando a extrajudicialização para desoprimir o Poder Judiciário e gerar economia aos cofres públicos;

II – acompanhar o processo legislativo no Congresso Nacional e atuar proativamente nas proposições na busca pelo aperfeiçoamento da atividade notarial e registral, da desburocratização e da extrajudicialização;

III – articular ações e propostas legislativas o aperfeiçoamento da atividade notarial e registral, da desburocratização e da extrajudicialização;

IV – promover intercâmbio com entes assemelhados de parlamentos de outros países, visando o aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas de registros público, desburocratização, desjudicialização e combate a corrupção e lavagem de dinheiro;

V – realizar encontros, seminários, congressos, reuniões, intercâmbios e outros eventos que visem a disseminar experiências e informações referentes à registros público, desburocratização, desjudicialização e combate a corrupção e lavagem de dinheiro;



VI – articular iniciativas da Frente Parlamentar com ações de governo e de entidades da sociedade civil;

VII – acompanhar programas, projetos e decisões políticas que possam influenciar, direta ou indiretamente, os temas objeto da Frente Parlamentar;

VIII – incentivar a implementação de frentes parlamentares correlatas nas Assembleias Legislativas, Câmara Distrital e Câmaras Municipais.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar do Serviço Notarial e Registral reunir-se-á, preferencialmente, no âmbito do Senado Federal, podendo, por conveniência, valer-se de outro local em Brasília ou em outra unidade da Federação.

Art. 2º A Frente Parlamentar do Serviço Notarial e Registral será integrada, inicialmente, por Senadores e Deputados Federais que assinarem a ata de sua instalação, podendo a ela aderir outros membros do Congresso Nacional.

Art. 3º A Frente Parlamentar do Serviço Notarial e Registral reger-se-á por regulamento interno ou, na falta desse, por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A instalação da Frente Parlamentar do Serviço Notarial e Registral tem como objetivo promover um amplo debate nessa Legislatura pelos Senadores sobre as questões que envolvem matérias inerentes à atividade, como por exemplo, no combate à burocracia, a digitalização dos serviços, ampliação e modernização do atendimento ao público, bem como fomentar a Justiça Consensual, e a extrajudicialização, desoprimindo o Poder Judiciário e ao mesmo tempo gerando economia aos cofres públicos.

É urgente e fundamental que nós, parlamentares eleitos pelo povo, aproveamos as soluções legislativas necessárias para aprimorar o arcabouço



jurídico de nosso país. É nossa responsabilidade mitigar de forma efetiva os problemas com excesso de burocracia, lentidão da Justiça e elevados custos de transações, por exemplo.

A burocracia decorre da lei e aumenta o custo das transações. O Poder Legislativo tem a obrigação de facilitar, desburocratizar a vida da população tão sofrida pela crise econômica que há tempos assola nosso país. A utilização dos serviços notariais e registrais é uma forma de desburocratizar, principalmente se propusermos, fomentarmos e implementarmos a completa digitalização desses serviços, ampliando e modernizando o atendimento aos usuários de forma célere e eficiente.

Os serviços notariais e de registro também podem, e já vêm auxiliando diminuição de processos e do tempo de solução das demandas judiciais, na medida em que passa a assumir certas atribuições antes atinentes ao Judiciário. A extrajudicialização, retirada de atos do Poder Judiciário passando para os cartórios, já é uma realidade que auxilia a desoprimir a Justiça melhorando a prestação jurisdicional qualitativa e quantitativamente.

Podemos citar como exemplos de sucesso a extrajudicialização do inventário e partilha, da separação, do divórcio e da dissolução de união estável consensuais, do usucapião, da adjudicação compulsória, da execução da propriedade fiduciária. São medidas de desjudicialização que o Poder Legislativo introduziu no ordenamento jurídico para auxiliar no descongestionamento e celeridade dos processos judiciais.

Mas ainda existem muitos atos judiciais que podem e devem ser extrajudicializados, passando a ser atribuição dos serviços notariais e de registro que atuar de forma mais célere e eficiente em atendimento à população. Cabe a nós Parlamentares buscar a melhor forma de desjudicializar esses atos, deixando ao juiz apenas a sua atribuição precípua de solucionar os litígios, quando não há qualquer possibilidade de uma solução consensual.



Os serviços notariais e de registro também passaram a ser utilizados no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, trabalhando em conjunto com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Até o ano de 2022 foram 6.500.894 comunicações de atos suspeitos ao COAF<sup>1</sup>.

A arrecadação tributária também é âmbito de atuação dos serviços de notas e de registro, pois a legislação determina que os notários e registradores devem fiscalizar os tributos incidentes nos atos que praticam, responsabilizando-os pelo não recolhimento. São desta forma, verdadeiros fiscais da arrecadação tributária, sendo que 62 bilhões de reais em tributos foram recolhidos aos cofres públicos no ano de 2022, graças à fiscalização exercida pelos serviços notariais e de registros<sup>2</sup>.

Percebe-se que os serviços notariais e de registro são um grande instrumento a ser utilizado para fomentar políticas públicas, desafogar o Judiciário, desburocratizar o Estado e, inclusive auxiliar na arrecadação tributária. Mas para isso é necessária uma ativa e constante atuação legislativa para modernizar e aperfeiçoar esses serviços públicos tão necessários à população.

Diante da grande relevância da matéria, como brevemente exposto nesta justificativa, e cientes da necessidade de uma ampla atuação do Parlamento para fomentar, modernizar e aperfeiçoar os serviços notariais e de registros, propomos a criação da Frente Parlamentar do Serviço Notarial e Registral, com apoio dos ilustres pares.

Sala das Sessões,

Senador SÉRGIO PETECÃO

<sup>1</sup> <https://www.anoreg.org.br/site/wp-content/uploads/2022/12/Cartórios-em-Números-Edição-2022.pdf>, pág. 14

<sup>2</sup> <https://www.anoreg.org.br/site/wp-content/uploads/2022/12/Cartórios-em-Números-Edição-2022.pdf>, pág. 16.



# Requerimentos





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 204, DE 2023

Tramitação conjunta do PL 81/2022 com o PL 1029/2023.

**AUTORIA:** Senadora Eliziane Gama (PSD/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do PL 81/2022 com o PL 1029/2023, por tratarem da mesma matéria.

**JUSTIFICAÇÃO**

Os Projetos de Lei que se requer a tramitação conjunta tratam, basicamente, dos mesmos temas, qual seja, ampliar o direito da mulher de ter um acompanhante nos atendimentos realizados nos serviços de saúde públicos e privados.

Sala das Sessões, de de .

**Senadora Eliziane Gama  
(PSD - MA)**



# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 205, DE 2023

Urgência para o PL 6557/2019.

**AUTORIA:** Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Eliziane Gama (PSD/MA), Líder do Bloco Parlamentar Democracia Efraim Filho (UNIÃO/PB)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 6557/2019, que “altera os arts. 39 e 49 da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), para determinar procedimentos e critérios de coleta de informações relativas à distribuição dos segmentos étnicos e raciais no mercado de trabalho”.

Sala das Sessões, 20 de março de 2023.

**Senadora Eliziane Gama**  
**(PSD - MA)**  
**Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 206, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, Carlos Lupi, informações sobre a estimativa do impacto orçamentário e financeiro decorrente da aprovação da minuta de projeto de lei a seguir apresentada, para os anos de 2023, 2024 e 2025.

**AUTORIA:** Senador Jaques Wagner (PT/BA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, Carlos Lupi, informações sobre a estimativa do impacto orçamentário e financeiro decorrente da aprovação da minuta de projeto de lei a seguir apresentada, para os anos de 2023, 2024 e 2025.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, Carlos Lupi, informações sobre a estimativa do impacto orçamentário e financeiro decorrente da aprovação da minuta de projeto de lei a seguir apresentada, para os anos de 2023, 2024 e 2025.

Nesses termos, requisita-se:

1. informações sobre a estimativa do impacto orçamentário e financeiro, e sua respectiva memória de cálculo detalhada, decorrente da aprovação da minuta de projeto de lei a seguir apresentada, para os anos de 2023, 2024 e 2025.

**JUSTIFICAÇÃO**

A minuta de proposição pretende instituir um adicional de 25% para as pessoas com deficiência inscritas no programa de Benefício de Prestação Continuada – BPC – que necessitem de assistência permanente de outra pessoa, além de estender o mesmo adicional aos idosos do BPC que sejam provedores de famílias monoparentais.



SF/23057.45890-33 (LexEdit)



Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, Carlos Lupi, informações sobre a estimativa do impacto orçamentário e financeiro decorrente da aprovação da minuta de projeto de lei a seguir apresentada, para os anos de 2023, 2024 e 2025.

Sala das Sessões, 16 de março de 2023.

**Senador Jaques Wagner**  
**(PT - BA)**  
**Líder do Governo**



**MINUTA****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2023**

Altera a Lei da Assistência Social e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de (LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL), passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 16 e 17:

**“Art. 20.**

.....

§16 O valor do benefício de prestação continuada pago ao beneficiário com deficiência, que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

§17 O valor do benefício de prestação continuada pago ao beneficiário idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, que seja provedor de família monoparental, será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



# CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

9 DE MARÇO DE 2023

## Nota Técnica de Impacto Orçamentário e Financeiro 10/2023

Impacto Orçamentário e Financeiro de minuta de projeto que cria adicional de 25% do Benefício de Prestação Continuada para deficiente que necessita de assistência permanente de outra pessoa e idoso provedor de família monoparental

SF/23057-45890-33 (LexEdit)



## 1. INTRODUÇÃO

A presente Nota tem por objetivo atender solicitação do Senador Jaques Wagner (STO 2023-00324), para que esta Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle - CONORF - forneça subsídios quanto à estimativa de impacto orçamentário e financeiro da minuta de proposição que “Altera a Lei da Assistência Social e dá outras providências”. A minuta pretende instituir um adicional de 25% para os assistidos pelo Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), para deficientes que necessitam da assistência permanente de outra pessoa e também para os idosos provedores de família monoparental.



## 2. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A Emenda Constitucional nº 95/2016 inseriu dispositivos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT<sup>i</sup> os quais preveem que a proposição legislativa, criando ou alterando despesa obrigatória ou renúncia de receita, deva ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Na seara constitucional, vale ressaltar ainda que o art. 195, § 5º, estabelece que “nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total”.

Por sua vez, o art. 17<sup>ii</sup> da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, que trata de despesa obrigatória de caráter continuado<sup>1</sup>, também prevê a necessidade da apresentação prévia da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício de sua entrada em vigor e nos dois subsequentes, bem como da demonstração da origem dos recursos para seu custeio, de modo a comprovar que não afetará a meta de resultado primário. Esses recursos compensatórios devem ser permanentes, obtidos por meio do aumento de receita (elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição) ou por redução de despesa continuada. Deve-se examinar também a compatibilidade da despesa com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias.

A Lei nº 14.436/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 - LDO 2023) determina, em seu art. 131<sup>iii</sup>, que as proposições legislativas e as suas emendas que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem aumento de despesa da União deverão ser instruídas

<sup>1</sup> Despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.



com o demonstrativo do impacto no exercício financeiro em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes.

Já o art. 132 da LDO 2023 (*caput* e alínea *a* do inciso II)<sup>iv</sup>, estabelece que, quando o mencionado demonstrativo apresentar aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, a proposta deve demonstrar a ausência de prejuízo ao alcance das metas fiscais, e, portanto, deve estar acompanhada de medidas de compensação, no exercício em que entrar em vigor e nos dois exercícios subsequentes, por meio de aumento de receita ou redução permanente de despesas.

Conforme previsto no § 4º do citado artigo da LDO, as medidas de compensação devem integrar a proposição legislativa, vedada alusão a outras proposições em tramitação (inciso I). Nada obstante, o inciso II do mesmo dispositivo faculta a indicação de lei publicada em 2023 como medida compensatória, desde que tenha sido registrado de forma expressa, precisa e específica, ainda que na exposição de motivos ou no documento que a tenha fundamentado, os casos em que seus efeitos poderão ser considerados para fins de compensar o aumento de despesa.

Importa destacar que a indicação de compensação é atribuição privativa dos parlamentares, pois envolve juízo de valor sobre qual opção deve ser adotada: aumento compensatório correspondente da receita; ou redução permanente de outra despesa. Para subsidiar a escolha, pode-se utilizar, por exemplo, a relação de despesas obrigatórias constante da Seção I do Anexo III da LDO 2023 e o demonstrativo de gastos tributários, constante das Informações Complementares ao PLOA 2023<sup>2</sup>.

### 3. ESTIMATIVA DE IMPACTO DA MINUTA DE PROJETO DE LEI

A minuta de projeto de lei acrescenta os §§ 16 e 17 ao art. 20 da Lei nº 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, para estipular que o valor do benefício de prestação continuada (BPC) pago ao portador de deficiência que necessitar da assistência permanente

<sup>2</sup> O demonstrativo de gastos tributários consta do Anexo II, inciso VI, das Informações Complementares ao PLOA 2023.



de outra pessoa será acrescido de 25%. Incremento de igual percentual seria destinado aos idosos contemplados com o BPC que seja provedor de família monoparental.

Ressalte-se que o BPC consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a pessoa idosa com 65 anos ou mais, que não possua meios de prover sua manutenção nem de tê-la provida por sua família (critério de renda familiar *per capita* igual ou inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo), ou a pessoa com deficiência de qualquer idade, incapacitada para a vida independente e para o trabalho, enquadrada no mesmo critério de renda familiar dos idosos<sup>3</sup>.

Em seguida, são apresentadas as estimativas de impacto fiscal das medidas previstas na minuta, segregadas pelo tipo de clientela do BPC.

### 3.1. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A minuta busca estabelecer um adicional de 25% do salário mínimo para os beneficiários portadores de deficiência que necessitem de assistência permanente de outra pessoa<sup>4</sup>. Ao que tudo indica, a ideia inspira-se na regra prevista no art. 45 da Lei nº 8.213/1991, que dispõe sobre os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. O dispositivo mencionado prescreve que o “valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento)”. Não obstante o preceito seja específico para o benefício de aposentadoria por invalidez, a aplicação do adicional a outros benefícios previdenciários tem sido buscada judicialmente<sup>5</sup>.

Para se calcular o crescimento da despesa decorrente da instituição de adicional de 25% aos deficientes que necessitam de assistência permanente de outra pessoa, há que se

<sup>3</sup> A Lei nº 14.176/2021 autorizou a ampliação do limite de renda mensal familiar *per capita* para até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, por meio de regulamento. Até o momento, não foi realizada essa ampliação.

<sup>4</sup> A propósito, a atual redação do art. 20-B, inciso II, da Lei nº 8.742/1993 prevê a consideração da “dependência de terceiros para o desempenho de atividades básicas da vida diária” para fins probatórios da condição de miserabilidade e da situação de vulnerabilidade, com vistas à ampliação do critério de aferição da renda familiar mensal *per capita* para  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. De acordo com o ordenamento vigente, no entanto, esse critério não promove aumento no valor do benefício percebido por idosos e deficientes.

<sup>5</sup> Nesse particular, em 2018, a Primeira Seção do STJ decidiu que, comprovada a necessidade de auxílio permanente de outra pessoa, é devido o acréscimo de 25% a qualquer modalidade de aposentadoria paga pelo INSS (RESP 1.720.805/RJ).



pesquisar estatísticas a respeito do universo de pessoas com deficiência no País, sobretudo em relação aos diferentes patamares de deficiência observados na população.

O universo de pessoas potencialmente beneficiadas pelo adicional corresponde ao número atual de deficientes que recebem o BPC, ou seja, 2.800.521 de pessoas, de acordo com o Boletim Estatístico da Previdência Social de janeiro de 2023<sup>6</sup>. A partir daí, cumpre estimar o número desses beneficiários que cumpririam o critério para percepção do adicional, ou seja, aqueles que demandam assistência permanente.

Para se obter o quantitativo de pessoas que podem ser beneficiadas, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Saúde<sup>7</sup>. A PNS apurou a existência no País de 17,258 milhões de pessoas com deficiência em pelo menos uma de suas funções.

Consultando-se a tabela da PNS '8251 - Pessoas de 2 anos ou mais de idade, por grau de dificuldade e tipo de deficiência', verifica-se que um dos itens avaliados foi o grau de "dificuldades para realizar atividades habituais". As possíveis respostas à consulta foram "não consegue de modo algum", "tem muita dificuldade", "tem alguma dificuldade" e "não tem dificuldade". A fim de realizar a estimativa dos possíveis beneficiários do adicional de 25%, pode-se utilizar como aproximação os dados correspondentes às respostas "não consegue de modo algum" e "tem muita dificuldade". É a esse grupo de pessoas que se poderia associar a necessidade de assistência permanente, levando-se em conta os diferentes graus de deficiência para a prática de atividades habituais.

De acordo com a pesquisa do IBGE, esse universo abrange 2,455 milhões de pessoas, o que representa 14,2% do total de pessoas com deficiência no País. Para se estimar o impacto fiscal, assume-se que essa proporção não varia conforme as classes socioeconômicas, ou seja, que no extrato social das pessoas com deficiência com baixa renda, aptas à percepção do BPC, essa proporção seja fidedigna. Aplicando-se o percentual de 14,2% sobre o número de

<sup>6</sup> Disponível em [https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/dados-abertos-previdencia/previdencia-social-regime-geral-inss/arquivos/beps012023\\_final.pdf](https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/dados-abertos-previdencia/previdencia-social-regime-geral-inss/arquivos/beps012023_final.pdf), acesso em 07/03/2023.

<sup>7</sup> Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pns/pns-2019>, acesso em 07/03/2023.



beneficiários portadores de deficiência em janeiro de 2023, obtém-se o número de pessoas que poderiam requerer a percepção do adicional, ou seja 397.674 pessoas.

Para 2023, considerando a percepção do adicional de 25% a partir de maio por todas as pessoas enquadradas no critério normativo, ou seja, por 8 meses, e um salário mínimo de R\$ 1.320,00 (conforme tem sido divulgado pelo governo), o impacto fiscal seria de:

$$397.674 \text{ beneficiários} \times 8 \text{ meses} \times \text{R\$ } 1.320,00 \times 0,25 = \text{R\$ } 1.049,9 \text{ milhões}$$

Para se estimar o impacto em 2024 e 2025, opta-se por adotar a previsão de crescimento vegetativo do número de beneficiários com deficiência contida no Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 – PLDO 2023, Anexo IV.8 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial dos Benefícios Assistenciais da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS<sup>8</sup>. De acordo com as previsões de longo prazo do Anexo, projeta-se um crescimento de 2,04% do número de beneficiários de 2023 para 2024 e de 1,92% de 2024 para 2025<sup>9</sup>.

Utiliza-se a hipótese de reajuste do salário mínimo conforme o INPC previsto para 2023 e 2024. De acordo com as projeções de parâmetros macroeconômicos da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda<sup>10</sup>, do final de 2022, o INPC de 2023 seria de 4,9% e o de 2024 de 3,0%. Os impactos em 2024 e 2025 são calculados conforme tabela abaixo.

Ano	Quantitativo BPC Deficientes (a)	Quantitativo Adicional (b)=(a) x 0,142	Salário Mínimo (R\$) (c)	Impacto Fiscal (d)=(b) x (c) x 0,25 x 12 meses (R\$ milhões)
2024	2.857.652	405.787	1.384,68	1.685,7
2025	2.912.519	413.578	1.426,22	1.769,6

Portanto, adotadas as hipóteses e suposições apresentadas ao longo desta Nota, o impacto fiscal da instituição do adicional de 25% para as pessoas portadoras de deficiência que recebem o BPC e necessitam de assistência permanente pode ser estimado em R\$ 1.049,9

<sup>8</sup> Disponível em

[https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/lido/LDO2023/proposta/Anexos/Anexo\\_IV.pdf](https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/lido/LDO2023/proposta/Anexos/Anexo_IV.pdf), acesso em 07/03/2023.

<sup>9</sup> Para 2023 consta a previsão de 2.684.180 beneficiários, ante 2.738.948 para 2024 e 2.791.577.

<sup>10</sup> Contidas na publicação "Relatório de Projeções Fiscais" de dezembro de 2022, da Secretaria do Tesouro Nacional, disponível em

[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:45670#:~:text=para%202021%20da%20grade%20de,R%24%201.302%2C00](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:45670#:~:text=para%202021%20da%20grade%20de,R%24%201.302%2C00)., acesso em 08/03/2023.





milhões para 8 meses de 2023, em R\$ 1.685,7 milhões para 2024 e R\$ 1.769,6 milhões para 2025.

### 3.2. IDOSOS

A proposta pretende instituir o mesmo adicional de 25% sobre o salário mínimo pago ao idoso que recebe o BPC que seja “provedor de família monoparental”.

Um primeiro aspecto a ser colocado corresponde ao alcance da expressão “provedor de família monoparental” em cotejo com a realidade dos idosos que recebem o BPC. A modificação legislativa aventada deve esclarecer quais situações devem comportar a percepção do adicional, haja vista que não existe definição legal abrangente dessa expressão.

De acordo com a redação do art. 226, § 4º, Constituição Federal, “entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. Esse é o dispositivo constitucional associado a essas formas menos tradicionais de estrutura familiar, em que não coexistem os dois genitores e seus descendentes.

A hipótese aventada pela minuta de PL refere-se a idoso, com idade a partir de 65 anos, provedor de família monoparental. Há que se avaliar o enquadramento de situações fáticas distintas à futura previsão normativa, a exemplo de idosa que sustenta domicílio onde vivem apenas filhos adultos ou de avó que é responsável pela criação de netos menores de idade. Estariam as duas situações abrangidas no conceito de provedora de família monoparental? A regra preconizada na minuta de projeto de lei deve esclarecer esses pontos.

O Decreto nº 10.316/2020 apresenta a seguinte definição para família monoparental com mulher provedora: “grupo familiar chefiado por mulher sem cônjuge ou companheiro, com pelo menos uma pessoa menor de dezoito anos de idade”<sup>11</sup>. Ou seja, para efeito da percepção em dobro do auxílio emergencial à época da recente pandemia, era necessária a existência de um menor de idade para configurar a figura do provedor de família monoparental.

<sup>11</sup> O Decreto regulamentou a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.



Para os fins da presente estimativa, na mesma linha do citado Decreto, serão consideradas apenas as situações de idosos provedores de famílias monoparentais que apresentam ao menos um menor de idade. Essa observação é fundamental para o cálculo, porquanto caso não houvesse a exigência de ao menos um menor de idade, a repercussão fiscal da medida seria significativamente superior (um número adicional expressivo de idosos inscritos no BPC poderia requerer a percepção do adicional de 25%).

Assim como no cálculo das pessoas com deficiência, o universo máximo potencial de idosos que poderiam receber o adicional corresponde àqueles que percebem o benefício nos dias atuais. Segundo o Boletim Estatístico da Previdência Social de janeiro de 2023, há 2.365.039 pessoas idosas recebendo o BPC.

Conquanto subsistam dificuldades para a obtenção de dados estatísticos aptos a permitir o cálculo do impacto fiscal por parte desta Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, é possível oferecer alguns números relacionados ao tema, a partir da assunção de hipóteses simplificadoras. Obviamente, esse procedimento reduz a exatidão do cálculo e está naturalmente sujeito a questionamentos. Outras estimativas, realizadas com base em dados mais detalhados, devem ser buscadas a fim de se alcançar o melhor subsídio possível para a análise legislativa da matéria.

Na Nota Técnica do IPEA nº 81, de julho de 2020, intitulada “Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus: órfãos ou novos pobres?”<sup>12</sup>, são apresentados números nacionais a respeito dos domicílios de idosos e a participação dessas pessoas no sustento dos domicílios. Esses dados têm como fonte primária a Pnad Contínua do IBGE.

Em 2018, dos 71,3 milhões de domicílios brasileiros, em 33,9% havia ao menos um idoso, considerado a pessoa com 60 anos ou mais de idade<sup>13</sup>. Esses idosos totalizavam 32,5 milhões de pessoas. Dos 24,2 milhões de domicílios com idosos, em 12,9 milhões a renda do

<sup>12</sup> Autora Ana Amélia Camarano, disponível em [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10145/1/NT\\_81\\_DisocOsDependRendaldososCorona.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10145/1/NT_81_DisocOsDependRendaldososCorona.pdf), acesso em 08/03/2023.

<sup>13</sup> O conceito de idoso na Pnad difere do critério de idade para percepção do BPC, a partir de 65 anos. Portanto, a utilização de dados estatísticos da população idosa segundo o corte do IBGE, com faixa etária não coincidente com a do programa assistencial, representa uma simplificação do cálculo e um fator de possível inexatidão no resultado final.



idoso era a única fonte de renda, o que representava 18,1% do total de domicílios brasileiros, onde moravam 18,4 milhões de idosos e cerca de 5 milhões de não idosos, sendo 900 mil crianças menores de 15 anos. Dos 32,5 milhões de idosos, pode-se assumir que 12,9 milhões sustentam seus domicílios (aproximadamente 40% do total)<sup>14</sup>. Vale consignar que parte desses idosos assegura o sustento domiciliar com a renda de seu trabalho, não estando ainda na inatividade. Outra parcela lança mão de benefícios previdenciários e assistenciais para suportar as despesas domiciliares.

Os dados apurados não permitem conhecer a proporção de idosos do BPC que são efetivamente provedores de família monoparental (composta por ao menos um menor de idade). Assumindo-se que os quantitativos de idosos do BPC equivalem, em termos proporcionais, aos da população idosa em geral e que, nos dias atuais, preserva-se a mesma distribuição pesquisada em 2018, sabe-se que essa proporção é inferior aos 40% que sustentam seus domicílios.

A fim de fornecer alguns cenários para o impacto fiscal desejado, são apresentadas em seguida 3 hipóteses fundadas nas seguintes percentagens aleatórias de idosos provedores de famílias monoparentais, em relação ao total de idosos: 5%, 10% e 20%.

A tabela seguinte apresenta o impacto para os 8 últimos meses de 2023 segundo as hipóteses adotadas (considera-se a implementação do adicional a partir do mês de maio).

%Idosos Provedores (a)	Quantitativo BPC Idosos (b)	Quantitativo Adicional (c)=(a) x (b)	Salário Mínimo (R\$) (d)	Impacto Fiscal (e)=(c) x (d) x 0,25 x 8 meses (R\$ milhões)
5%	2.365.039	118.252	1.320,00	312,2
10%	2.365.039	236.504	1.320,00	624,4
20%	2.365.039	473.008	1.320,00	1.248,7

Em suma, o impacto para os 8 meses de 2023 varia de R\$ 312,2 milhões a R\$ 1.248,7 milhões, a depender da proporção assumida (5%, 10% ou 20%).

<sup>14</sup> Um estudo de escopo mais restrito da PUC-RJ, cujo título é “Benefício de Prestação Continuada - Idoso: perfil e composição familiar dos assistidos pelo CRAS-Tapanã, em Belém-Pará”, avaliou 100 idosos recebedores do BPC em Belém (PA) e verificou que 63% deles sustentam familiares. Encontra-se disponível em [OSQ\\_43\\_art\\_8.pdf \(puc-rio.br\)](#), acesso em 08/03/2023. A pequena amplitude do estudo em termos do quantitativo de famílias acompanhadas não recomenda que sejam realizadas extrapolações confiáveis para o conjunto de idosos inscritos no BPC.



De forma análoga ao método utilizado para estimar o impacto no caso das pessoas portadoras de deficiência, pode-se calcular o impacto para 2024 e 2025, sempre considerando que, no caso dos idosos, a ausência de dados disponíveis exigiu a adoção de hipóteses aleatórias sobre a proporção de idosos provedores de família monoparental em relação ao conjunto de beneficiários do programa assistencial<sup>15</sup>.

Ano	% Idosos Provedores (a)	Quantitativo BPC Idosos (b)	Quantitativo Adicional (c)=(a) x (b)	Salário Mínimo (R\$) (d)	Impacto Fiscal (e)=(c) x (d) x 0,25 x 12 meses (R\$ milhões)
2024	5%	2.421.327	121.066	1.384,68	502,9
	10%	2.421.327	242.133	1.384,68	1.005,8
	20%	2.421.327	484.265	1.384,68	2.011,7
2025	5%	2.481.134	124.057	1.426,22	530,8
	10%	2.481.134	248.113	1.426,22	1.061,6
	20%	2.481.134	496.227	1.426,22	2.123,2

O impacto calculado segundo as premissas apresentadas varia de R\$ 502,9 milhões a R\$ 2.011,7 milhões para 2024 e de R\$ 530,8 milhões a R\$ 2.123,2 milhões para 2025.

Conforme já mencionado, caso se entenda que os cenários traçados para o presente cálculo são pouco assertivos, tendo em vista a ausência de dados mais específicos acessíveis a esta Consultoria para uma estimativa mais acurada, sugere-se que o senador submeta à Mesa Diretora requerimento de informação, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal. Em anexo à presente nota, apresenta-se um modelo de requerimento para subsidiar a atuação do senador.

Em tempo, como já registrado anteriormente, note-se que a existência de estimativa do impacto orçamentário e financeiro de uma proposição é condição necessária, mas, em alguns casos, não suficiente para atender às exigências legais que regulam o tema. Medidas compensatórias que anulem o impacto da proposição sobre as finanças públicas são previstas na LRF, na LDO e nas normas da Comissão de Finanças e Tributação - CFT da Câmara dos Deputados.

<sup>15</sup> Utiliza-se a projeção de crescimento vegetativo do número de beneficiários idosos do BPC presente no Anexo do PLDO 2023, de forma similar ao empregado para os deficientes. De acordo com as previsões de longo prazo do Anexo, projeta-se um crescimento de 2,38% do número de beneficiários de 2023 para 2024 e de 2,47% de 2024 para 2025. Foram considerados, ainda, os mesmos valores de salário mínimo para 2024 e 2025, com a correção via INPC projetado pela Secretaria de Política Econômica.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses os subsídios considerados mais relevantes referentes à minuta de proposição em análise, quanto à estimativa de impacto orçamentário e financeiro.

**EDUARDO ANDRES FERREIRA RODRIGUEZ**

Consultor Legislativo – Assessoramento em Orçamentos



<sup>i</sup> (ADCT) Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Art. 114. A tramitação de proposição elencada no caput do art. 59 da Constituição Federal, ressalvada a referida no seu inciso V, quando acarretar aumento de despesa ou renúncia de receita, será suspensa por até vinte dias, a requerimento de um quinto dos membros da Casa, nos termos regimentais, para análise de sua compatibilidade com o Novo Regime Fiscal.

<sup>ii</sup> (LRF) Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

<sup>iii</sup> (LDO 2023) Art. 131. As proposições legislativas e as suas emendas, observado o disposto no art. 59 da Constituição, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem redução de receita ou aumento de despesa da União deverão ser instruídas com demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois exercícios subsequentes.

PÁGINA 10 DE 13



iv (LDO 2023) Art. 132. Caso o demonstrativo a que se refere o art. 131 apresente redução de receita ou aumento de despesas, a proposição deverá:

(...)

II - na hipótese de aumento de despesa, observar o seguinte:

a) se for obrigatória de caráter continuado, estar acompanhada de medidas de compensação, por meio:

1. do aumento de receita, o qual deverá ser proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, na hipótese prevista no art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal; ou

2. da redução de despesas, a qual deverá ser de caráter permanente, na hipótese prevista no art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal; ou

(...)

§ 4º Para fins de atendimento ao disposto na alínea “b” do inciso I e na alínea “a” do inciso II do caput, as medidas para compensar a redução de receita ou o aumento de despesa devem integrar a proposição legislativa, com indicação expressa no texto, na exposição de motivos ou no documento que a fundamentar, hipótese em que será:

I - vedada a alusão a outras proposições legislativas em tramitação; e

II - permitida a alusão a lei publicada no mesmo exercício financeiro que registre de forma expressa, precisa e específica, ainda que na exposição de motivos ou no documento que a tenha fundamentado, os casos em que seus efeitos poderão ser considerados para fins de compensar a redução de receita ou o aumento de despesa.





SF/23057.45890-33 (LexEdit)



(MINUTA DE REQUERIMENTO)  
REQUERIMENTO Nº XX, DE 2023

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da XXX informações sobre a estimativa do impacto orçamentário e financeiro, e sua respectiva memória de cálculo detalhada, decorrente da aprovação da minuta de projeto de lei a seguir apresentada, para os anos de 2023, 2024 e 2025.



JUSTIFICAÇÃO

A minuta de proposição pretende instituir um adicional de 25% para as pessoas com deficiência inscritas no programa de Benefício de Prestação Continuada - BPC - que necessitem de assistência permanente de outra pessoa, além de estender o mesmo adicional aos idosos do BPC que sejam provedores de famílias monoparentais.



# ATO DA SECRETARIA-GERAL DA MESA



**ATO DA SECRETARIA-GERAL DA MESA Nº 2, DE 2023**

*Altera a composição dos membros do Senado Federal integrantes do Grupo de Trabalho Permanente destinado a padronizar procedimentos legislativos, compartilhamento de informações, de tecnologias de informática e de serviços de informação entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.*

**O SECRETÁRIO-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições normativas e regulamentares,

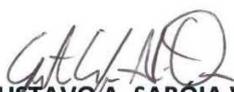
Considerando o disposto no art. 2º do Ato Conjunto do Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal e do Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados nº 1, de 2017, **RESOLVE**:

Art. 1º Alterar a composição do Senado Federal no Grupo de Trabalho Permanente destinado a padronizar procedimentos legislativos, compartilhamento de informações, de tecnologias de informática e de serviços de informação entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, que passa a ser integrado pelos seguintes servidores:

- I – José Roberto Leite de Matos, matrícula 46398;
- II – Roberta Lys de Moura Rochael, matrícula 232716;
- III – Fabrisia Almeida Garcia, matrícula 227873; e
- IV – Fabricio Fernandes Santana, matrícula 244512.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 20 de março de 2023.

  
**GUSTAVO A. SABOIA VIEIRA**  
Secretário-Geral da Mesa



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

### Bahia

**PSD** - Angelo Coronel\*  
**PT** - Jaques Wagner\*  
**PSD** - Otto Alencar\*\*

### Rio de Janeiro

**PL** - Carlos Portinho\* (S)  
**PL** - Flávio Bolsonaro\*  
**PL** - Romário\*\*

### Maranhão

**PSD** - Eliziane Gama\*  
**PDT** - Weverton\*  
**PSB** - Ana Paula Lobato\*\* (S)

### Pará

**MDB** - Jader Barbalho\*  
**PL** - Zequinha Marinho\*  
**PT** - Beto Faro\*\*

### Pernambuco

**MDB** - Fernando Dueire\* (S)  
**PT** - Humberto Costa\*  
**PT** - Teresa Leitão\*\*

### São Paulo

**MDB** - Giordano\* (S)  
**PSD** - Mara Gabrilli\*  
**PL** - Astronauta Marcos Pontes\*\*

### Minas Gerais

**PODEMOS** - Carlos Viana\*  
**PSD** - Rodrigo Pacheco\*  
**REPUBLICANOS** - Cleitinho\*\*

### Goiás

**PSB** - Jorge Kajuru\*  
**PSD** - Vanderlan Cardoso\*  
**PL** - Wilder Morais\*\*

### Mato Grosso

**UNIÃO** - Jayme Campos\*  
**PSD** - Margareth Buzetti\* (S)  
**PL** - Wellington Fagundes\*\*

### Rio Grande do Sul

**PP** - Luis Carlos Heinze\*  
**PT** - Paulo Paim\*  
**REPUBLICANOS** - Hamilton Mourão\*\*

### Ceará

**PDT** - Cid Gomes\*  
**NOVO** - Eduardo Girão\*  
**PT** - Augusta Brito\*\* (S)

### Paraíba

**PSD** - Daniella Ribeiro\*  
**MDB** - Veneziano Vital do Rêgo\*  
**UNIÃO** - Efraim Filho\*\*

### Espírito Santo

**PT** - Fabiano Contarato\*  
**PODEMOS** - Marcos do Val\*  
**PL** - Magno Malta\*\*

### Piauí

**PP** - Ciro Nogueira\*  
**MDB** - Marcelo Castro\*  
**PSD** - Jussara Lima\*\* (S)

### Rio Grande do Norte

**PODEMOS** - Styvenson Valentim\*  
**PSD** - Zenaide Maia\*  
**PL** - Rogerio Marinho\*\*

### Santa Catarina

**PP** - Esperidião Amin\*  
**MDB** - Ivete da Silveira\* (S)  
**PL** - Jorge Seif\*\*

### Alagoas

**MDB** - Renan Calheiros\*  
**UNIÃO** - Rodrigo Cunha\*  
**MDB** - Fernando Farias\*\* (S)

### Sergipe

**PSDB** - Alessandro Vieira\*  
**PT** - Rogério Carvalho\*  
**PP** - Laércio Oliveira\*\*

### Mandatos

\*: Período 2019/2027    \*\*: Período 2023/2031

### Amazonas

**MDB** - Eduardo Braga\*  
**PSDB** - Plínio Valério\*  
**PSD** - Omar Aziz\*\*

### Paraná

**PSB** - Flávio Arns\*  
**PODEMOS** - Oriovisto Guimarães\*  
**UNIÃO** - Sergio Moro\*\*

### Acre

**UNIÃO** - Marcio Bittar\*  
**PSD** - Sérgio Petecão\*  
**UNIÃO** - Alan Rick\*\*

### Mato Grosso do Sul

**PSD** - Nelsinho Trad\*  
**UNIÃO** - Soraya Thronicke\*  
**PP** - Tereza Cristina\*\*

### Distrito Federal

**PSDB** - Izalci Lucas\*  
**PDT** - Leila Barros\*  
**REPUBLICANOS** - Damares Alves\*\*

### Rondônia

**MDB** - Confúcio Moura\*  
**PSD** - Dr. Samuel Araújo\* (S)  
**PL** - Jaime Bagattoli\*\*

### Tocantins

**PL** - Eduardo Gomes\*  
**PSD** - Irajá\*  
**UNIÃO** - Professora Dorinha Seabra\*\*

### Amapá

**PSD** - Lucas Barreto\*  
**REDE** - Randolfe Rodrigues\*  
**UNIÃO** - Davi Alcolumbre\*\*

### Roraima

**PSB** - Chico Rodrigues\*  
**REPUBLICANOS** - Mecias de Jesus\*  
**PP** - Dr. Hiran\*\*



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

### Bloco Parlamentar Democracia - 30 MDB-10 / UNIÃO-9 / PODEMOS-4 / PDT-3 PSDB-3 / REDE-1

Alan Rick	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira	PSDB / SE
Carlos Viana	PODEMOS / MG
Cid Gomes	PDT / CE
Confúcio Moura	MDB / RO
Davi Alcolumbre	UNIÃO / AP
Eduardo Braga	MDB / AM
Efraim Filho	UNIÃO / PB
Fernando Dueire	MDB / PE
Fernando Farias	MDB / AL
Giordano	MDB / SP
Ivete da Silveira	MDB / SC
Izalci Lucas	PSDB / DF
Jader Barbalho	MDB / PA
Jayme Campos	UNIÃO / MT
Leila Barros	PDT / DF
Marcelo Castro	MDB / PI
Marcio Bittar	UNIÃO / AC
Marcos do Val	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães	PODEMOS / PR
Plínio Valério	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra	UNIÃO / TO
Randolfe Rodrigues	REDE / AP
Renan Calheiros	MDB / AL
Rodrigo Cunha	UNIÃO / AL
Sergio Moro	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke	UNIÃO / MS
Styvenson Valentim	PODEMOS / RN
Veneziano Vital do Rêgo	MDB / PB
Weverton	PDT / MA

### Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 28 PSD-16 / PT-8 / PSB-4

Ana Paula Lobato	PSB / MA
Angelo Coronel	PSD / BA
Augusta Brito	PT / CE
Beto Faro	PT / PA
Chico Rodrigues	PSB / RR
Daniella Ribeiro	PSD / PB
Dr. Samuel Araújo	PSD / RO
Eliziane Gama	PSD / MA
Fabiano Contarato	PT / ES
Flávio Arns	PSB / PR
Humberto Costa	PT / PE
Irajá	PSD / TO
Jaques Wagner	PT / BA
Jorge Kajuru	PSB / GO
Jussara Lima	PSD / PI
Lucas Barreto	PSD / AP
Mara Gabrilli	PSD / SP
Margareth Buzetti	PSD / MT
Nelsinho Trad	PSD / MS
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Paulo Paim	PT / RS
Rodrigo Pacheco	PSD / MG

Rogério Carvalho	PT / SE
Sérgio Petecão	PSD / AC
Teresa Leitão	PT / PE
Vanderlan Cardoso	PSD / GO
Zenaide Maia	PSD / RN

### Bloco Parlamentar Vanguarda - 23 PL-12 / PP-6 / REPUBLICANOS-4 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes	PL / SP
Carlos Portinho	PL / RJ
Ciro Nogueira	PP / PI
Cleitinho	REPUBLICANOS / MG
Dameres Alves	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hiran	PP / RR
Eduardo Girão	NOVO / CE
Eduardo Gomes	PL / TO
Esperidião Amin	PP / SC
Flávio Bolsonaro	PL / RJ
Hamilton Mourão	REPUBLICANOS / RS
Jaime Bagattoli	PL / RO
Jorge Seif	PL / SC
Laércio Oliveira	PP / SE
Luis Carlos Heinze	PP / RS
Magno Malta	PL / ES
Mecias de Jesus	REPUBLICANOS / RR
Rogério Marinho	PL / RN
Romário	PL / RJ
Tereza Cristina	PP / MS
Wellington Fagundes	PL / MT
Wilder Moraes	PL / GO
Zequinha Marinho	PL / PA

Bloco Parlamentar Democracia	30
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	28
Bloco Parlamentar Vanguarda	23
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Fernando Farias** (MDB-AL)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Alessandro Vieira* (PSDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Giordano* (MDB-SP)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Paulo Paim* (PT-RS)
Augusta Brito** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Beto Faro** (PT-PA)	Irajá* (PSD-TO)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Randolfe Rodrigues* (REDE-AP)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Izalci Lucas* (PSDB-DF)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Rodrigo Cunha* (UNIÃO-AL)
Cid Gomes* (PDT-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Romário** (PL-RJ)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jorge Seif** (PL-SC)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Soraya Thronicke* (UNIÃO-MS)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Leila Barros* (PDT-DF)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Dr. Samuel Araújo* (PSD-RO)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Magno Malta** (PL-ES)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Weverton* (PDT-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)	Zequinha Marinho* (PL-PA)

### Mandatos

\*: Período 2019/2027    \*\*: Período 2023/2031



**COMPOSIÇÃO**  
**COMISSÃO DIRETORA**

**PRESIDENTE**

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

**1º VICE-PRESIDENTE**

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

**2º VICE-PRESIDENTE**

Rodrigo Cunha - (UNIÃO-AL)

**1º SECRETÁRIO**

Rogério Carvalho - (PT-SE)

**2º SECRETÁRIO**

Weverton - (PDT-MA)

**3º SECRETÁRIO**

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

**4º SECRETÁRIO**

Styverson Valentim - (PODEMOS-RN)

**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

**1º - VAGO**

**2º - VAGO**

**3º - VAGO**

**4º - VAGO**



## COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;"><b>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB/REDE) - 30</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Efraim Filho - UNIÃO</b> (4,18)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (21,27)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do MDB - 10</b> <b>Eduardo Braga</b> (6)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do UNIÃO - 9</b> <b>Efraim Filho</b> (4,18)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (21,27) Davi Alcolumbre (26) Alan Rick (28)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PODEMOS - 4</b> <b>Oriovisto Guimarães</b> (9)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PODEMOS Styvenson Valentim (24)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PDT - 3</b> <b>Cid Gomes</b> (14)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSDB - 3</b> <b>Izalci Lucas</b> (5)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do REDE - 1</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB) - 28</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Eliziane Gama - PSD</b> (29)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSD - 16</b> <b>Otto Alencar</b> (7)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Omar Aziz (31)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PT - 8</b> <b>Fabiano Contarato</b> (10)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSB - 4</b> <b>Jorge Kajuru</b> (8)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Ana Paula Lobato (20)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/PP/REPUBLICANOS/NOVO) - 23</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Wellington Fagundes - PL</b> (15)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Luis Carlos Heinze (30)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PL - 12</b> <b>Carlos Portinho</b> (22)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PP - 6</b> <b>Tereza Cristina</b> (12)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do REPUBLICANOS - 4</b> <b>Mecias de Jesus</b> (11)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (33)</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do NOVO - 1</b> <b>Eduardo Girão</b> (19,25)</p>
<p style="text-align: center;"><b>Governo</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Jaques Wagner - PT</b> (2)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Oposição</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Rogério Marinho - PL</b> (16)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Eduardo Girão (19,25) Magno Malta (23) Eduardo Gomes (32)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Minoria</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Ciro Nogueira - PP</b> (1,3,13)</p>
<p style="text-align: center;"><b>Maioria</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - MDB</b> (17)</p>		

**Notas:**

- Em 02.01.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
- Em 06.01.2023, o Senador **Jaques Wagner** foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
- Em 01.02.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).
- Em 01.02.2023, o Senador **Efraim Filho** foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
- Em 01.02.2023, o Senador **Izalci Lucas** foi designado Líder do Partido Social Democracia Brasileira (Of. s/n/2023).
- Em 01.02.2023, o Senador **Eduardo Braga** foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
- Em 01.02.2023, o Senador **Otto Alencar** foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
- Em 01.02.2023, o Senador **Jorge Kajuru** foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
- Em 01.02.2023, o Senador **Oriovisto Guimarães** foi designado Líder do Podemos (Of. 1/2023-GLPODEMOS).
- Em 01.02.2023, o Senador **Fabiano Contarato** foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 003/2023-GLDPT).
- Em 01.02.2023, o Senador **Mecias de Jesus** foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
- Em 02.02.2023, a Senadora **Tereza Cristina Corrêa** foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
- Em 03.02.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
- Em 03.02.2023, o Senador **Cid Gomes** foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 02/2023-GLPDT).
- Em 06.02.2023, o Senador **Wellington Fagundes** foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 48/2023-BLVANG).
- Em 06.02.2023, o Senador **Rogério Marinho** foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
- Em 08.02.2023, o Senador **Renan Calheiros** foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
- Em 08.02.2023, o Senador **Efraim Filho** foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
- Em 08.02.2023, o Senador **Eduardo Girão** foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
- Em 08.02.2023, a Senadora **Ana Paula Lobato** foi designada Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. nº 1/2023-GLDPSB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



21. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
22. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
23. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
24. Em 27.02.2023, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. 05/2023-GLPODEMOS).
25. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
26. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
27. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
28. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
29. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
30. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
31. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
32. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
33. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).



**COMISSÕES TEMPORÁRIAS****1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016****Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**Designação:** 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

VAGO

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## 2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS YANOMAMI E A SAÍDA DOS GARIMPEIROS

**Finalidade:** Acompanhar "in loco" a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros de suas terras, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Requerimento 34, de 2023

**Número de membros:** 8

**PRESIDENTE:** Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(4)</sup>

**RELATOR:** Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 15/02/2023

### MEMBROS

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(1)</sup>

Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>

Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>

Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(2)</sup>

Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3)</sup>

Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(5)</sup>

Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(7)</sup>

Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(6)</sup>

#### Notas:

1. Em 08.02.2023, os Senadores Chico Rodrigues, Dr. Hiran e Mecias de Jesus foram designados membros titulares para compor a Comissão (RQS nº 34/2023).
2. Em 09.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular para compor a Comissão (Of. 8/2023-GSEGAMA).
3. Em 15.02.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular para compor a Comissão (RQS nº 66/2023).
4. Em 15.02.2023, foram eleitos os Senadores Chico Rodrigues e Eliziane Gama como Presidente e Vice Presidente da comissão. O Senador Dr. Hiran foi designado relator (Of. nº 01/2023 - CTEYanomami).
5. Em 1º.03.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular para compor a Comissão (Of. 11/2023-GSMPONTE).
6. Em 1º.03.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular para compor a Comissão (SF/23418.31524-10).
7. Em 1º.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular para compor a Comissão.

**Secretário(a):** Lenita Cunha e Silva | Secretárias-Adjuntas: Camila Moraes Bittar e Erika Leal Mello

**Telefone(s):** 3303 3510

**E-mail:** cteyanomami@senado.leg.br



### 3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

#### MEMBROS

---

VAGO



#### 4) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

**Finalidade:** Debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

**Número de membros:** 7 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(2)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(2)</sup>	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(2)</sup>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2)</sup>	
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) <sup>(2)</sup>	

**Notas:**

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).

2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).



## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes**

**PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(3)</sup>**

**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE )</b>	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2)</sup>	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(2)</sup>
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(2)</sup>	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(2,5)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) <sup>(2)</sup>	3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2,5)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	4. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(2,5)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(2)</sup>	5. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(2,5)</sup>
Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2)</sup>	8. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2)</sup>
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2)</sup>	9. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2)</sup>
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) <sup>(2)</sup>	10. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4)</sup>
Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(4)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(4)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4)</sup>	5. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) <sup>(4)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(4)</sup>	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(4)</sup>	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(4)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4)</sup>	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	4. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1)</sup>	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1)</sup>	6. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>	7. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeru o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo,



Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).

5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

6. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLRESDM).

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano

**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

**Telefone(s):** 6133033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE )</b>	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3,6)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) <sup>(3)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3)</sup>	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(3,6)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3)</sup>	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(3,6)</sup>
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3)</sup>	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>	6. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>	7. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) <sup>(3)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>	8.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(2)</sup>	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO )</b>	
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1)</sup>	2. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>
Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>	4. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) <sup>(1)</sup>
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>	5. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>	6. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Moraes, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLREDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

**Secretário(a):** Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro**Telefone(s):** 3303-4608**E-mail:** cas@senado.leg.br

## 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(2,5)</sup>
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(2)</sup>	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2,5)</sup>
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(2)</sup>	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2,5)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(2,5)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(2)</sup>	5. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2,5)</sup>
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(2)</sup>	6. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2,5)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	7. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(2)</sup>	8. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(2)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2)</sup>	9. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(2)</sup>	10. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(3)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(3)</sup>	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(3)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(3)</sup>	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(3)</sup>
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(3)</sup>	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(3)</sup>
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(3)</sup>	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(3)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(3)</sup>	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3)</sup>	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(3)</sup>	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(3,5)</sup>
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(3)</sup>	9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO )</b>	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) <sup>(1)</sup>
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1)</sup>	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1)</sup>	5. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	6. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>	7. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.
- Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).



**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br



## 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(6)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE )</b>	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(5)</sup>	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(5,8)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) <sup>(5)</sup>	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(5,8)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(5)</sup>	3. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) <sup>(5,8)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(5)</sup>	4. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) <sup>(5,8,9,10)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(5)</sup>	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(5)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(5)</sup>	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(5)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(5)</sup>	7.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(5)</sup>	8.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(5)</sup>	9.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(5)</sup>	10.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB ) <sup>(1,2)</sup></b>	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(4)</sup>	1. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(4)</sup>	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(4)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(4)</sup>	3. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) <sup>(4)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(4)</sup>
	5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(4)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(4)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(4)</sup>	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4)</sup>	9.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(3,7)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(3)</sup>	2. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(3)</sup>
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(3)</sup>	3. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) <sup>(3)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(3)</sup>	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(3)</sup>
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(3)</sup>	5. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(3)</sup>
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(3,7)</sup>	6. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(3)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(3)</sup>	7.

**Notas:**

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

2. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

3. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

4. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

5. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

6. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

7. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).



8. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
9. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
10. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares

**Telefone(s):** 3303-3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### 4.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL.

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 5/2023-CE, da Senadora Teresa Leitão, para, no prazo de cento e oitenta dias, debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

**(Requerimento 5, de 2023)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares  
**Telefone(s):** 3303-3498  
**E-mail:** ce@senado.leg.br



## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE )</b>	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(3)</sup>	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3)</sup>	2. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(3)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3)</sup>	4. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(7)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>	5. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) <sup>(6)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2)</sup>	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2,5)</sup>
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) <sup>(2,5)</sup>	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>	4. Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(2)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO )</b>	
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) <sup>(1)</sup>	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1)</sup>
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1)</sup>	5. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegera a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLRESDM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior**Reuniões:** Quartas-Feiras 09:00 -**Telefone(s):** 61 33033284**E-mail:** cma@senado.leg.br

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 13/2023-CMA, do Senador Wellington Fagundes, com o objetivo de estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

**(Requerimento 13, de 2023)**

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE )</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) <sup>(3)</sup>
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(3)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	3. VAGO <sup>(3,6)</sup>
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3)</sup>	4. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3)</sup>	5. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) <sup>(3)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>	6.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>	7.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(2)</sup>	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	3. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) <sup>(2)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(2)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO )</b>	
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1)</sup>
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>	3. VAGO <sup>(1)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>	4.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(5)</sup>	5.

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio**Reuniões:** Terças-feiras 12 horas -**Telefone(s):** 61 3303-2005**Fax:** 3303-4646**E-mail:** cdh@senado.leg.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE )</b>	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3,6)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3,6)</sup>	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3,6)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(3)</sup>	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3,6)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3)</sup>
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3,8)</sup>	6. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3,8)</sup>
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) <sup>(3)</sup>	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>	5. Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(2)</sup>	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO )</b>	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>	2. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1,5)</sup>	3. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	4. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>	5. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Moraes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
- Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
- Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7**Telefone(s):** 3303-5919**E-mail:** cre@senado.leg.br

## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE )</b>	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(2)</sup>	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) <sup>(2)</sup>	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(2,5)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) <sup>(2)</sup>	3. VAGO <sup>(2,5,6)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2,5)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(2)</sup>	5. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(2)</sup>	6. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2)</sup>	7. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2)</sup>	8. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(2)</sup>	9. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(4)</sup>	1. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>	2. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) <sup>(4)</sup>
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(4)</sup>	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(4)</sup>	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(4)</sup>	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(4)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(4)</sup>	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>
Senador Wilder Morais (PL-GO) <sup>(1)</sup>	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1)</sup>	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1)</sup>	6. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -**Telefone(s):** 61 3303-4607**Fax:** 61 3303-3286**E-mail:** ci@senado.gov.br

## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2,5)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2)</sup>	2. Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) <sup>(2,5)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(2,5)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(2,5)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2,5)</sup>	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(4)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4)</sup>	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(4)</sup>	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(6)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO )</b>	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>	3. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) <sup>(1)</sup>
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>	4. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>	5. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR).
- Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLRESDEM).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -**Telefone(s):** 61 3303-4282**Fax:** 3303-1627**E-mail:** cdr@senado.gov.br

## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE )</b>	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3,5)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) <sup>(3)</sup>	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3,5)</sup>
Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,5)</sup>
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(3)</sup>	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3,5)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(3)</sup>	5. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2)</sup>	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(2)</sup>	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(2)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO )</b>	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>	1. Senador Wilder Morais (PL-GO) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) <sup>(1)</sup>	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Morais, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA).
- Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

**Secretário(a):** Pedro Glukhas Cassar Nunes**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -**Telefone(s):** 3303 3506**E-mail:** cra@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(4)</sup>**

**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE )</b>	
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) <sup>(3)</sup>	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(3)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(5)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3)</sup>	5.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	3.
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(2)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(2)</sup>	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO )</b>	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1)</sup>
	5. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT).
- Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM).

**Secretário(a):** Leomar Diniz

**Reuniões:** Quartas-feiras 11:00 -

**Telefone(s):** 3303-1120

**E-mail:** cct@senado.leg.br



## 12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE )</b>	
	1.
	2.
	3.
	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
	1.
	2.
	3.
	4.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO )</b>	
	1.
	2.
	3.

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes

Telefone(s): 3303-4488

E-mail: csf@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,  
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>**

**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE )</b>	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) <sup>(3)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	3. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) <sup>(8)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>	5.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2,7)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2,7)</sup>	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2,5)</sup>	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>	5. Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(6)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO )</b>	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	3. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1)</sup>	5.

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrielli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida eleger o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC).
- Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDM).
- Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDM).
- Em 09.03.2023, o Sendor Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).

**Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior**

**Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -**

**Telefone(s): 61 33033519**

**E-mail: ctfc@senado.leg.br**



## 14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE )</b>	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3,6)</sup>	2. VAGO <sup>(3)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(3)</sup>	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>	5. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>	6.
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) <sup>(3)</sup>	7.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) <sup>(2)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>	6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(5)</sup>	7.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, PP, REPUBLICANOS, NOVO )</b>	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	3.
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>	4.
	5.

**Notas:**

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professor Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDEM).

6. Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).

**Secretário(a):** Waldir Bezerra Miranda**Reuniões:** Quintas-Feiras 9:00 horas -**Telefone(s):** (61) 3303-2315**E-mail:** csp@senado.leg.br

**CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)***Atualização:** 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

Atualização: 07/06/2017

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: [naot@senado.leg.br](mailto:naot@senado.leg.br)



**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

**Número de membros:** 5 titulares

**COORDENADOR:**

**1ª Designação:** 16/11/1995

**2ª Designação:** 30/06/1999

**3ª Designação:** 27/06/2001

**4ª Designação:** 25/09/2003

**5ª Designação:** 26/04/2011

**6ª Designação:** 21/02/2013

**7ª Designação:** 06/05/2015

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
VAGO	Procurador do Senado

**Atualização:** 03/02/2017

**Secretaria-Geral da Mesa**

NAOT

Telefone(s): 33035714



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER  
*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

**Atualização:** 03/02/2017



**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>	OUVIDOR-GERAL

**Atualização:** 26/02/2019

**Notas:**

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



6) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER  
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**8) MEDALHA MARIA QUITÉRIA**  
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



9) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO  
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



10) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO  
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



11) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER  
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

---

**Secretaria Geral da Mesa**

NPG

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado  
0800 61 2211

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

SENADO  
FEDERAL

